



III – CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

1. Agenda Social

A Agenda Social reúne um conjunto de iniciativas do Governo voltadas à redução das desigualdades sociais, à ampliação dos direitos de cidadania, à juventude, à promoção da cultura, à melhoria da qualidade da educação, da saúde e da segurança pública. Diversas ações passaram a se desenvolver, a partir de 2008, sob a lógica da Agenda, que prevê a articulação entre i) os órgãos executores de políticas no âmbito federal; ii) as instâncias governamentais da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios; e iii) o Governo Federal e a sociedade civil.

A Agenda Social está constituída em torno de temas ou eixos estratégicos, que compreendem um conjunto de iniciativas, voltadas para diversos segmentos em situação de vulnerabilidade, conforme o quadro a seguir.

Eixos	Iniciativa/Programas
Redução das Desigualdades	<ul style="list-style-type: none"> • Reajuste dos Benefícios e Ampliação do Bolsa Família • Geração de Oportunidades às Famílias mais Pobres • Segurança Alimentar e Nutricional • Ampliação de Serviços Socioassistenciais • Territórios da Cidadania
Educação	• Maior Qualidade da Educação
Saúde	• Mais Saúde
Juventude	• Integração dos Programas
Direitos de Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Mulheres • Quilombolas • Povos Indígenas • Criança e Adolescente • Pessoas com Deficiência • Documentação Civil Básica
Cultura	• Mais Cultura
Segurança Pública	• Segurança Pública com Cidadania

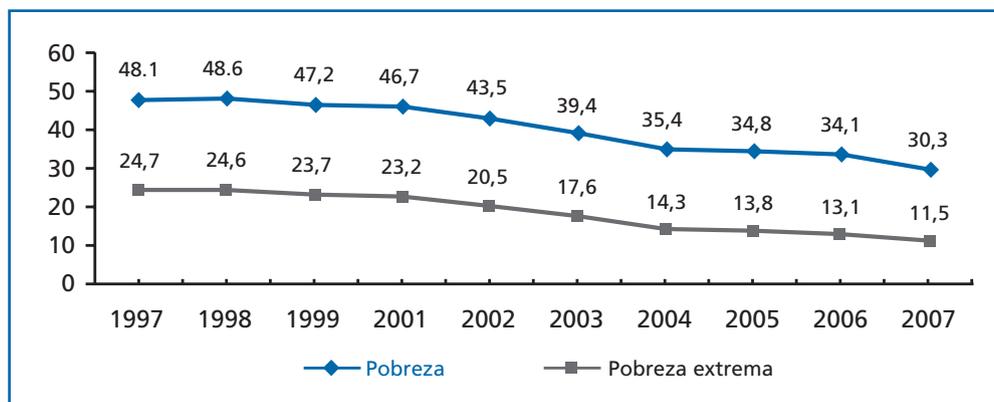
1.1. Redução das Desigualdades

A promoção do desenvolvimento humano e a melhoria nos indicadores sociais no Brasil têm marcado os últimos anos da nossa história. A prioridade para a política social no Brasil é demonstrada por meio do incremento contínuo dos investimentos, o que colocou o País como uma referência mundial no campo das políticas sociais, ainda que muito precise ser realizado para que seja alcançado o nível de qualidade de vida almejado pela sociedade.

Segundo dados da PNAD, entre 2002 e 2007, o percentual de pessoas em situação de pobreza (renda domiciliar per capita menor

do que meio salário mínimo) reduziu de 43,5% para 30,3%. Além disso, a queda da desigualdade se acentuou nesse período. É mister reiterar a queda do coeficiente de Gini, de 0,593 em 2001 para 0,552 em 2007, um declínio de 7%. Outra forma de visualizar a queda da desigualdade é a seguinte: em 2002, os 20% mais ricos tinham renda 24,7 vezes maior do que os 20% mais pobres. Essa razão, segundo dados da PNAD 2007, passou a ser de 20,2 vezes, movimento que reflete um aumento da renda dos mais pobres superior à dos mais ricos nos últimos anos. Com relação à pobreza extrema, os dados expressam que a situação se altera de 20,5% da população, em 2002, para 11,5%, em 2007. O Gráfico a seguir representa essa tendência.

Redução da Pobreza e da Pobreza Extrema no Brasil 1997-2007 (em % da população)



Fonte: PNAD/IBGE.

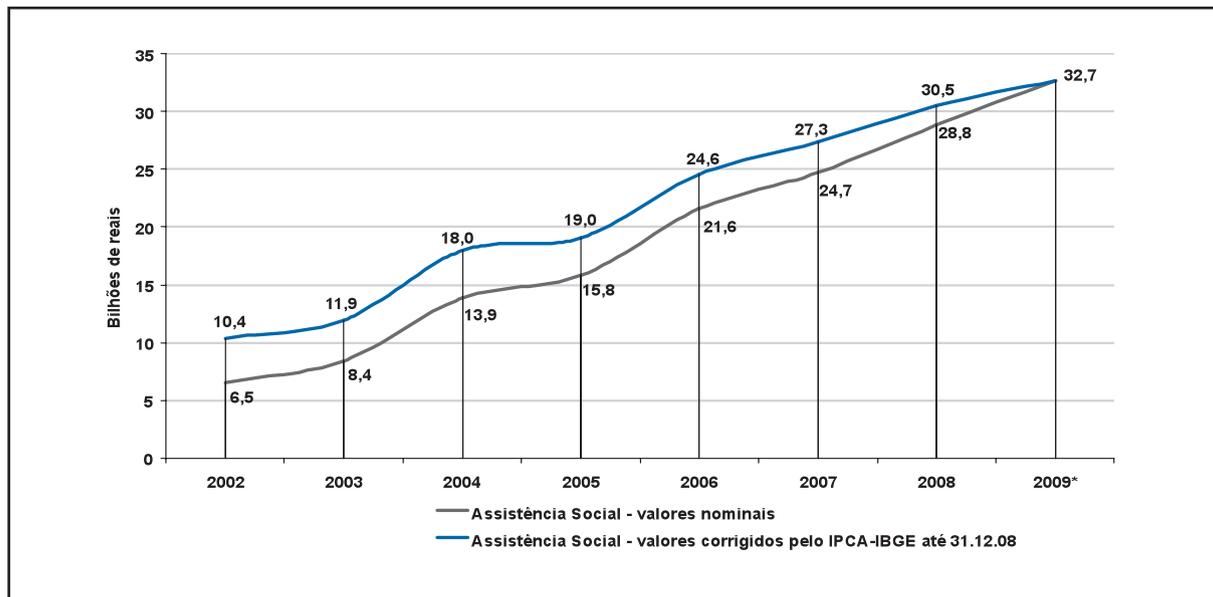
Pode-se também visualizar esse fenômeno a partir de estudo da Fundação Getúlio Vargas, segundo o qual a miséria reduziu de 19% da população, em 2006, para 18%, em 2007. Ou seja, em um ano, cerca de 1,5 milhão de pessoas superaram a renda abaixo de R\$ 135/mês.

O Brasil já cumpriu o objetivo firmado no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), da Organização das Nações Unidas (ONU), de reduzir pela metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015, tendo passado de 8,8% da população, em 1990, para 4,2%, em 2005. E, até 2015, o País comprometeu-se a acabar com a fome e a reduzir o número de brasileiros em pobreza extrema a 25% do total existente em 1990.

É importante traçar paralelo entre essa tendência de melhoria nos indicadores sociais e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é composto pelas dimensões da longevidade, renda e educação. Desde 2005, o Brasil passou a integrar o grupo de países com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os números mostram que o Brasil atingiu IDH de 0,802, em 2005, e de 0,807, em 2006. O fator mais relevante para a melhoria do País foi o avanço no índice relativo à taxa de alfabetização, PIB per capita e longevidade, outros dois indicadores que compõem o índice também cresceram. Além disso, o País vem diminuindo constantemente o índice de desnutrição infantil nas últimas décadas. Como exemplo, em 1974/75, 18,4% das crianças menores de 5 anos tinham peso abaixo do adequado, já em 2002/03, o índice foi reduzido para 12,5%, chegando a 4,8% em 2008. Com efeito, a redução da mortalidade infantil tem avançado de modo significativo, caminhando para atingir a meta estabelecida de redução em 2/3 da taxa de mortalidade, entre 1990 e 2015. Em 1990, a taxa era de 53,7 crianças por mil nascidas vivas, já em 2005 a taxa foi de 28,7. Para alcançar a meta, no âmbito dos ODM, é preciso diminuir esse índice em mais 10,8 pontos até 2015 e chegar a 17,9 crianças por mil nascidas vivas.

Esses resultados apontados estão relacionados à prioridade conferida aos mais pobres pelo Governo. Nesse âmbito, os investimentos em políticas sociais impactam diretamente no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais. O gráfico seguinte apresenta a evolução dos recursos aplicados na Assistência Social entre os anos de 2000 a 2008, demonstrando a prioridade atribuída a essa área nos últimos anos.

Evolução Financeira dos Recursos da União na Assistência Social



Fonte: SIAFI. LOA 2009 – Lei nº 11.897, de 30/12/2008.

A expansão das políticas de transferência de renda figura como elemento central nesse quadro, passando a se estabelecer como estratégia para a redução da fome, da pobreza e da desigualdade social, sendo tema de destaque na agenda pública. Nesse sentido, o Programa Bolsa Família (PBF) e o Benefício de Prestação Continuada foram responsáveis, segundo Estudo do IPEA, por quase 30% da redução da desigualdade apontada pelo Índice de Gini entre 1995 e 2004.

Em resumo, é fácil observar que o Brasil está passando por uma mudança social, com crescimento sustentável, redução da pobreza e da desigualdade social e uma grande migração de população para uma nova classe média emergente. Para 2009, a manutenção do investimento social integra o conjunto de medidas anticíclicas para enfrentar a crise, garantindo a rede de proteção aos mais pobres e contribuindo para a dinâmica econômica do mercado interno brasileiro.

a) Transferência de Renda: o Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é a principal política de transferência de renda do Brasil. Criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, visa contribuir para a superação da pobreza no Brasil por meio de três eixos de atuação: transferência direta de renda, a fim de assistir imediatamente às famílias mais vulneráveis; reforço do direito de acesso das famílias aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, contribuindo para romper o ciclo de pobreza entre gerações; e integração com outras ações e programas de Governo e da sociedade civil, viabilizando o desenvolvimento das famílias mais vulneráveis.

Nesse sentido, as medidas relacionadas ao Bolsa Família, implementadas no último ano, foram de fundamental importância para a redução das desigualdades. Primeiro, deve ser destacado o reajuste dos benefícios em 8% a fim de preservar o poder de compra das famílias frente aos preços dos produtos alimentares. Assim, o benefício básico, devido às famílias em situação de extrema pobreza, passou de R\$ 58,00 para R\$ 62,00; o benefício variável, voltado a famílias em situação de pobreza que têm crianças e adolescentes de até 15 anos, limitado a três benefícios, passou de R\$ 18,00 para R\$ 20,00. Além disso, foi criado o Benefício Variável Vinculado ao Jovem (BVJ), no valor de R\$ 30,00, até o limite de dois benefícios para adolescentes de 16 e 17 anos de idade por família.

O PBF cumpriu a meta prevista para 2008, estando presente em todos os 5.564 Municípios atendendo a 10,55 milhões de famílias. O Programa adota também a política de priorização de grupos específicos mais vulneráveis, com a inclusão de 20.400 famílias que se encontravam morando na rua, 3.500 famílias resgatadas da situação análoga à condição de escravo, 57.800 famílias indígenas e 16 mil famílias remanescentes dos quilombos.

O desembolso total com o PBF, em 2008, foi de R\$ 10,52 bilhões, ou aproximadamente 0,41% do PIB, o que demonstra que esse Programa tem um custo relativo baixo, considerando o seu impacto positivo na redução da pobreza e da concentração de renda. O repasse médio do benefício por família passou de R\$ 73,67 em 2003 para R\$ 85,51 em 2008, em razão do reajuste do valor do benefício e da ampliação da faixa etária de atendimento do Programa.

A ampliação da faixa etária de atendimento do Programa Bolsa Família para adolescentes de 16 e 17 anos, a partir de março de 2008, objetivou aumentar a escolaridade dos adolescentes, reduzir a evasão escolar e promover o retorno à escola daqueles que abandonaram os estudos, colaborando na redução do ciclo da pobreza entre gerações. Até o final do exercício de 2008, foram beneficiados aproximadamente 2 milhões de jovens nessa faixa etária.

Em 2008, iniciou-se o Projeto de Inclusão Bancária dos Beneficiários do PBF, contribuindo para ampliar a inserção social das famílias atendidas pelo Programa. Em certa medida, a exclusão do sistema bancário dessa parcela da população decorre das exigências cadastrais e de renda mínima para abertura de conta, o que dificulta o acesso da população com maior vulnerabilidade social.

O acompanhamento das condicionalidades do PBF também apresentou melhorias bastante significativas no período 2003-2008. Em relação à frequência escolar, houve aumento no número de Municípios e de escolas que a informaram, aumento no número de crianças acompanhadas e, ainda, possibilidade de acesso às informações sobre os motivos de não-frequência escolar. O percentual de alunos com acompanhamento de frequência escolar registrado chegou a 85%, em 2008, representando quase 14 milhões de alunos em acompanhamento.

Como formas de apoio à gestão local, até outubro de 2008, foram destinados mais de R\$ 248 milhões aos Municípios, por meio do Índice de Gestão Descentralizada (IGD), que mostra a qualidade da gestão do programa no âmbito municipal, especialmente, quanto ao controle das condicionalidades e a atualização do cadastro das famílias. Do mesmo modo, com intuito de dar seguimento à política de apoio aos Estados na gestão do PBF, foi criado o Índice de Gestão Descentralizada Estadual (IGDE), em 2008. Até setembro de 2008, foram repassados aos Estados cerca de R\$ 9,04 milhões, a fim de remunerá-los por trabalhos já executados na melhoria da gestão do PBF.

a.1) Cadastro Único para Programas Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, é um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. As informações do CadÚnico viabilizam a seleção de famílias para programas sociais nas esferas dos governos federal, estadual e municipal. Os princípios de cooperação e de solidariedade dos entes federados refletem-se no modelo de gestão do CadÚnico. Ao final de 2008, 18,1 milhões de famílias estavam identificadas na sua base de dados, totalizando 69,5 milhões de pessoas.

O cadastramento é executado pelos Municípios por meio da coleta de dados das famílias e processadas pela Caixa Econômica Federal. As principais informações das famílias cadastradas são: características do domicílio, composição familiar, identificação e documentação civil de cada membro da família, qualificação escolar dos membros da família, qualificação profissional e situação no mercado de trabalho, rendimentos e despesas familiares. As informações do CadÚnico viabilizam a seleção de famílias para programas sociais complementares executados pelas três esferas de governo.

Vários são os programas federais que têm utilizado a base do CadÚnico, como os Programas: Brasil Alfabetizado; Luz para Todos; de Agricultura Familiar (Pronaf); de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB); de Microcrédito, do Banco do Nordeste; o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES) e o Plano Nacional de Qualificação Profissional.

Também, a partir das informações do CadÚnico foi possível construir o Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF), um indicador multidimensional da pobreza, que sintetiza informações sobre as famílias em um número, permitindo, assim, a possibilidade de priorizar famílias para diversas políticas e programas, bem como direcionar políticas para equacionar vulnerabilidades específicas.

b) Geração de Oportunidades às Famílias Pobres

Na linha de geração de oportunidades, destaca-se o lançamento do Plano Setorial de Qualificação da Construção Civil (PlanSeQ) para os beneficiários do Bolsa Família. Os PlanSeQs estão entre as ações do Plano Nacional de Qualificação, coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, e articulam a ação de qualificação vinculada a demandas efetivas de mão-de-obra de vários setores de atividade econômica, voltados para os setores portuário, papel e celulose, tecnologia da informação, têxtil, sucroalcooleiro, microcrédito, farmacêutico, gemas e jóias, turismo e saúde, petróleo e gás natural. Em 2008, foram qualificados 23 mil trabalhadores como resultado de dezesseis convênios firmados no âmbito dos PlanSeQs. Outros vinte e três estão em processo de conveniamento. A partir dessa experiência, os PlanSeQs, em 2009, focalizarão 68% do total de sua meta de qualificação em beneficiários do Programa Bolsa Família, que será direcionada ao setor da construção civil em articulação com as obras do PAC.

Ainda com o objetivo de gerar oportunidades às famílias mais pobres, o Governo, por intermédio dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Trabalho e Emprego está realizando um projeto-piloto que promoverá 20 mil operações de microcrédito produtivo orientado, contribuindo para a emancipação dos beneficiários e empreendedores membros das famílias beneficiados pelo PBF. Conforme já mencionado, essa iniciativa decorre da identificação de uma larga demanda potencial por microcrédito no conjunto dos beneficiários do Programa Bolsa Família, vez que boa parte deles exercem alguma atividade produtiva.

Além de criar oportunidades de obtenção de renda por meio do trabalho, com ações focadas na qualificação e no microcrédito, serão desenvolvidos cinco outros arranjos de políticas: i) diagnóstico, mobilização e articulação de parcerias; ii) assistência técnica; iii) apoio à institucionalização (organização social, agrupamentos, associativismo e cooperativismo); iv) infra-estrutura e logística de produção; e v) comercialização.

No contexto da geração de oportunidades, foi assinado, em 12 de março de 2008, o Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social, que visa à conjugação de esforços entre a União, os Estados e o Distrito Federal para pactuar metas de desenvolvimento social e combate à fome, direcionados à inclusão social e promoção da cidadania. Seus objetivos são: a erradicação da extrema pobreza, da insegurança alimentar grave, do trabalho infantil e da exploração sexual de crianças e adolescentes; a promoção da universalização das políticas de proteção e promoção social; a inclusão produtiva e o fortalecimento das instituições e dos mecanismos sociais, políticos e econômicos capazes de promover a igualdade de oportunidades a todos os cidadãos brasileiros. Em 2008, 13 Estados aderiram ao Compromisso Nacional (AC, AL, AP, BA, CE, DF, MG, MS, MT, PA, RJ, RS e SP), sendo que os Estados do Acre, Alagoas, Bahia e Ceará já celebraram convênio para repasse de recursos visando à implementação das ações previstas no Compromisso.

Destaca-se também, no âmbito da Política Nacional de Saneamento (Lei nº 11.445, de 2007), as ações que abrangem o apoio ao desenvolvimento das organizações de catadores e de suas redes de comercialização, que são acompanhadas pelo Comitê Interministerial de Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis. O desenvolvimento das redes de comercialização, especialmente do papel branco, permite superar os intermediários e estabelecer negócios diretamente com a indústria, agregando valor e gerando mais renda para os catadores. A Coleta Seletiva Solidária, instituída pelo Decreto nº 5.940, de 2006, é uma estratégia inovadora adotada pelo Governo, e seguida também por Estados, Distrito Federal e Municípios, cujas administrações públicas podem contratar com dispensa de licitação as organizações de catadores de materiais recicláveis para a prestação de serviços de coleta seletiva. Esse apoio às cooperativas de catadores produz efeitos sociais, econômicos e ambientais ao dar visibilidade a um segmento pobre da população que promove a sustentabilidade ambiental na gestão de resíduos sólidos urbanos.

O apoio a empreendimentos produtivos solidários também foi fortalecido por meio de acordo firmado entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e o IBAMA, para leiloar nas bolsas de mercadorias os produtos apreendidos, especialmente madeira extraída ilegalmente da Amazônia. Da mesma forma, mercadorias apreendidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil são doadas à Estratégia Fome Zero. Essas mercadorias compreendem gêneros alimentícios, brinquedos, material de escritório, hospitalar, informática, tecidos, eletrônicos, veículos, vestuário etc., que podem ser destinados para grupos em situação de vulnerabilidade social, por intermédio de entidades assistenciais, ou para apoio a empreendimentos produtivos solidários.

Em 2009, instituições de ensino, especialmente as Universidades Federais e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), serão mobilizadas para a implementação de estratégias que possibilitem a inclusão socioprodutiva do público-alvo das políticas sociais, integrando as ações dessas instituições ao Compromisso Nacional pelo Desenvolvimento Social e abrindo uma nova etapa na extensão universitária no Brasil. Complementando essas iniciativas, entidades sem fins lucrativos, selecionadas pelo Chamamento Público promovido pelo MDS, de outubro de 2008, desenvolverão projetos de inclusão socioprodutiva de jovens e adultos nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Brasília, Fortaleza, Belo Horizonte, Curitiba e Manaus.

c) Ampliação dos Serviços Socioassistenciais

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) integra as estratégias do Governo na priorização dos mais pobres e na promoção da cidadania com redução das desigualdades. Destaca-se no conjunto de ações para a consolidação do SUAS a expansão dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); a expansão dos Centros de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS); o fortalecimento na qualificação e capacitação dos recursos humanos gestores e operadores do sistema; as medidas que visam à regulação do sistema; a garantia do direito ao BPC; e o fortalecimento dos serviços de acolhimento e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

No que concerne à Proteção Social Básica do SUAS, em 2008, o Censo/Monitoramento registrou 5.127 CRAS, em 3.808 Municípios e no Distrito Federal. Em relação a 2007, constata-se um aumento de 26% dos CRAS no Brasil. Do total de CRAS, registrado no Censo 2008, 3.910 são co-financiados pelo Governo Federal, sendo que 690 CRAS, em 623 Municípios, passaram a ser co-financiados, em 2008. Essa expansão está fundada na centralidade do CRAS como unidade pública local de Assistência Social, que visa prevenir situações de risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Além disso, são ofertados, no CRAS, ou no território de abrangência, ações e serviços de convivência ou socioeducativos para jovens, crianças, adolescentes e idosos.

O PETI, no âmbito da Política de Assistência Social, compreende a transferência de renda, o trabalho social com famílias e a oferta de serviços socioeducativos para crianças e adolescentes que se encontram em situação de trabalho, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento e a erradicação dessa situação. No ano de 2008, o serviço socioeducativo, co-financiado para Municípios e Distrito Federal, passou a ser operado por meio de piso de proteção social, garantindo um valor fixo mensal transferido de forma regular e automática do Fundo Nacional de Assistência Social para os Fundos Municipais e Distrital de Assistência Social. O co-financiamento do Governo Federal para esse serviço foi de R\$ 205,6 milhões, ofertando atividades para 871 mil crianças e adolescentes.

O BPC assegurou, em 2008, cobertura a aproximadamente 1,51 milhão de pessoas com deficiência e 1,42 milhão de pessoas idosas, investindo cerca de R\$ 13,8 bilhões. Para fortalecer a garantia desse direito, foram realizadas mudanças nas regras de acesso e operacionalização do benefício por meio do Decreto nº 6.564, de 2008. Entre as alterações, destacam-se a possibilidade de acumulação do benefício com as pensões especiais de natureza indenizatória e o estabelecimento do prazo de até 31 de maio de 2009 para a o início da avaliação da deficiência e do grau de incapacidade das pessoas com deficiência, requerentes do benefício, com base nos parâmetros estabelecidos pela Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Isso tornará mais justa a avaliação e propiciará uma visão mais ampla da deficiência, levando-se em conta as funções e estrutura do corpo e o contexto social em que a pessoa se insere.

No âmbito da Proteção Social Especial do SUAS, os serviços oferecidos caracterizam-se pelo atendimento a situações de risco pessoal e social, violação de direitos e contingências, como: violência física, sexual e psicológica; abandono, desabrigo, exploração sexual de crianças e adolescentes; cumprimento de medidas socioeducativas por parte de adolescentes envolvidos em ato infracional, situação de rua ou situação de trabalho infantil.

O CREAS é a principal unidade pública estatal que oferece os serviços da Proteção Social Especial, tais como: enfrentamento à violência, ao abuso e à exploração sexual contra crianças e adolescentes; proteção social especial a indivíduos e famílias e

a proteção social aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade. Em 2008, o Governo deu início ao co-financiamento para o atendimento aos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto em 387 Municípios, bem como iniciou o co-financiamento para 124 Municípios com a finalidade de implantação de novos CREAS. A cobertura de atendimento dos serviços vinculados ao CREAS, em 2008, atingiu 1.230 Municípios, com um aporte em torno de R\$ 67,3 milhões.

Outro destaque das ações que compõem a Proteção Social Especial do SUAS, em 2008, foi a expansão dos serviços às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social. Para isso, o Governo co-financia os serviços de acolhimento (abrigo), oferecendo atendimento a idosos, crianças e adolescentes, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua e outros, necessitando de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar. Dessa forma, em 2008, a expansão desses serviços contemplou reajuste de valor para 335 Municípios e inclusão de 43 novos Municípios, sendo que o co-financiamento do Governo Federal para os serviços de acolhimento, em 2008, foi de aproximadamente R\$ 121,9 milhões, o que possibilitou atender a cerca de 1,5 milhão de pessoas.

Para o aprimoramento do SUAS, o Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 2008, o Projeto de Lei nº 3.077, que altera a organização da Assistência Social. Trata-se de uma iniciativa que visa reordenar a gestão das ações descentralizadas e participativas da Assistência Social, estabelecer regras quanto à gestão, controle social, monitoramento e a avaliação da política desse setor.

Outra importante estratégia utilizada para a consolidação do SUAS, em 2008, foi o investimento em capacitações envolvendo gestores, técnicos, conselheiros e prestadores de serviços da Assistência Social. Foram cerca de 3 mil técnicos e gestores do ProJovem Adolescente capacitados e 337 Municípios com capacitação para o BPC na Escola. Ademais, ressalta-se a realização, em outubro de 2008, de oficina com gestores e técnicos estaduais para a elaboração de uma matriz de plano de ação para consolidação e execução das prioridades nacionais firmadas no Pacto de Aprimoramento de Gestão dos Estados e Distrito Federal. De forma coordenada a essa iniciativa, todos os Estados apresentaram, ao final de 2008, Planos Estaduais de Capacitação para o SUAS como uma das metas constantes no Pacto. Foram transferidos, em 2008, aos Estados e DF aproximadamente R\$ 17 milhões para a consecução das metas de capacitação, apoio aos Municípios, informação, monitoramento e avaliação, reordenamento institucional, municipalização e regionalização.

Para o ano de 2009, pretende-se a continuidade da realização de oficinas para fortalecimento do processo de planejamento conjunto entre a União e Estados, a consolidação da Política Nacional de Capacitação, e a implementação do Plano de Estágio Curricular, para o SUAS. Ainda neste exercício, estão previstas outras ações para o fortalecimento da consolidação do SUAS como o aprofundamento da normatização do ProJovem Adolescente e do CRAS; a expansão do ProJovem Adolescente; a finalização do processo de transição referente aos serviços específicos de proteção social básica visando ao fortalecimento dos CRAS; a instituição de um sistema de acompanhamento do ProJovem Adolescente; a disponibilização do Caderno de Orientações sobre o CRAS e o Programa de Atenção Integral à Família; a publicação e distribuição de material de apoio sobre o ProJovem Adolescente; a instituição do Índice de Desenvolvimento dos CRAS; a pactuação de Plano de Metas de Desenvolvimento dos CRAS; a realização de um levantamento nacional das crianças e adolescentes abrigadas em rede de acolhimento, com a finalidade de estabelecer parâmetros para a reintegração familiar de crianças e adolescentes abrigados em razão da situação de pobreza de suas famílias; dar prosseguimento a projetos de estruturação de abrigos para mulheres vítimas de violência; o aprimoramento de parâmetros

para funcionamento de equipamentos públicos de proteção social especial; e o monitoramento e reordenamento de serviços desenvolvidos na rede de acolhimento.

d) Segurança Alimentar e Nutricional

O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) promove a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar e garante o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de vulnerabilidade. Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, incluindo indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

O PAA é executado em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais. No âmbito federal, por meio do Termo de Cooperação firmado entre o MDS e a CONAB, em 2008, foram formalizadas propostas de participação no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, que corresponderam à aquisição de 42,9 mil toneladas de alimentos, com a aplicação de R\$ 69,7 milhões, em 2008. Em relação aos governos estaduais, por intermédio do MDS, foi publicado, no último ano, edital de seleção pública de propostas para apoio a projetos de compra direta local da agricultura familiar em Municípios pertencentes ao Programa Territórios da Cidadania e Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), em Estados das regiões Norte e Nordeste. Os novos convênios atenderão, no decorrer de 2009, a aproximadamente 5,4 mil agricultores familiares, com a aquisição de aproximadamente 11,2 mil toneladas de alimentos, que serão doados a 354 mil pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. Para tanto, serão aplicados recursos no valor de R\$ 16 milhões.

Na modalidade do PAA Leite, até dezembro de 2008, foram investidos R\$ 175,7 milhões para manutenção do programa em todos os Estados da região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais. Os recursos serão suficientes para aquisição e distribuição de leite na região até março de 2009, quando o Governo Federal fará novos repasses aos Estados. Até o referido mês de dezembro, foram beneficiadas 650 mil famílias com a distribuição diária de 1 litro de leite, além de 24.799 pequenos produtores de leite, que tiveram renda garantida por meio da compra governamental de sua produção.

O Programa Restaurantes Populares é executado, desde 2003, em parceria com os Estados, Distrito Federal e Municípios. Serão 129 unidades em 107 Municípios, sendo 65 unidades em funcionamento e outras 64 que deverão funcionar até o final de 2010, com capacidade total de atender a 200 mil beneficiários/dia. Diariamente, são servidas 90 mil refeições de qualidade, com base em cardápios regionais, para os trabalhadores urbanos cuja renda familiar os exclui do acesso a uma refeição de qualidade fora do seu domicílio. De 2003 a 2008, foram investidos R\$ 126 milhões pelo Governo Federal, sendo que os Estados e Municípios aportaram em contrapartida mais de R\$ 35 milhões. Em 2008, foram destinados R\$ 35 milhões para a implantação de novas unidades, bem como para a modernização e qualificação dos serviços prestados nas unidades em funcionamento. Em 2009, estão previstos mais R\$ 39 milhões para a instalação de novas unidades de restaurantes e cozinhas comunitárias, além da modernização e qualificação dos serviços de unidades já em operação.

Os Bancos de Alimentos têm sua atuação focada no combate ao desperdício de alimentos nos centros urbanos. Para tanto, captam alimentos fora dos padrões de comercialização, mas próprios para o consumo humano e os preparam para a doação à rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, alimentação escolar e entidades assistenciais. De 2003 a

2008, foram investidos cerca de R\$ 16,5 milhões, concretizando uma rede de equipamentos em 96 Municípios de 19 Estados. São 55 unidades já em funcionamento, além de outras 41 em fase de implantação. Em 2008, foram distribuídas aproximadamente 7 mil toneladas de alimentos, beneficiando cerca de 1.100 entidades assistenciais. Em 2009, está prevista a aplicação de R\$ 7,7 milhões para a instalação de 15 unidades de bancos de alimentos e mercados públicos.

A Distribuição de Cestas de Alimentos é uma ação emergencial que visa atender famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional, tendo como público prioritário as comunidades remanescentes de quilombos, comunidades de terreiros, povos indígenas, famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária, marisqueiras e caranguejeiras, atingidos por barragens e famílias vítimas de calamidades públicas, cujos Municípios estejam em situação de emergência reconhecida pelo Governo. De janeiro até novembro de 2008, foram entregues 1,27 milhão de cestas de alimentos, contemplando aproximadamente 347 mil famílias, com um investimento financeiro de R\$ 41 milhões.

O Programa de Construção de Cisternas domiciliares na zona rural dos Municípios que compõem a região do semi-árido apresenta-se, desde 2003, como política eficiente para a melhoria das condições das famílias que não dispõem de fonte de água de boa qualidade, em quantidade suficiente para o suprimento das suas necessidades básicas. A cisterna de placas surgiu a partir do conhecimento construído com a participação da comunidade, garantindo, dessa forma, a efetivação de direitos da população beneficiada, além de contribuir para o desenvolvimento sustentável local. De 2003 até novembro de 2008, foram investidos cerca de R\$ 378,5 milhões. Já foram construídas, no âmbito do Fome Zero, mais de 238 mil cisternas, beneficiando aproximadamente 1,2 milhão de pessoas.

e) Programa Territórios da Cidadania

Lançado pelo Governo, em fevereiro de 2008, o Programa Territórios da Cidadania (PTC), que integra o eixo de redução das desigualdades da Agenda Social, tem como foco a superação da pobreza no meio rural, por meio da estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. O PTC, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), trabalha com base na integração das ações do Governo Federal e dos governos estaduais e municipais, em um plano desenvolvido em cada território com a participação da sociedade. Em 2008, foram beneficiados 60 territórios, em todas as unidades da Federação, totalizando 963 Municípios, alcançando 7,3 milhões de pessoas na área rural, que correspondem a 28% da população dessas unidades federativas, que é de 26 milhões de pessoas. Em 2009 e 2010, os outros 60 novos territórios serão atendidos, atingindo a meta do Programa de beneficiar 120 territórios.

Além da estruturação e execução das ações federais, o PTC avançou, em 2008, na parceria ou articulação com os Estados. Foram assinados com os Estados Acordos de Cooperação Federativa e instituídos os Comitês de Articulação Estaduais (CAEs), espaço privilegiado para o debate e a integração de políticas entre os gestores públicos. De caráter consultivo e propositivo, os Comitês agregam órgãos federais, órgãos estaduais e representação das prefeituras compreendidas nos Territórios da Cidadania.

No âmbito federal, o esforço conjunto de 19 Ministérios possibilitou a estruturação de uma matriz de ações do Governo Federal

voltada aos 60 territórios que resultou num aporte global de recursos no valor de R\$ 12,9 bilhões, em 2008, em mais de 170 ações conforme o Quadro a seguir.

Eixos	Ações	Recursos (R\$ milhões)	Temas	Ações	Recursos (R\$ milhões)
			Organização Sustentável da Produção	82	2.365,00
Apoio às Atividades Produtivas	74	2.297,10	Direitos e Desenvolvimento Social	12	4.938,10
			Saúde, Saneamento e Acesso à Água	23	1.430,20
Cidadania e Acesso a Direitos	55	6.521,50	Educação e Cultura	18	569,90
			Infra-estrutura	22	2.969,90
Qualificação da Infra-estrutura	48	4.076,30	Apoio à Gestão Territorial	12	22,50
			Ações Fundiárias	8	599,20
Total	177	12.894,90	Total	177	12.894,90

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Até o final de outubro de 2008, do montante previsto para o Programa, foram efetivamente pagos R\$ 6,9 bilhões. Do conjunto de ações que integram o Programa, cabe ressaltar alguns destaques. No eixo Cidadania e Acesso a Direitos, algumas ações superaram a meta física programada e outras estão próximas disso. Os principais resultados são: i) a ampliação do Acesso à Saúde Bucal na Atenção Básica: 3.716 equipes implantadas; ii) a ampliação do Acesso da População aos Medicamentos Essenciais por meio da Farmácia Popular do Brasil: 509 farmácias populares implantadas e drogarias cadastradas; iii) a ampliação da cobertura do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde: 45.465 agentes comunitários de saúde atuando; iv) o programa Caminho da Escola: 283 Municípios atendidos com linha de crédito especial para aquisição de ônibus e embarcações para transporte de alunos; e v) o Programa de Atenção Integral à Família: 3.034.979 famílias referenciadas.

No eixo Apoio a Atividades Produtivas, por meio da ação Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar – Leite, foram adquiridas 37.260 toneladas de leite e, por intermédio da ação Obtenção de Terras para Assentamentos de Trabalhadores Rurais, foram obtidos 127.076 hectares de terras para fins de reforma agrária nos Territórios.

No eixo Qualificação da Infra-estrutura, o Programa Luz para Todos (PLT) realizou 74.321 ligações de energia elétrica, beneficiando, até outubro de 2008, mais de 371 mil pessoas com a chegada da luz e dos Centros Comunitários de Produção (CCP), representando investimentos de R\$ 444,8 milhões. Em vista dos benefícios proporcionados pela chegada da energia elétrica no meio rural, muitas famílias que haviam procurado novas oportunidades de vida nos grandes centros urbanos estão retornando às suas origens. Assim, muito mais que a eletrificação, o Programa promove a inclusão social e resgate da cidadania das famílias residentes no meio rural.

1.2. Juventude

No eixo Juventude, as ações estão articuladas no Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem). Trata-se de um programa do Governo que visa criar oportunidades para a juventude, entre 15 e 29 anos, que vive em situação de vulnerabilidade social: fora da escola, sem qualificação profissional, sem horizontes. Com o objetivo de atender a 3,5 milhões de jovens, até 2010, o ProJovem é executado de forma compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da Secretaria Nacional de Juventude, e os Ministérios do Trabalho e Emprego, da Educação e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O ProJovem leva em consideração as diferentes características geográficas, etárias e sociais, além das necessidades dos diversos grupos que compõem a juventude e, por isso, está subdividido em quatro modalidades. O público-alvo do ProJovem Urbano são jovens entre 18 e 29 anos, moradores de regiões urbanas, que, embora estejam fora da escola e não tenham concluído o ensino fundamental, saibam ler e escrever. O ProJovem Trabalhador é destinado aos jovens entre 18 e 29 anos, desempregados, matriculados no ensino médio, fundamental ou em cursos de educação de jovens e que pertençam a famílias com renda per capita de até 1 salário mínimo. O ProJovem Adolescente é voltado para os brasileiros de 15 a 17 anos que vivem em situação de vulnerabilidade social, independentemente da renda familiar, ou que sejam pertencentes a famílias beneficiárias do Bolsa Família. Já o ProJovem Campo é voltado especificamente para jovens agricultores entre 18 e 29 anos, alfabetizados, mas que estejam fora da escola e não tenham concluído o ensino fundamental. O detalhamento das ações no âmbito dessas quatro modalidades e outras informações complementares relativas ao ProJovem encontram-se no item 2 deste Capítulo.

1.3. Direitos de Cidadania

a) Mulheres

No âmbito das ações do Governo voltadas às mulheres, destaca-se, na Agenda Social, o lançamento do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, em agosto de 2007, na abertura da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O Pacto reúne ações a serem executadas no período 2008-2011, com recursos da ordem de R\$ 1 bilhão e com atenção especial às mulheres rurais, negras e indígenas, em função das especificidades de cada grupo, da discriminação a que estão submetidas e em virtude de sua maior vulnerabilidade social. O Pacto tem por objetivo enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres, por meio da prevenção, atenção, proteção e garantia dos direitos daquelas em situação de violência e da promoção de uma mudança cultural que dissemine atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito à diversidade e à paz.

As ações do Pacto foram estruturadas em quatro grandes áreas: i) consolidação da Política Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e implementação da Lei Maria da Penha; ii) promoção dos direitos sexuais e reprodutivos e implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da AIDS; iii) combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres; e iv) promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

A implementação foi a grande prioridade do Governo em 2008, no que se refere ao enfrentamento da violência contra as mulheres. Nesse ano, foram priorizados 13 Estados e algumas ações de maior repercussão que merecem ser destacadas pelos resultados alcançados. Primeiramente, cabe mencionar a ampliação dos serviços especializados de atendimento à mulher. Há no País, atualmente, 415 Delegacias ou Postos Especializados de Atendimento à Mulher; 126 Centros de Referência de Atendimento

à Mulher; 66 Casas Abrigo; 15 Defensorias Públicas da Mulher; a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180; a Ouvidoria da SPM; além de novos serviços, como os 61 Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Varas Criminais adaptadas, criados a partir da Lei Maria da Penha. Em comparação ao ano de 2003, até 2008, o número de Delegacias Especializadas aumentou em 22%; o de Casas Abrigo, em 50% e o de Centros de Referência, em 200%.

Na edição de 2008 da Campanha dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, o foco também foi a implementação da Lei Maria da Penha, assim como na edição de 2007. Com o slogan “Há momentos em que a sua atitude faz a diferença. Lei Maria da Penha. Comprometa-se”, a Campanha foi lançada, no dia 20 de novembro, com o objetivo de convocar a sociedade ao comprometimento de atitudes que podem fazer a diferença na vida de mulheres em situação de violência, a partir da divulgação de histórias de 16 pessoas de diferentes segmentos que vivenciaram situações de violência ou apoiaram mulheres vitimadas. Destaca-se, ainda, o lançamento da Campanha Nacional “Homens unidos pelo fim da violência contra as mulheres”, por meio da qual serão coletadas assinaturas de homens, que, ao aderirem à campanha, se comprometem publicamente a contribuir pela implementação integral da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340, de 2006) e pela efetivação de políticas públicas que visam ao fim da violência contra as mulheres. As assinaturas serão coletadas até 7 de agosto de 2009, data de comemoração de 3 anos de promulgação dessa Lei.

Outra importante campanha lançada, em novembro de 2008, foi a Campanha Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, formulada no âmbito do Fórum Nacional de Elaboração de Políticas de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do Campo e da Floresta, criado em 2007, para atender às reivindicações da Marcha das Margaridas. Com o slogan “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta”, seu objetivo é informar e prevenir todas as mulheres dessas áreas sobre a violência doméstica e familiar. Com foco nas trabalhadoras rurais, quebraadeiras de coco, negras rurais e quilombolas, mulheres da Amazônia, seringueiras e camponesas, a campanha consiste na realização de oficinas culturais, atividades nas escolas, elaboração de programas de rádios e radionovelas e ações educativas com o objetivo de estabelecer, entre a comunidade e as mulheres que vivem no campo e na floresta, uma rede de solidariedade pelo fim da violência contra as mulheres. Dentre as ações previstas está a campanha “Mulheres donas da própria vida – Viver sem violência é um direito das mulheres do campo e da floresta”, que é um projeto de educação popular para a não violência.

Ainda na linha da prevenção à violência, foi realizado, em 2008, o projeto Siga Bem Mulher, ação que integra a Caravana Siga Bem Caminhoneiro, levando informações sobre gênero e enfrentamento à violência contra a mulher a um universo de 2 milhões de caminhoneiros do País e seus familiares, a partir de campanhas itinerantes e atividades lúdico-culturais sobre a temática gênero e violência contra a mulher.

Outra importante ação que merece destaque é o Programa Gênero e Diversidade na Escola, criado em 2006, cujo objetivo é capacitar profissionais da educação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual. O Programa, atualmente, integra a Universidade Aberta do Brasil e irá capacitar, em 2009, 15 mil profissionais de quinta a oitava séries, a partir de convênios firmados com 20 Universidades Estaduais e Federais selecionadas em 2008.

A Central de Atendimento à Mulher, serviço ofertado pelo Governo, desde novembro de 2005, realizou cerca de 270 mil atendimentos a mulheres de todo o País ao longo de 2008, o que representa um aumento de 32% em relação a 2007. A maior parte dos relatos de violência recebidos na Central relata situações de agressões diárias (64,9%) e semanais (16,1%) e refere-

se a denúncias de violência física (57,4%). Os agressores são, em sua maioria, os próprios companheiros das vítimas (63,2%). Para 2009, está previsto o aumento da capacidade de atendimento da Central, por meio da ampliação do número de postos de atendimento, o que possibilitará o recebimento de um número maior de ligações. Além disso, o Ligue 180 ampliará sua atuação, com a implementação do serviço de telemarketing ativo, ou seja, poderá além de receber chamadas, também originá-las.

Já a Ouvidoria da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), outro espaço de escuta qualificada, registrou aproximadamente 400 casos relativos a diferentes formas de manifestação da violência ou da violação de direitos, os quais foram respondidos diretamente para as demandantes com as devidas informações e orientações ou encaminhados para os órgãos competentes, e acompanhados até a resolução final.

No que se refere à promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão, uma das prioridades dispostas no Pacto Nacional, destaca-se o lançamento, em novembro de 2008, do Mutirão Nacional de Assistência Jurídica às Mulheres em situação de Prisão. O mutirão, que consiste na montagem, pelas defensorias públicas, de equipes dentro das unidades prisionais para fazer uma análise dos processos de cada mulher, acompanhar as condições de encarceramento e analisar eventual concessão de benefícios a que elas tenham direito, é uma das medidas emergenciais que constam no relatório preliminar do Grupo de Trabalho Interministerial, criado em junho de 2007, para analisar o sistema prisional feminino.

Na primeira etapa, além de São Paulo, Estado que tem cerca de 12 mil mulheres em situação de prisão, o mutirão atenderá outras dez unidades da Federação (Acre, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, Paraná, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins). Até novembro de 2009, cerca de 20 mil processos de mulheres em situação de prisão serão analisados, beneficiando cerca de 58% da população carcerária feminina. Uma Comissão Nacional foi criada para analisar os projetos e acompanhar sua implementação nos Estados. A partir de 2009, os demais Estados serão estimulados a aderirem ao mutirão e garantir o acesso à justiça a esse segmento.

Em relação ao enfrentamento do tráfico de mulheres, o ano de 2008 foi marcado pela aprovação do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, por meio do Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008. Neste primeiro ano de implementação do Plano, foram realizadas as seguintes ações: (i) apoio a projeto-piloto para estruturação de uma rede de atendimento e elaboração de proposta metodológica de atendimento às mulheres vítimas de tráfico de pessoas, assim como para o fortalecimento do trabalho de prevenção, a partir da experiência de um Centro de Referência Especializado no Atendimento à Mulher, em Fortaleza; (ii) desenvolvimento de ações de capacitação e ampliação da Rede de Atendimento à Mulher com a perspectiva do enfrentamento ao tráfico de mulheres; (iii) apoio à criação de Centros de Referência de Atendimento à Mulher em situação de violência nas áreas de fronteiras secas; e (iv) capacitação de todas as operadoras da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, para atendimento adequado às mulheres vítimas de tráfico e definição de fluxo de encaminhamento entre o Ligue 180, a Polícia Federal e o Disque 100 (disque denúncia nacional de combate à violência e ao abuso sexual contra crianças e adolescentes). Desde junho de 2008, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 passou a atender também aos casos referentes ao tráfico de pessoas.

Em março de 2008, foi realizada a II Jornada de Trabalho da Lei Maria da Penha, com a finalidade de formular ações de sensibilização do Poder Judiciário, para apoiar a estratégia de capacitação de profissionais e agentes públicos, ação prevista no Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Seguindo recomendação da II Jornada, foi firmado compromisso para fomentar a reflexão de magistrados sobre os casos de violência contra as mulheres e a aplicação da Lei Maria da Penha.

Nesse sentido, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento do Magistrado (ENFAM) ofereceu às Escolas Superiores das Magistraturas Estaduais Cursos Multidisciplinares sobre Violência Doméstica e a Lei Maria da Penha para todos os magistrados ingressantes na carreira, e aos demais, como requisito para promoção. Já foram realizados cursos nos Estados do Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Pará, Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro, além do Curso de Formação de Multiplicadores sobre Violência Doméstica e a Lei Maria da Penha, realizado no mês de novembro, em Brasília, que contou com a participação de pelo menos três juízes de cada um dos 26 Estados e do Distrito Federal.

Com relação ao enfrentamento da feminização da AIDS, foi realizada em março de 2008, no Rio de Janeiro, a I Reunião Ministerial de Políticas para as Mulheres e HIV de Países de Língua Portuguesa. O objetivo dessa reunião foi reunir Ministras e Ministros chefes de organismos de Políticas para Mulheres dos países de língua oficial portuguesa, representantes da área de saúde, de organizações da sociedade civil, de redes de pessoas vivendo com HIV e de parceiros internacionais, para acordar uma agenda com temas prioritários para a cooperação sul-sul no que tange ao fortalecimento das respostas nacionais à epidemia de HIV. Como resultado, foi lançada a Carta do Rio de Janeiro, com a reafirmação de compromissos dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) com o tema.

A Comissão Intergovernamental de Saúde Sexual e Reprodutiva do Mercosul realizou, em setembro de 2008, sob a Presidência *Pró Tempore* do Brasil, a reunião presencial e a Oficina sobre Mortalidade Materna, para os países que fazem parte da Comissão. Como resultado, foram propostos e aprovados pela XXV Reunião de Ministros de Saúde do Mercosul, em novembro de 2008, o Acordo sobre a Redução do Câncer de Colo de Útero e as Estratégias para a Redução da Mortalidade Materna na região.

O Governo apoiou também, nesse período, a realização da pesquisa Ibope/Themis sobre a percepção da população brasileira em relação à violência doméstica, especialmente em relação à Lei Maria da Penha. Os resultados mostraram que a sociedade reconhece a importância e a efetividade da Lei: 63% dos entrevistados afirmaram conhecer, ainda que de ouvir falar, a legislação e 83% têm uma visão positiva sobre sua capacidade de diminuir a violência contra as mulheres.

b) Quilombos

A Agenda Social Quilombola possui como principais eixos de atuação o acesso à terra, desenvolvimento local, moradia, cidadania, promoção da saúde, educação e transferência de renda. Para garantir o acesso à terra aos Quilombolas, o Governo tem feito esforços no sentido de viabilizar a emissão de toda a documentação necessária ao reconhecimento da presença quilombola na área e posterior regularização fundiária, que culmina com a titulação das comunidades quilombolas. Em 2008, foram emitidas 79 certidões de auto-reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares, totalizando, assim, 1.087 certidões emitidas, beneficiando 1.305 comunidades. Essa primeira etapa é fundamental para que os quilombolas possam acessar as mais diversas políticas públicas, com destaque para a área de saúde e educação, que compõem o Programa Brasil Quilombola (PBQ).

Criado em 2004, o PBQ tem como finalidade essencial a coordenação das ações governamentais – articulações transversais, setoriais e interinstitucionais – para as comunidades remanescentes de quilombos, com ênfase na participação da sociedade civil. O Programa, coordenado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção para a Igualdade Racial (SEPPIR/PR), tem suas ações executadas por 23 órgãos da administração pública federal, além de empresas e organizações da sociedade e se constitui no principal instrumento articulador das ações que compõem a Agenda Social Quilombola.

Para o processo de regularização fundiária é fundamental o relatório técnico produzido pela equipe multidisciplinar do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA), que visa à identificação e delimitação do território quilombola reivindicado pelas comunidades, viabilizando esse direito constitucional. Atualmente, existem 75 Editais de Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação publicados em benefício de 9.873 famílias.

Entre as realizações associadas aos outros Eixos da Agenda Social Quilombola, destaca-se o Programa Luz para Todos, em áreas quilombolas, que chegou à marca de 19,8 mil domicílios atendidos, investindo, no período 2004/2008, R\$ 99,1 milhões. Em 2008, o investimento alcançou o montante de R\$ 24,4 milhões, atendendo a 4,9 mil domicílios; além do Programa Bolsa Família, que alcançou, até maio de 2008, 16 mil famílias quilombolas.

c) Povos Indígenas

Em relação aos Povos Indígenas, que também integram o eixo de ampliação dos direitos de cidadania, destaca-se, em 2008, a constituição de 61 Grupos de Trabalho para realização de estudos de identificação, além do crescimento do ritmo das demarcações. Ainda assim, não foi possível alcançar a meta estabelecida na Agenda Social dos Povos Indígenas em virtude da redução do quadro técnico do órgão indigenista federal que ocorreu ao longo dos últimos vinte anos. Nesse sentido, o Governo, por meio da Medida Provisória nº 441, enviada ao Congresso Nacional em 29 de agosto de 2008, promoveu o início do processo de recomposição de quadros técnicos da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com a previsão de criação de 3.100 cargos de Indigenista Especializado, Agente em Indigenismo e Auxiliar em Indigenismo. Essa medida permitirá aprofundar a implementação da Agenda Social dos Povos Indígenas nos próximos anos.

Destaca-se, ainda, em 2008, a contratação da implantação de 30 Pontos de Cultura nos Estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia e Roraima, estando previstos outros 120 até 2010. Para 2009, estão previstos recursos para a implantação de três Centros Culturais e para a instalação e manutenção de 26 Casas de Cultura em terras indígenas. O detalhamento de outras ações no âmbito da Política Indigenista, incluindo a ampliação da participação dos Povos Indígenas na definição das políticas a eles dirigidas, por meio da consolidação da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), encontra-se no item 5 deste Capítulo.

d) Criança e Adolescente, Pessoas com Deficiência e Documentação Civil Básica

Os eixos Crianças e Adolescentes, Pessoas com Deficiência e Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica registraram avanços consideráveis no último ano e seguem como prioridade até 2010. No primeiro ano de execução, dedicou-se esforço especial na mobilização de parceiros. Os três temas estiveram na pauta das reuniões de Governadores do Nordeste e do Norte, bem assim no encontro da Frente Nacional de Prefeitos.

No eixo Crianças e Adolescentes, que já conta com a adesão de 19 Estados ao compromisso nacional pela redução da violência contra crianças e adolescentes, dentro do projeto Na Medida Certa, foram apoiadas, em 2008, 29 obras de construção e reforma de unidades de internação de adolescentes em conflitos com a lei, com investimento de R\$ 65 milhões. Mais 19 obras são previstas para este exercício. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) passou a garantir o financiamento para 387 Municípios com mais de 50 mil habitantes, para atendimento socioeducativo em meio aberto. Foi promovida, no referido período, a entrega do II

Prêmio Socioeducando, para premiação de boas práticas no País no sistema socioeducativo de atendimento a adolescentes em conflito com a lei.

No projeto Quem Ama Protege destaca-se o programa de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte, hoje atuando em 7 Estados e sendo implantado em outros três, tendo protegido 2.024 pessoas, em 2008. Em 2009, será alcançada a meta de atendimento às 11 regiões metropolitanas com maiores índices de violência do País. O Disque 100, para denúncias de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes, foi ampliado, com novas instalações, e registrou 535 mil atendimentos ao longo do ano passado, dos quais 30.508 concretizaram denúncias, o que representa um aumento de 80% em relação ao ano anterior. Para fazer frente a essa situação, destaca-se a implantação do Programa de Ações Integradas e Referenciais (PAIR) em 100 Municípios de regiões metropolitanas de 17 Estados. Em 2009, deverão ser feitos convênios com 100 outros Municípios para implementação do PAIR. A atuação especial em 15 cidades gêmeas da fronteira do Brasil com o Paraguai, Uruguai e Argentina ensinou a criação de um projeto de cooperação com esses países, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Dessa forma, o Disque 100 passará a atender também em espanhol. Registre-se, ainda, o avanço no fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, com a implantação de 11 escolas de conselhos, em 2008, e a expansão para todas as unidades da Federação em 2009, bem como a equipagem de conselhos tutelares, com a doação de 5 mil computadores pelo Banco do Brasil. Ainda para 2009, trabalha-se pela criação do Cadastro Nacional de Crianças Desaparecidas.

No eixo Pessoas com Deficiência, há que se destacar a adesão de 21 Estados e 82 Municípios ao Compromisso Nacional pela Inclusão das Pessoas com Deficiência, em 2008. Investiu-se mais de R\$ 30 milhões na ampliação do atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) a pessoas com deficiência, priorizando a concessão de órteses e próteses, medicamentos e tecnologia assistiva. No âmbito das ações para promoção da acessibilidade, 1.968 escolas foram beneficiadas com recursos para torná-las acessíveis a estudantes com deficiência. Pesquisa sobre a empregabilidade de pessoas com deficiência em órgãos públicos revelou número ínfimo de deficientes ocupando cargos públicos (1%). Para enfrentar essa situação, ao longo de 2009, será veiculada campanha de sensibilização da sociedade e de combate à discriminação e será lançado o Banco de Talentos como meio de apoio à empregabilidade das pessoas com deficiência.

O eixo Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica tem como destaque a realização da Semana Nacional de Mobilização para o Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica, que foi levada a cabo em todo o País, com ênfase em 958 Municípios dos Territórios da Cidadania. Junto a isso, foi lançada campanha de mídia para sensibilização da população sobre a importância do registro civil de nascimento. Dados do IBGE, relativos a 2007, apresentados em 2008, indicaram o índice de sub-registro de nascimento no patamar de 12,7%. A meta da Agenda Social é alcançar índice inferior a 5% até 2011.

1.4. Cultura

No eixo Cultura, o Programa Mais Cultura, foi norteado pela gestão integrada de políticas públicas, no fortalecimento do pacto federativo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios e na participação social. Ao longo de 2008, foram repassados R\$ 199 milhões aos governos estaduais, para implementação de pontos de cultura, visando alcançar 20 mil unidades, em 2010, criando uma rede de produção cultural no País. No citado ano, esse Programa contou com uma dotação orçamentária da ordem de R\$ 222,2 milhões, dos quais foram comprometidos R\$ 198,9 milhões para a implantação dos seguintes projetos: Pontos de

Cultura, Pontos de Leitura, Pontos de Difusão, Pontinhos e Pontões, Bibliotecas, Bibliotecas de Referência, Bibliotecas de Pequeno Porte e Bibliotecas Comunitárias, dentre outros.

Para potencializar as ações do Programa e garantir um melhor acompanhamento de suas ações pelo País, foram assinados acordos de cooperação com 15 ministérios, cinco bancos públicos e 16 governos estaduais. Como o Programa pretende contemplar prioritariamente as áreas de maior vulnerabilidade social, foi estabelecida uma territorialização com base no mapa dos Territórios da Cidadania – que atendem especialmente áreas rurais – e do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que atua em regiões metropolitanas com forte índice de violência. As perspectivas, para o ano de 2009, são de aprimoramento e consolidação da pactuação federativa, bem como da participação e controle social.

1.5. Educação

A partir do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, o Governo colocou à disposição dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instrumentos eficazes de avaliação e de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação. Nesse contexto, e respeitando os pilares que o sustentam – territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização e participação social – foram desenvolvidas políticas públicas de educação que alcançam todos os seus níveis e modalidades, buscando maior qualidade da Educação.

A promoção da qualidade da educação é um desafio que vem sendo enfrentado em seus diferentes aspectos. Educação de qualidade para todos e para cada um resume a orientação que o tema vem merecendo do Governo. Isso significa que as ações implementadas pelo Governo tanto atendem à melhoria dos padrões de qualidade em todos os níveis e modalidades quanto ao combate às desigualdades no acesso à educação. Desse modo, a Agenda Social incorporou o tema da educação em cada um de seus componentes, quer sejam os Territórios da Cidadania, o Brasil Quilombola, a agenda dos Povos Indígenas e na atenção a pessoas com deficiências. A educação incorpora-se à Agenda como fator de fortalecimento das identidades desses diferentes grupos, ao mesmo tempo em que se articula como elemento de emancipação ao dar ênfase e foco na garantia de universalidade e de qualidade. Diversas ações foram articuladas com os demais órgãos federais e estão detalhadas no item 3 deste Capítulo.

1.6. Saúde

A gestão do modelo de atenção adotado para o SUS teve importante impulso em 2008, com a implementação do Programa Mais Saúde, que compõe a inserção do setor Saúde na Agenda Social. O Mais Saúde prevê o aprofundamento e atualização dos objetivos do SUS, com a definição de um conjunto de diretrizes estratégicas que norteiam investimentos suplementares às ações componentes do Plano Plurianual na área da Saúde. Essa definição se dá de acordo com a identificação de prioridades e da reorientação da política setorial, com foco na melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida da população.

Esse novo direcionamento foi integrado aos princípios da gestão pactuada orientados pelos Pactos pela Vida e de Gestão do SUS, e resultou na articulação intergestores para o fortalecimento da gestão descentralizada. Nesse sentido, foram criados espaços interfederativos integrados por todos os gestores municipais de uma região de saúde e pela representação estadual, os denominados Colegiados de Gestão Regional (CGRs), com a finalidade de assegurar a pactuação regional. Esta, por sua vez, tem os objetivos de contribuir para a ampliação da eficiência e organização do SUS e orientar a atuação dos gestores estaduais

e municipais. Para 2008, estava prevista a constituição de 340 CGRs. No entanto, foram formados 352, o que corresponde a 103,52% da meta.

Ainda em 2008, a pactuação de responsabilidades descentralizadas, compromisso firmado pelas Secretarias Estaduais de Saúde, com o objetivo de pactuar e formalizar a assunção das responsabilidades e atribuições inerentes à esfera estadual na condução do processo permanente de aprimoramento e consolidação do SUS, atingiu 26 Estados e o Distrito Federal com adesão ao Termo de Compromisso de Gestão. Com relação à esfera municipal, até novembro de 2008, foi atingido um quantitativo correspondente a 49,4% dos Municípios brasileiros.

Importante iniciativa para o aprimoramento da gestão foi a evolução do Sistema de Planejamento do SUS, instituído pelo Governo, em 2006, cujas contribuições para o aprimoramento da gestão são observadas em resultados significativos sobre o processo de gestão, dentre os quais a influência sobre a qualidade do gasto em saúde. Esse sistema, em 2008, teve resultado satisfatório na difusão de métodos e técnicas de apoio às áreas de planejamento do SUS e na constituição de um sistema contínuo e retroalimentado de planejamento das ações de saúde. Com essa finalidade, foram realizados três encontros regionais, de abrangência nacional, com profissionais das áreas de planejamento do SUS, nos quais foram revisadas as propostas iniciais de elaboração dos instrumentos institucionais de planejamento – Planos de Saúde, Programações Anuais e Relatórios Anuais de Gestão –, além de avaliados os avanços obtidos no decorrer da implementação do sistema. O detalhamento das ações de saúde, como pode ser visto no item 4, deste Capítulo, demonstram a repercussão desses avanços.

1.7. Segurança Pública

O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci) conta com 94 iniciativas nas áreas de prevenção, controle e repressão qualificada à criminalidade, que reúne a União, os Estados, os Municípios e a comunidade, por meio da celebração de convênios, contratos e consórcios. A articulação entre a sociedade civil e as diferentes forças de segurança – como os bombeiros, as polícias e a guardas municipais – é realizada por meio de ações organizadas pelos Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM), com o auxílio de equipes multidisciplinares na identificação dos projetos a serem implementados nos Municípios. As ações de caráter estrutural vêm para modernizar as polícias e o sistema prisional, por meio da valorização dos profissionais dessas áreas e do enfrentamento à corrupção policial e ao crime organizado. Os programas locais, por sua vez, têm como público-alvo os jovens entre 15 e 24 anos que se encontram à beira da criminalidade ou em conflito com a lei. A reinserção dos jovens é feita por intermédio de um processo formativo em que os programas sociais auxiliam na recuperação da cidadania.

O Pronasci já foi implementado em 20 Estados e 90 Municípios, em apenas 15 meses, atuando, neste primeiro momento, nas seguintes regiões metropolitanas, onde estão concentrados elevados índices de criminalidade: Belém, Belo Horizonte, entorno de Brasília, Curitiba, Fortaleza, Maceió, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Vitória.

O novo paradigma de segurança pública valoriza o policial e o faz por meio de um tripé: o policial recebe bolsa, formação e acesso a um plano de aquisição de moradia digna. O Programa de Arrendamento Residencial (PAR), que conta com a parceria da Caixa Econômica Federal, atenderá aos policiais civis, aos militares, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais. Além de moradia própria, o profissional de segurança pública poderá contar com o Bolsa Formação, que oferece complemento de R\$ 400 na renda dos profissionais que ganham até R\$ 1.700, com a contrapartida de que eles participem de cursos de atualização.

Para isso, será ampliada e consolidada a Rede Nacional de Educação a Distância (EAD), por meio da instalação de mais de 150 telecentros, que possibilitarão acesso remoto a cursos de capacitação, além da criação de cursos para tecnólogos, especialização e mestrado em segurança pública por intermédio da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Só em 2008, o Pronasci capacitou 348 mil policiais, e, destes, 57 mil foram contemplados com bolsas.

No âmbito do fortalecimento da comunidade, o Pronasci atingirá 15,5 mil mulheres no ano de 2009, as chamadas Mulheres da Paz, que serão capacitadas e atuarão como multiplicadoras de temas como Ética, Direitos Humanos e Cidadania. Para tanto, o Governo Federal investirá, R\$ 50,6 milhões, o que inclui todo o processo de formação e o pagamento de bolsa no valor de R\$ 190,00 mensais para cada uma. O Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável (Protejo) prestará assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas. Cada jovem receberá uma bolsa de R\$ 100 por mês durante um ano.

O sistema prisional contará com 41 mil novas vagas para homens e 5,4 mil para mulheres em presídios especiais, com atendimentos educacional, profissionalizante e de cidadania. Está prevista, já para 2009, a criação de 4.210 vagas, geradas com a construção de dez penitenciárias para jovens e adultos, a serem entregues às secretarias gestoras dos sistemas prisionais nos Estados de Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Rondônia. Os recursos já foram empenhados junto à Caixa Econômica Federal, no valor de quase R\$ 140 milhões (R\$ 15 milhões por unidade prisional).

O Pronasci confere destaque ao percurso social e formativo nas áreas de Educação, Cultura, Economia Solidária e Esporte, que propicia o resgate da cidadania dos jovens entre 18 e 24 anos, a partir dos programas selecionados pelo Ministério da Justiça. A participação em atividades culturais e de lazer auxilia no combate à violência urbana. Assim, o Pronasci construirá novas bibliotecas e muitas serão reformadas, atuando como centros culturais, com equipamentos multimídia e acesso gratuito à Internet. Além disso, os jovens serão estimulados a participar de atividades musicais, teatrais e de dança, nas escolas e nos centros comunitários. E a comunidade ajudará a criar os museus comunitários, nos quais serão compartilhados e mantidos a memória e os saberes populares de cada local.

O Ministério do Esporte, parceiro do Pronasci em dois programas, contribui para a construção de quadras de esporte, com opções saudáveis de lazer. Em se tratando dos jovens em situação prisional, eles aprendem, por meio do Programa Pintando a Liberdade, a fabricar materiais esportivos, como bolas de futebol e redes de basquete, técnicas de serigrafia e impressão de diversos materiais. Já o Pintando a Cidadania tem foco nas famílias dos apenados. Por meio desse Programa, os parentes dos jovens presos desenvolvem as mesmas atividades executadas pelos apenados no Programa Pintando a Liberdade. Assim, cumprida a pena, o jovem retornará à família de origem, capacitado a desenvolver na comunidade o trabalho praticado na prisão.

Na área da Educação, o Pronasci tem como prioridades para 2009 a efetivação do Programa de Educação Profissional para Jovens e Adultos (Proeja) e cursos preparatórios para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), que serão intensificados junto aos jovens das comunidades identificadas como público-alvo do Programa. Outra prioridade é a reintegração de jovens presos ao mercado de trabalho e investirá na ampliação do projeto Economia Solidária, que visa desenvolver novas alternativas de geração de trabalho e renda e fortalecer a inclusão social. Serão implantados, neste exercício, bancos comunitários que não visam lucro

e são voltados ao desenvolvimento local integrado, por intermédio de financiamento a pequenos grupos produtivos aliado a contrapartidas de cunho social. Os presídios abrigarão incubadoras tecnológicas, que deverão capacitar profissionalmente os apenados e auxiliarão na organização coletiva desses jovens.

2. Juventude

a) Política Nacional de Juventude

Ao longo de 2008, a ação do Governo, norteada pelos objetivos de assegurar direitos e gerar oportunidades para os jovens, foi executada a partir de cinco dimensões: institucional, legal, internacional, participativa e inclusiva.

Na dimensão Institucional, foi incentivada a criação de organismos governamentais de juventude em Estados e Municípios. Cabe destacar os cursos de formação de gestores estaduais e municipais de juventude, cujo projeto-piloto foi realizado em parceria com o Banco Mundial, nos Estados do Ceará, Maranhão, Tocantins e Pernambuco. A iniciativa, que terá continuidade em 2009, visa fortalecer a temática juvenil e qualificar os gestores para executar as políticas públicas para a juventude.

Na dimensão normativa, em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.692, que criou o ProJovem Integrado, e editado o Decreto nº 6.629, que regulamentou esse programa. O ProJovem passou a atuar nas modalidades Adolescente, Urbano, Campo e Trabalhador. Essas modalidades têm a finalidade de reintegrar os jovens ao processo educacional, com qualificação profissional em nível de formação inicial e desenvolvimento humano. Cabe destacar ainda os esforços do Poder Executivo para aprovar a PEC nº 138, de 2003, em dois turnos, pela Câmara dos Deputados, que agora tramita no Senado Federal. Essa proposta, conhecida como PEC da Juventude, prevê que será assegurada prioridade em direitos como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura ao jovem entre 15 e 29 anos.

Quanto à dimensão internacional, está sendo apreciado pelo Congresso Nacional o processo de adesão do Brasil à Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ) – único organismo multilateral ligado à ONU que trata do tema juventude. As discussões no âmbito da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ), ocorrida em dezembro último na cidade de Salvador, obedeceram aos esforços de integração sul-americana implementados pelo Governo, em especial quanto ao estímulo para participação de representantes da sociedade civil.

No ano passado, foram estabelecidas cooperações técnicas com os países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O Governo participou também da Cúpula dos Chefes de Estado dos Países Ibero-Americanos, reunida em San Salvador, na qual o tema foi Juventude e Desenvolvimento. Ao final do encontro, foram aprovados a Carta e os Compromissos de San Salvador, incluindo o Plano de Cooperação e Integração Ibero-Americano de Juventude.

Na dimensão participativa, o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) coordenou a realização da 1ª Conferência Nacional de Juventude. A Conferência contou com a participação de mais de 400 mil jovens em todas as suas etapas. Foram realizadas 840 conferências municipais e regionais, em todos os Estados e no Distrito Federal; 690 conferências livres e a consulta aos povos e comunidades tradicionais. A Conferência resultou no estabelecimento de 70 resoluções e na proposta de 22 prioridades para as Políticas de Juventude.

O Conjuve elaborou também o Pacto pela Juventude, que tem o objetivo de buscar o compromisso das esferas governamentais da União, dos Estados e dos Municípios e dos candidatos a prefeito e a vereador com as Políticas Públicas de Juventude, no âmbito de suas ações de governo e plataformas eleitorais. Ao longo do segundo semestre de 2008, foram realizadas 128 atividades nas 27 unidades da Federação. Ainda com o objetivo de fortalecer a institucionalidade da Política de Juventude, foi realizado o I Encontro Nacional de Conselhos de Juventude, em novembro, em Luziânia, no Estado de Goiás. O evento contou com a presença de mais de 200 conselheiros, gestores e observadores, representantes de mais de 90 Municípios de todos os Estados. Com o tema Fortalecendo Diálogos, o encontro foi um marco importante para estabelecer o contato entre os atores sociais envolvidos na temática da juventude e ampliar as discussões sobre as resoluções da Conferência, possibilitando o início de uma rede de conselhos.

No campo da inclusão de jovens, além do ProJovem, cabe destacar programas setoriais tratados nesta Mensagem, como os Pontos de Cultura, o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), o ProUni, entre outros, e iniciativas como a ampliação de vagas nas universidades públicas, a recuperação e aumento do número de escolas técnicas federais, bem como o Fundo de Valorização e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

a) ProJovem Integrado

O ProJovem Integrado unificou seis programas governamentais – Agente Jovem, ProJovem, Saberes da Terra, Consórcio de Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica – em um único programa, que ampliou a faixa etária de 18 a 24 anos para 15 a 29 anos. O Programa tem gestão compartilhada entre a Secretaria-Geral da Presidência da República e os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com a participação das prefeituras municipais, governos de Estados e do Distrito Federal.

O ProJovem Urbano conta com um projeto pedagógico integrado que articula a conclusão do ensino fundamental com a qualificação profissional inicial para os jovens de 18 a 29 anos, inclusão digital e experiências de participação cidadã. Em 2008, ofereceu 334.225 vagas. Até setembro de 2008, 24 Municípios e um Estado iniciaram suas atividades, totalizando 89.942 matrículas. Até fevereiro de 2009, ocorre a segunda etapa de matrículas em outros 22 Estados e 82 Municípios.

O ProJovem Campo – Saberes da Terra tem como objetivo a escolarização em nível fundamental, integrada à qualificação social e profissional de jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos. Dessa forma, torna-se uma estratégia político-pedagógica para garantir os direitos educacionais dos povos do campo por meio da criação de políticas públicas nos sistemas de ensino que sejam estimuladoras da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável como possibilidades de vida, trabalho e constituição dos cidadãos do campo. No biênio 2008-2009, serão atendidos 35.000 jovens em 19 Estados.

O ProJovem Trabalhador tem como objetivo a qualificação e inserção do jovem, em situação de desemprego e que seja membro de família com renda mensal per capita de até um salário mínimo, no mercado de trabalho. Em 2008, foram finalizados os procedimentos para a assinatura dos termos de adesão com 11 Estados e com o Distrito Federal.

A previsão, para 2009, quanto ao ProJovem Trabalhador, é possibilitar a qualificação de 222.894 jovens. Para isso, serão realizadas parcerias com entes federados com a meta de qualificação de 133.736 jovens, nas ações Juventude Cidadã e Escola de Fábrica.

Nas parcerias com entidades sem fins lucrativos, a meta é qualificar 89.158 jovens por meio da ação dos Consórcios Sociais da Juventude.

O ProJovem Adolescente é o serviço socioeducativo de proteção básica para jovens, de 15 a 17 anos, de famílias do Programa Bolsa Família e em situação de risco social. No ano de 2008, essa modalidade foi implantada, promovendo atividades de convívio, participação cidadã e iniciação ao mundo do trabalho; garantindo o acompanhamento às famílias dos jovens pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); e mantendo o jovem na escola e articulando ações com outras políticas setoriais. Segundo informações prestadas pelos 2.330 Municípios que aderiram ao ProJovem Adolescente, atualmente, são 426.550 jovens frequentando o serviço.

3. Educação

a) Educação Básica

O Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, instituído em abril de 2007, é uma estratégia do PDE e inaugura um novo regime de colaboração, que busca reestruturar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia, envolvendo primordialmente a decisão política, a ação técnica e o atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais.

O Compromisso Todos pela Educação é um plano de longo prazo, sistêmico, que estabelece metas de qualidade a serem alcançadas com base no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Ao aderir ao Compromisso Todos pela Educação, Estados e Municípios devem se comprometer com as 28 diretrizes do Programa e realizar um diagnóstico minucioso da realidade educacional local.

Somente após a realização desse diagnóstico, os Estados e Municípios estão aptos a receber os recursos que lhes permitirão desenvolver um conjunto coerente de ações, que é o que se denomina Plano de Ações Articuladas (PAR). Em 2008, todos os Estados e Municípios aderiram ao Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, sendo que 3.850 Municípios e 26 Estados concluíram a adesão por intermédio das Secretarias de Educação. A prioridade para atendimento são os Municípios com mais baixo IDEB. Cada Estado ou Município deve se preparar para a implantação das ações do PAR durante o período de quatro anos (2008/2011). É a partir do PAR que são selecionadas as ações que serão objeto de assistência técnica e/ou financeira do Governo Federal. Espera-se que, em 2009, todos esses Planos de Estados e Municípios estejam concluídos.

O Governo constrói e disponibiliza os instrumentos, orienta Estados e Municípios na elaboração e implementação do PAR, na utilização do módulo Plano de Metas do sistema informatizado de elaboração e acompanhamento, analisa e aprova os planos, acompanha a assistência de Estados e universidades aos Municípios. Cabe ressaltar que, ao iniciar a mobilização de Estados e Municípios para adesão ao Plano de Metas do PDE, a expectativa do Governo era a adesão e elaboração de cerca de 2.000 PAR. Hoje, já são mais de 4.370 planos de ações articuladas elaborados ou em fase de elaboração. Entre 2007, quando teve início o repasse de recursos por meio do PAR, e 2008, até o início do período de embargo eleitoral, foram repassados aos Estados e Municípios recursos da ordem de R\$ 1,8 bilhão.

Desde 2007, o Governo tem prestado assistência financeira, em caráter suplementar, ao Distrito Federal e aos Municípios que firmaram Termo de Adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, com vistas a melhorar a estrutura da rede

física da Educação Infantil, por intermédio do Proinfância, para construção de escolas de projeto específico para atendimento a crianças de 0 até 6 anos de idade, providas de equipamentos e mobiliário apropriados para creches e pré-escolas públicas. Em fins de 2007 e em 2008, foram assumidos compromissos de assistência financeira para a construção de 944 escolas infantis, em 917 Municípios, significando um investimento de R\$ 896 milhões na educação infantil. Para 2009, a previsão de atendimento abrange a construção de mais 500 escolas infantis, com um montante de recursos aplicados da ordem de R\$ 500 milhões.

Em 2008, foram aplicados R\$ 98,6 milhões na reforma e ampliação de escolas das redes estaduais e municipais de ensino fundamental e de ensino médio. Foram desenvolvidos os projetos-padrão para a edificação de novas unidades urbanas para serem fornecidos a Estados e Municípios. Em 2009, os investimentos serão realizados com base no Sistema Informatizado de Microplanejamento da Rede Escolar, que considera as características demográficas, geográficas, sociais, econômicas e administrativas que interferem na demanda e no atendimento educacional, e nas informações do Levantamento da Situação Escolar (LSE), que é um diagnóstico das condições físicas dos prédios escolares, da disponibilidade de ambientes, mobiliário e equipamento e da existência de material pedagógico e de recursos humanos, tendo como base a metodologia de padrões mínimos de funcionamento da escola.

O Governo vem apoiando os Estados, Municípios e o Distrito Federal no processo de adequação das escolas à Lei nº 11.274, de 2006, que amplia a duração do ensino fundamental de oito para nove anos. Em 2008, esse apoio se efetivou por meio da realização de 30 encontros de formação que contaram com 8.840 participantes, sendo que a estimativa é de que a cobertura em termos de assessoramento tenha chegado a 80% dos Municípios brasileiros.

Em 2008, foi transferido o montante de R\$ 1,5 bilhão pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) a Estados, Distrito Federal, Municípios e escolas federais, para atender a 34.677.157 alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas de ensino fundamental, inclusive as indígenas e as localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Em 2009, o número de alunos beneficiados deverá ser ampliado pela inclusão dos alunos do ensino médio e da educação de jovens e adultos, acrescentando, aproximadamente, R\$ 800 milhões ao montante de recursos financeiros atualmente transferidos.

Por meio dos Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição do Escolar (Cecane), em parceria com Universidades Federais, foi realizado em 2008 o treinamento de 5.000 pessoas, tais como merendeiras, nutricionistas, conselheiros de alimentação escolar, pescadores e agricultores familiares. Em 2009, há a previsão de um incremento de 10% no número de pessoas treinadas, considerando a inclusão de novas categorias como diretoria de escolas e professores, além da criação de mais dois Cecanes.

No contexto das melhorias pretendidas na execução do PNAE, estão sendo estabelecidos, para 2009, novos critérios para aquisição direta de insumos agropecuários para a alimentação escolar, destinando cerca de 30% de seus recursos para a aquisição de produtos da agricultura familiar.

Como importante pilar para a melhoria da qualidade da educação básica, o Governo vem implementando vários programas que têm por finalidade prover as escolas das redes federal, estadual, municipal e as entidades parceiras do Programa Brasil Alfabetizado de livros didáticos e de literatura de qualidade. Os livros didáticos são fabricados para serem utilizados por três anos, de forma a beneficiar mais dois estudantes em anos consecutivos.

No âmbito do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), foram distribuídos 110,2 milhões de livros, adquiridos no final de 2007, beneficiando 31,1 milhões de alunos, com investimento de R\$ 639,9 milhões na aquisição e distribuição. Já estão em distribuição 60,5 milhões de livros para 29,1 milhões de alunos, referentes ao ano letivo de 2009, com investimento, em 2008, de R\$ 406,2 milhões em aquisição e distribuição apenas para reposição do sistema de atendimento, considerando a durabilidade prevista de três anos.

Em 2008, tendo em vista a ampliação do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), completando a grade curricular de matérias, foram adquiridos 43,1 milhões de exemplares para serem utilizados por 7,2 milhões de estudantes em 2009, ao custo total de R\$ 504,7 milhões. A distribuição de livros didáticos é resultado de uma parceria entre os Correios e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A operação atende no total a 142 mil escolas em mais de 5.500 Municípios. É considerada a maior operação logística dos Correios, pois a entrega de todos os livros adquiridos pelo Governo é feita em cada escola. De setembro de 2008 até fevereiro de 2009, serão levados 103 milhões de exemplares, correspondendo a 70 mil toneladas de carga e 3.500 viagens de carreta – além de outros tipos de transporte. Os Correios montam uma estrutura logística dedicada exclusivamente a esse fim.

Em 2008, foram beneficiados, com o investimento de R\$ 73 milhões do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), todos os alunos das escolas públicas de Educação Básica. Em 2009, cerca de 20 milhões de estudantes das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio das redes públicas de todo o País serão beneficiados com novos acervos literários. O investimento previsto é de R\$ 73 milhões.

Para assegurar o direito à educação, eliminar as barreiras no acesso ao currículo, à informação e à comunicação e garantir a acessibilidade aos alunos com deficiência sensorial, foram desenvolvidas ações de produção de livros em Braille, áudio e Língua Brasileira de Sinais (Libras), e distribuídos 1.100 laptops para os alunos cegos dos anos finais do ensino fundamental e do primeiro ano do ensino médio, no âmbito dos programas de livros didáticos e paradidáticos do MEC voltados aos alunos da Educação Básica.

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a educação especial é uma modalidade transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, que disponibiliza serviços e recursos de acessibilidade e realiza o atendimento educacional especializado complementar ao ensino regular, promovendo a plena participação e aprendizagem dos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, matriculados no ensino regular.

Em 2008, o Governo contemplou 4.300 escolas, sendo 792 estaduais e 3.508 municipais, com a implantação das salas de recursos multifuncionais com vistas a ampliar a oferta do atendimento educacional especializado, no contra-turno, aos alunos da educação especial matriculados nas classes comuns do ensino regular público.

Em relação à escola acessível, objetivando garantir nos sistemas e nas redes públicas de ensino a acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, em 2008, foram apoiadas adequações arquitetônicas em 2.000 prédios escolares, com repasse de recursos por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e orientação às escolas para o cumprimento das normas gerais de acessibilidade previstas no Decreto nº 5.296, de 2004, e nas normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No último exercício, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE), foram repassados aos Estados e Municípios R\$ 301,2 milhões para apoiar a prestação de serviços de transporte, beneficiando 3,46 milhões de alunos do ensino fundamental da rede pública da zona rural. Para 2009, prevê-se a extensão do atendimento para toda a Educação Básica, quando deverão ser repassados recursos da ordem de R\$ 400 milhões, para beneficiar 4,5 milhões de alunos residentes em área rural. Em complementação ao PNATE, o Programa Caminho da Escola beneficiou 416 Municípios na aquisição de 1.152 veículos especialmente projetados para o transporte escolar rural, mediante financiamento pelo BNDES no montante de R\$ 161,2 milhões. Além desses, 252 Municípios e um Estado aderiram ao programa para compra do veículo padronizado com recursos próprios. Também foram repassados R\$ 89,8 milhões, por meio de transferência voluntária, a 548 Municípios para a aquisição de 638 veículos. Para 2009, está prevista a carteira de R\$ 780 milhões do BNDES e de R\$ 250 milhões do MEC para a aquisição de, aproximadamente, 6.180 ônibus escolares, de acordo com especificações técnicas detalhadas, garantindo mais qualidade e segurança ao transporte escolar.

Em 2008, o Governo lançou a primeira edição da Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa – Escrevendo o Futuro, dirigida aos alunos das escolas públicas, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das competências dos alunos em leitura e produção de textos. A Olimpíada contou com a participação de 5.545 Municípios, 55.570 escolas, 130.650 professores e 6 milhões de alunos de todas as unidades da Federação. Já na Olimpíada Brasileira de Matemática foram inscritos, na primeira etapa do certame, aproximadamente 18,3 milhões de estudantes, oriundos de 40.377 escolas. A previsão para 2009 é de que a participação ultrapasse os 19 milhões de estudantes.

Com o objetivo de melhorar a qualidade dos ensinos fundamental e médio, bem como de identificar jovens talentos que possam ser estimulados a seguir carreiras científico-tecnológicas, o Governo fomenta, em âmbito nacional, a realização de olimpíadas e feiras nas áreas de Ciências, Física, Química, Biologia, Astronomia, entre outras. No ano passado foram empregados cerca de R\$ 1,5 milhão que possibilitaram a realização de 9 atividades de fomento de grande porte.

Está em discussão a Política Nacional de Formação dos Profissionais do Magistério da Educação Básica e o disciplinamento da atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no fomento a programas de formação inicial e continuada. Prevê-se a criação de fóruns de apoio à formação de profissionais da educação em cada unidade da Federação. Cada um dos fóruns realizará planejamento estratégico para identificar a demanda de professores habilitados em seus respectivos sistemas de ensino e o esforço necessário para que as Instituições de Ensino Superior (IES) possam atendê-la de forma plenamente satisfatória.

Já o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) tem duplo objetivo: aproximar as instituições formadoras das escolas dos sistemas de ensino de Estados e Municípios e criar as condições materiais para que licenciandos tornem a sala de aula na escola parte integrante de sua formação para o magistério. Em 2008, foram selecionados 37 projetos institucionais, envolvendo 183 cursos de licenciaturas e 246 escolas de Educação Básica. O PIBID aprovou, nesta primeira edição, um total de 3.035 bolsistas, dos quais 2.121 estudantes de graduação, 223 professores-coordenadores e 445 professores-supervisores.

Outra ação governamental é o Prodocência, voltado para o fortalecimento das licenciaturas nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e Instituições de Ensino Superior (IES) estaduais, mediante o apoio à inovação de práticas pedagógicas, foi ampliado e consolidado, passando a ser um importante instrumento de construção de sintonia entre Diretrizes Curriculares

Nacionais (DCN) dos cursos de licenciatura, os projetos pedagógicos dos cursos, o ensino das disciplinas nas escolas e as avaliações conduzidas pelo INEP (Prova Brasil, SAEB e ENEM, na Educação Básica, e Enade e avaliação *in loco* dos cursos de graduação, no caso da Educação Superior). O Prodocência torna-se, assim, essencial no processo de construção de rotinas e procedimentos institucionais e de instrumentos e materiais didático-pedagógicos que assegurem a visão sistêmica da educação, integrando os esforços em andamento.

Por sua vez, o Programa de Formação Continuada em Mídias na Educação objetiva proporcionar formação continuada para o uso pedagógico das tecnologias de informação e possibilita diferentes percursos de aprendizagem e certificação. São três os níveis de certificação constituindo ciclos de estudo: o ciclo básico, com 120 horas de duração; o intermediário, de aperfeiçoamento, com 180 horas; e o avançado, de especialização, com 360 horas. Em 2008, foram ofertadas cerca de 32.000 novas vagas nos três níveis. Para 2009, pretende-se formar em torno de 30.000 professores dos sistemas públicos de ensino em nova oferta.

O ProInfantil, que é um curso em nível médio, a distância, na modalidade Normal, destinado aos professores da educação infantil em exercício, formou 3.700 professores em 2008. Em 2009, o ProInfantil ampliará o atendimento abrangendo todas as unidades da Federação com meta de formação estimada de 20 mil professores. Aos 829 docentes que ministraram os cursos de formação inicial foram pagas 14.680 bolsas, perfazendo um total de R\$ 5,2 milhões aplicados.

A Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, criada neste Governo, conseguiu institucionalizar a oferta de produtos e cursos de formação de professores, por meio da criação e do fortalecimento de centros de pesquisa e desenvolvimento ligados às instituições de ensino superior. A Rede conta com a atuação de 19 universidades. Em 2008, os resultados alcançados com o atendimento às demandas oriundas do PAR/PDE totalizaram 33.554 profissionais da educação atendidos. Para 2009, o atendimento será realizado a partir da formulação de demandas do PAR pelos Estados e Municípios. Implantado no âmbito da Rede, o Pró-Letramento teve, em 2008, o total de 228.610 professores inscritos em todas as etapas do curso. A previsão para 2009 é atender 133.000 professores.

No apoio à formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, merece destaque a atuação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), por meio da realização de cursos na área de Administração, de Gestão Pública e outras áreas técnicas. Atualmente, 75 instituições integram o Sistema UAB, entre universidades federais, universidades estaduais e Cefets. Já foram aprovados e instalados 562 pólos de apoio presencial com 60 mil vagas e expectativa de 110 mil para 2009 (46 no Centro-Oeste, 157 no Sudeste, 58 no Norte, 177 no Nordeste e 97 no Sul.). Além disso, até março de 2009, a UAB selecionará mais 300 novos pólos, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na rede pública da Educação Básica, ampliando a rede para um total de 862 pólos. Os pólos de apoio presencial da UAB, prioritariamente situados em Municípios do interior do País, destinam cerca de 50% das vagas para professores da Educação Básica em exercício na rede pública. Foram beneficiados cerca de 7.200 docentes dos cursos oferecidos pelas Instituições Federais de Ensino Superior participantes, com o pagamento de 83.643 bolsas no valor global de R\$ 63,9 milhões.

O Programa Gestão da Aprendizagem Escolar (Gestar II) oferece formação continuada, na modalidade semipresencial, destinado à capacitação de professores dos anos finais do ensino fundamental, da rede pública de ensino, nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática. Iniciado em 2008, atendeu a um total de 903 professores cursistas em 10 Estados. Em virtude da grande demanda, a expectativa de atendimento para 2009 é de 147.287 professores cursistas.

No que se refere à formação e profissionalização dos trabalhadores da educação que atuam fora da sala de aula, o Governo está empenhado em dar seguimento ao ProFuncionário, que está titulando em nível médio, com habilitação nas áreas de Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos, Meio Ambiente e Manutenção da Infra-estrutura Escolar, funcionários que atuam nos sistemas de ensino da Educação Básica pública. Em 2008, a estrutura de implementação do Programa foi reformulada, passando a ser oferecido por meio dos Cefets em parceria com as secretarias de educação. A previsão para 2009 é atender aos 41.435 profissionais dos 22 Estados já inscritos.

No âmbito da formação continuada de professores na educação especial, que abrange quatorze instituições de educação superior, são ofertados 19 cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização na área do atendimento educacional especializado, na modalidade a distância. As ações de formação abrangem ainda, na modalidade presencial, cursos de educação inclusiva, de educação especial, de educação profissional e de equipes intersetoriais, contemplando cerca de 30 mil professores da rede pública. Em 2009, a perspectiva é ampliar a formação *lato sensu*, para o atendimento educacional especializado.

O Programa Mais Educação é uma estratégia de desenvolvimento da educação integral no País que fomenta atividades socioeducativas no contra-turno, visando ampliar a jornada escolar, por meio de um sistema de parceria construído com a sociedade, comunidades, clubes, parques, na construção de uma alternativa extraclasse, redimensionando a visão de tempo e espaços escolares, para além de seus muros.

O Programa está presente em 55 Municípios localizados em 25 Estados e no Distrito Federal, pois sua inserção foi baseada em critérios que contemplam capitais ou regiões metropolitanas/cidades-pólo e ainda Municípios acima de 200 mil habitantes, especialmente aqueles com os mais baixos índices de desenvolvimento da Educação Básica. Em 2008, participaram 1.400 escolas, com 380.000 alunos em educação integral. A previsão para 2009 é ampliar o atendimento para 5.000 escolas e atingir 1 milhão de alunos.

b) Educação Superior

Em reconhecimento ao papel estratégico das universidades públicas federais para o desenvolvimento econômico e social e com o objetivo de implementar ações integrantes ao PDE, o Governo adotou uma série de medidas que têm como propósito retomar o crescimento do ensino superior público.

O crescimento da rede de Instituições Federais de Ensino Superior pode ser entendido a partir de três momentos principais. O primeiro ciclo, no período de 2005 a 2008, caracteriza-se pela expansão das instituições para o interior do País. Significou a implantação de 10 novas universidades, além da consolidação de 49 *campi*. O segundo ciclo, que compreende o período de 2007 a 2012, caracteriza-se pela reestruturação e expansão das universidades federais. O terceiro momento tem como principal característica a expansão com ênfase em interfaces internacionais. Nesse sentido, estão em tramitação no Congresso Nacional os projetos de implementação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com sede em Foz do Iguaçu (PR); da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), em Santarém (PA); da Universidade Luso-Afro-Brasileira (Unilab), com sede em Redenção (CE); e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), com sede na cidade de Chapecó (SC).

Os projetos de expansão das universidades federais contemplaram não apenas o aumento do número de vagas, mas também a abertura de cursos noturnos, a redução do custo por aluno, a flexibilização dos currículos, a criação de novas arquiteturas

curriculares e a adoção de ações de combate à evasão. Com a meta de atingir 227.668 vagas ofertadas e 920 mil matrículas, até o ano de 2012, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) representará uma ampliação de 135% no número de vagas no ensino noturno.

Em relação aos projetos especiais de graduação, o Programa de Educação Tutorial (PET), criado em 1979, consolida-se como uma importante ação desenvolvida por estudantes bolsistas que contam com a tutoria de um docente doutor. No ano de 2008, além da manutenção dos 370 grupos existentes, foram criados mais 30 novos grupos e atendidos 4.154 alunos, com recursos de R\$ 21,2 milhões.

O Programa Nacional de Assistência Estudantil, instituído em 2008, também representa uma importante ação de garantia de acesso e permanência ao ensino superior ao oferecer assistência estudantil de moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial das IFES. Em seu primeiro ano, contou com um investimento de R\$ 126,3 milhões para atender estudantes em todo o País.

O acesso da população ao ensino superior também é viabilizado pelo Programa Universidade para Todos (ProUni). A partir da concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, já beneficiou mais de 400 mil alunos desde a sua criação em 2005. Em 2008, foram beneficiados 225 mil estudantes. Além disso, em sintonia com as políticas sociais do Governo, o ProUni destina parte das bolsas ofertadas aos afrodescendentes, indígenas e deficientes, e determina condições especiais de acesso aos professores. Tal diretriz está em consonância com a política de formação de professores e de qualificação da Educação Básica.

Outra ação empreendida com o objetivo de garantir o acesso e principalmente a permanência do aluno nas instituições de ensino superior é o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), destinado a financiar a graduação de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. Operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, o FIES beneficia hoje mais de 500 mil estudantes em todo o País.

A política de expansão das IFES também possui uma importante interface com a promoção do acesso à saúde pública e de qualidade, em que se destacam os 45 hospitais universitários federais. A importância dessas instituições é estratégica, na medida em que desenvolvem a formação dos futuros profissionais do campo da saúde, além de, no campo da pesquisa, produzirem conhecimento científico de qualidade. Em muitas regiões do País, os hospitais universitários são as únicas instituições a oferecerem atendimento em média e alta complexidade por meio do SUS. Para uma gestão aperfeiçoada desses hospitais, foi criado, no ano de 2008, um sistema de informações especializado que propiciará um efetivo controle da utilização dos recursos aportados pelo Governo, além de definir diagnósticos precisos das reais necessidades de cada instituição.

O Decreto nº 5.773, de 2006, principal marco regulatório das ações de avaliação, supervisão e regulação do ensino superior brasileiro, estabelece mecanismos processuais de conexão entre os três processos e define a avaliação como principal referencial para as demais. Nesse sentido, no ano de 2008, foram autorizados 387 cursos de graduação, entre bacharelados e licenciaturas, reconhecidos 216 cursos de graduação e 680 cursos tiveram renovação de reconhecimento. Ao todo, ao longo do ano de 2008, no que diz respeito à supervisão e regulação, foram analisados 1.373 processos de instituições e cursos de ensino superior.

Na pós-graduação, o marco fundamental foram as ações indutivas para suporte ao desenvolvimento de projetos em áreas consideradas estratégicas para o País, em termos de desenvolvimento científico e tecnológico, segurança nacional ou, ainda, em termos sociais, como o Programa CAPES de Formação de Recursos Humanos em Televisão Digital (RH-TVD), para a formação de quadros de alto nível para a implantação do sistema de TV digital no País; o Pró-Defesa II, para desenvolver projetos voltados à Defesa Nacional; o Pró-Engenharias; o Pró-Administração; o Pró-Cultura, entre outros.

O Observatório da Educação, iniciativa de fomento ao desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de educação com uso dos dados produzidos pelo INEP, tem como finalidade contribuir para a criação, o fortalecimento e a ampliação de programas de pós-graduação *stricto sensu* na temática da educação. O Observatório da Educação ampliou os seus recursos de pesquisa de R\$ 2 milhões para R\$ 5,5 milhões por exercício; criou núcleos de pesquisas em rede, envolvidos com um mesmo projeto; priorizou linhas de pesquisa diretamente voltadas às questões da Educação Básica; concedeu bolsas para estudantes de graduação, professores das escolas de Educação Básica, permitindo que estes participem das pesquisas em parceria com professores dos programas de graduação e de pós-graduação. Foram aprovados, em 2008, 29 projetos de pesquisa, dos quais 10 em rede, envolvendo um total de 51 programas de pós-graduação, 360 bolsas, das quais 41 para professores-orientadores, 27 para doutorandos, 96 para mestrados, 4 para pós-doutorandos, 112 para alunos de graduação e 80 para professores da Educação Básica.

c) Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos

O atendimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) pelo Fundeb é um marco histórico e mostra o destaque que essa modalidade de ensino recebeu em 2008. A existência de financiamento garante perenidade às políticas, bem como o reconhecimento da importância da EJA dentro da Educação Básica.

Em 2008, tendo como norte o direito à educação ao longo da vida, foram efetivadas várias ações com vistas ao atendimento a todas as etapas da modalidade EJA. O Programa Brasil Alfabetizado manteve as estratégias de atuação com base nos parâmetros criados pelo PDE e nos resultados das iniciativas de avaliação e monitoramento. Foram atendidos cerca de 1,6 milhão de alfabetizando e, em 2009, a previsão é de atender 2 milhões.

O Programa conta com alguns pontos que merecem destaque: a ampliação da aplicação do teste cognitivo, o que permite ao alfabetizador planejar as suas atividades e encaminhar pessoas já alfabetizadas para EJA; o Projeto Olhar Brasil, parceria do Ministério da Educação com o Ministério da Saúde, que promove a identificação e correção de problemas visuais; e a seleção de obras literárias destinadas ao público neoleitor no 2º Concurso Literatura para Todos, cujas obras serão distribuídas em 2009.

Outra importante ação é o atendimento prioritário a 1.880 Municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%, uma ampliação de 770 Municípios em relação a 2007. Com uma atuação *in loco* na implementação e apoio técnico às ações do Programa procura-se garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando. Além disso, foram distribuídos 1,7 milhão de livros didáticos por meio do Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

Destacam-se também: os avanços nas ações da iniciativa Educação nas Prisões que destinam recursos para formação e constituição de acervo literário; e a 6ª Conferência Internacional de Educação de Adultos (Confitea), que será realizada no Brasil em maio de 2009. Essa Conferência é um evento intergovernamental realizado a cada período de 11 ou 12 anos, desde 1949.

d) Educação Profissional e Tecnológica

Em 2008, entraram em funcionamento 75 novas unidades, o que reafirma a perspectiva de que em 2010, a rede federal atinja um total de 354 escolas técnicas federais. Em 2009, ano do centenário da rede de educação profissional e tecnológica, o Governo prevê a inauguração de mais 100 unidades. Com o objetivo de promover o reordenamento da rede de instituições federais de educação profissional e tecnológica, foi criada a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica constituída por 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; 24 Escolas Técnicas Vinculadas a Universidades Federais; a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e dois Centros Federais de Educação Tecnológica.

O novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica visa estruturar um conjunto de institutos que respondam de forma mais ágil e eficaz às demandas crescentes por formação de recursos humanos, difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e suporte aos arranjos produtivos locais. Foram criados 38 institutos com mais de 312 *campi*. Com um modelo verticalizado de ensino, articulado com a pesquisa e a extensão, essas instituições vão atuar desde a formação inicial e continuada de trabalhadores até a pós-graduação *stricto sensu*.

O Programa Brasil Profissionalizado, que prevê investimentos de R\$ 900 milhões, em quatro anos, tem por objetivo fomentar a oferta do ensino médio integrado à formação profissional, a partir da assistência financeira e técnico-pedagógica do Governo aos Estados e Municípios (sob a gestão destes últimos). A meta é alcançar 800.000 matrículas, até o ano de 2014, nos cursos de formação técnica (inclusive em Proeja – formação geral integrada à formação profissional para jovens e adultos) e contribuir também para que o Brasil efetive um novo modelo de ensino médio que combine a formação geral, científica, tecnológica e cultural, não obrigatoriamente profissionalizante. No ano de 2008, foram investidos R\$ 503 milhões no Programa.

Destaque deve ser dado ao acordo com o Sistema S, efetivado em 2008, que, a partir da conversão de 66% dos recursos orçamentários do SENAI e do SENAC, garantirá o aumento da oferta gratuita de formação técnica de ensino médio e de formação inicial e continuada a jovens e adultos em cursos de no mínimo 160 horas. Já no ano de 2009, o SENAC destinará 20% dos recursos para cursos gratuitos e o SENAI 50%. O percentual aumentará a cada ano, até atingir o patamar pretendido. Em relação ao SESI e ao SESC, cada entidade irá aplicar um terço dos seus recursos em educação, também gradualmente.

A Escola Técnica Aberta do Brasil (E-tec Brasil) leva cursos técnicos para regiões distantes das instituições de ensino técnico e para a periferia das grandes cidades brasileiras, incentivando os jovens a concluírem o ensino médio. A E-tec Brasil tem por meta ampliar a oferta de cursos técnicos de nível médio em 50.000 vagas anuais, em Municípios do interior do País.

e) Educação e Diversidade

O PDE, por meio de suas ações, procura enfrentar estruturalmente a desigualdade de oportunidades. Para tanto, propõe-se a reduzir as desigualdades sociais e regionais, eliminar preconceitos de origem, raça, gênero, idade e quaisquer formas de discriminação, promovendo o respeito à diversidade.

Nesse contexto, o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Indígenas (ProIind) apoiou no ano passado projetos de cursos de licenciaturas específicas para a formação de docentes indígenas, integrando ensino, pesquisa e extensão, e promovendo a valorização do estudo de temas indígenas relevantes. Os projetos apoiados também capacitam os professores indígenas como agentes interculturais na promoção e realização dos projetos de suas comunidades. Em 2008, foram atendidos 2.500 professores.

Com relação à educação do campo, cabe destacar o Programa Escola Ativa, que combina elementos e instrumentos de caráter pedagógico e administrativo capazes de atuar no combate às causas do baixo desempenho escolar e de qualificar os professores para lidarem com uma organização escolar diferente: a multisseriação. Aderiram ao Programa 2.308 Municípios, em 2008, qualificando 5.104 técnicos municipais e estaduais que atuarão na formação continuada dos professores. Serão distribuídos kits pedagógicos para 30.743 escolas e cadernos de ensino aprendizagem para 654.865 alunos. No ano de 2009, pretende-se investir R\$ 19 milhões na aquisição e distribuição dos kits pedagógicos para 30.743 escolas. Também merece destaque o Programa de Licenciatura de Educação do Campo (Procampo) que, até 2009, beneficiará 2.560 professores que atuam na Educação Básica no campo em todas as regiões brasileiras; e o mencionado ProJovem Campo – Saberes da Terra.

Iniciativas para a reestruturação da rede física escolar em comunidades indígenas, do campo e quilombolas buscam fornecer, às populações historicamente excluídas, espaços educativos adequados ao desenvolvimento das atividades pedagógicas, em consonância com os aspectos de conforto, salubridade e acessibilidade. Em 2008, foram atendidas as áreas rurais de 20 Municípios priorizados segundo o critério do IDEB e conforme as demandas apontadas no PAR, envolvendo recursos de cerca de R\$ 14 milhões. Para o ano de 2009, a previsão é expandir o número de Municípios atendidos para 449, sendo disponibilizados recursos na ordem R\$ 200 milhões para construção de novas escolas em comunidades quilombolas e do campo, utilizando os projetos arquitetônicos elaborados e fornecidos pelo FNDE.

Foi preparado, no último exercício, o Plano Nacional para a implementação da Lei nº 10.639, de 2003, que trata da educação para as relações étnico-raciais na rede de ensino brasileira, com lançamento previsto para março de 2009. Qualificaram-se cerca de 8.000 professores da rede de ensino, por meio de cursos presenciais e a distância executados pelos programas Uniafro e Rede de Formação para Diversidade UAB. No mesmo período, foram produzidos e distribuídos bibliografia e material didático (36 mil volumes) para as secretarias estaduais e municipais de educação e reativados 30 programas de formação continuada de professores e fóruns estaduais e municipais de educação em todo o Brasil. Destaca-se ainda a produção e distribuição de 15 mil kits do conteúdo livros, CDs, DVDs e jogos no âmbito do Projeto A Cor da Cultura, de valorização da cultura afro-brasileira, fruto da parceria entre o Governo, iniciativa privada e sociedade civil.

f) Cooperação Internacional

Atualmente, existem 725 projetos de cooperação internacional em andamento, envolvendo três países de língua portuguesa (Cabo Verde, Angola e Moçambique), cinco da União Européia (Alemanha, França, Espanha, Portugal e Holanda), EUA, Cuba e dois no âmbito do Mercosul (Argentina e Uruguai), além de 162 parcerias universitárias. Em 2008, foram concedidas novas bolsas para o exterior, referentes aos programas de cooperação internacional, beneficiando 1.004 bolsistas na modalidade de doutorado-sanduíche, 69 de doutorado pleno e 574 pesquisadores para a realização de estágio pós-doutoral. Foram mantidos, em mais de 30 países, cerca de outros 2.600 bolsistas de doutorado, doutorado-sanduíche, mestrado e estudantes de graduação.

Foi apoiada a participação de 436 doutores em eventos no exterior. Uma das iniciativas de maior destaque é a Escola de Altos Estudos, para facilitar a vinda de professores e pesquisadores estrangeiros de atuação reconhecida e valorizar a formação de mestres e doutores no Brasil. Em 2008, foram apoiados 32 projetos, representando um aumento de 88% em relação ao ano anterior.

Foram ainda ampliados, em 2008, os programas de cooperação internacional com a Holanda e o México e negociações avançaram com países como os EUA, a Suécia, o Canadá e o Japão. A cooperação Sul-Sul foi prioritária em 2008, com apoio a mestrados na Argentina, Moçambique, Angola e Cabo Verde, bem como a formação científica inicial de estudantes africanos no Brasil. Recentemente, em parceria com a Comissão Fulbright, foi lançado o programa *Master of Fine Arts*, para complementar a formação de jovens profissionais talentosos na área de produção cinematográfica. Em parceria com o Ministério da Agricultura e Pesca e o Ministério das Relações Exteriores da França, está sendo desenvolvido um programa de intercâmbio de estudantes em nível de graduação nas áreas de ciências agrônômicas, agroalimentares e veterinária.

g) Financiamento da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) tem como objetivo assegurar mecanismo de financiamento que promove a inclusão socioeducacional no âmbito de toda a educação básica, atendendo aos alunos da educação infantil, do ensino fundamental e médio, inclusive educação de jovens e adultos. No âmbito do Fundeb, o contingente de beneficiários passou para 45,7 milhões, em 2008 (dados do censo escolar de 2007), e os recursos atingiram aproximadamente R\$ 61,9 bilhões, no mesmo período, e deverão alcançar cerca de R\$ 80 bilhões, em 2009.

O aumento dos investimentos públicos propiciado pelo Fundeb também vem acompanhado de maior transparência na gestão educacional, assegurada por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (SIOPE). Ao ser alimentado com informações de todo o País, o SIOPE permitirá o conhecimento sobre o investimento de cada ente federado em educação (por etapa e modalidade de ensino), a produção de indicadores sobre a eficiência do gasto público, a maior eficiência no planejamento e gestão educacional e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação pública.

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) investiu R\$ 623 milhões em assistência suplementar para melhoria de infraestrutura física e pedagógica, dos quais R\$ 615 milhões em 98.250 escolas públicas do ensino fundamental, para atendimento de 25.788.459 alunos e R\$ 8 milhões, em 1.643 escolas privadas de educação especial, para atendimento de 179.889 alunos. O PDDE, em 2009, deverá ampliar a extensão de seus benefícios financeiros pela inclusão das escolas públicas da educação infantil e do ensino médio, das redes municipal, distrital e estadual, com transferências adicionais de R\$ 80 e 76 milhões, respectivamente; pela ampliação do número de escolas a serem atendidas pelo PDE-Escola, com previsão adicional de R\$ 230 milhões e pela ampliação do número de escolas a serem atendidas pela ação PDDE-Educação integral, com previsão de R\$ 70 milhões.

O Decreto nº 6.571, de 2008, dispõe sobre o apoio da União aos sistemas públicos de ensino para ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/superdotação, matriculados nas classes comuns do ensino regular. A partir deste Decreto, é admitido o cômputo das matrículas no atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo das matrículas desses alunos na educação básica regular, duplicando os recursos para o fortalecimento do processo de educação inclusiva.

h) Democratização da Gestão Nacional da Educação

O Programa Formação pela Escola visa fortalecer a atuação dos agentes e parceiros envolvidos na execução, no monitoramento, na avaliação, na prestação de contas e no controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE. O público-alvo são os profissionais de ensino, técnicos e gestores públicos municipais e estaduais, representantes da comunidade escolar e a sociedade organizada. O Programa busca estimular o envolvimento dos atores locais na aplicação de políticas públicas de educação, por meio do conhecimento das ações e suas especificidades de execução. Em 2008, foram investidos R\$ 600 mil na capacitação de 520 turmas, envolvendo 13.100 cursistas em 310 Municípios. Para o exercício de 2009, estão previstas novas atividades no valor de R\$ 1,3 milhão, com foco no PDE, formação de multiplicadores e acompanhamento e monitoramento das ações junto às coordenações estaduais.

O Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação (Pradime) tem como objetivo fortalecer a atuação dos dirigentes municipais de educação frente à gestão pública nos aspectos estratégico, administrativo, pedagógico, financeiro/orçamentário e de recursos humanos. Em 2008, em virtude do calendário eleitoral, as atividades se concentraram na elaboração e publicação de um instrumento intitulado Memorial da Gestão da Educação Municipal, que tem o objetivo de auxiliar os dirigentes municipais de educação a elaborarem um relatório de gestão que, juntamente com Plano de Ações Articuladas, possibilita consolidar uma cultura de continuidade das políticas públicas educacionais, no período de transição da gestão municipal. Foi realizado, em Brasília, encontro nacional com os dirigentes municipais de educação dos Municípios de baixo IDEB. Desse encontro, participaram 697 dirigentes municipais de educação dos quais 668 representantes de Municípios prioritários, sendo que o encontro contou com a participação de cerca de 900 pessoas. Em 2009, será retomada a atividade de formação, com a previsão de atendimento a 5.564 dirigentes municipais de educação.

O Programa de Fortalecimento Institucional das Secretarias Municipais de Educação no Semi-árido (Proforti) capacitou 2.080 dirigentes e técnicos, atendendo respectivamente, nas suas fases II e III, 640 profissionais em Municípios distribuídos em 5 Estados; e outros 1.440 em Municípios de 6 Estados. Também em 2008, teve continuidade a ação destinada à informatização e modernização das secretarias de educação, que tem por objetivo a criação de um sistema de gestão de informações educacionais, que possibilitará a geração de informações, especialmente para o projeto presença e para o censo da educação. Com a conclusão desse atendimento prioritário nas três fases do programa, para 2009, prevê-se que as atividades até então realizadas pelo Proforti sejam assumidas pelos demais programas voltados para a assistência técnica à gestão educacional do Município.

O PDE-Escola foi concebido com o objetivo de aperfeiçoar a gestão da escola pública, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino fundamental e a ampliação da permanência das crianças na escola. É um plano elaborado pela escola, que, a partir do diagnóstico de sua situação, traça os objetivos, estratégias, metas e o plano de ação para o alcance dos objetivos a longo, médio e curto prazo. Em 2008, foram formados 14.851 gestores e técnicos das secretarias de educação em todos os Estados e atendidas 7.875 escolas. A previsão para 2009 é atender 27.278 escolas e 30.000 cursistas com um investimento de R\$ 483 milhões.

O Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica tem por objetivo formar, em nível de especialização, gestores educacionais das escolas públicas da Educação Básica, incluídos aqueles de educação de jovens e adultos, de educação especial e de educação profissional. Em 2008, as IFES que deram início ao projeto-piloto concluíram o curso de especialização em Gestão Escolar, com a formação de 2.412 gestores. Ainda em 2008, teve início a segunda fase do programa, com o atendimento a 6.600

gestores inscritos nos cursos de especialização, ofertados por 17 IFAS, em 15 Estados. O Programa beneficiou gestores das escolas, investindo nas capacitações, total de R\$ 2,2 milhões. A previsão para 2009 é atender 13.500 gestores cursistas.

Por meio do Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares foram atendidos, em 2008, um total de 1.508 técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação por meio do curso de extensão a distância de formação continuada em conselhos escolares. Foram realizados, também, encontros presenciais de formação em que foram atendidos 1.326 técnicos das secretarias municipais e estaduais de educação e formados 5.872 conselheiros escolares. A previsão para 2009 é atender 4.000 conselheiros escolares cursistas.

O Laboratório de Experiências Inovadoras em Gestão Educacional tem por objetivo identificar, registrar, avaliar e disseminar experiências inovadoras em gestão educacional, desenvolvidas nos Municípios, que contribuam para o alcance dos objetivos e metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e das diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Uma das ações do Laboratório é o Prêmio Inovação em Gestão Educacional, que é concedido a cada dois anos aos Municípios de destaque entre os que obtiveram resultados significativos para a qualidade da educação a partir de mudanças na gestão de suas redes de ensino. Na edição do Prêmio 2008, foram agraciadas dez experiências que apresentaram resultados e impactos na aprendizagem dos alunos.

i) Indicadores e Avaliações

O Governo está atuando nas atividades de regulação e supervisão em educação a distância no sentido de garantir padrões de qualidade dos programas ofertados pelas instituições públicas e privadas. Todas as instituições atualmente credenciadas para a modalidade de educação a distância passarão por avaliação no âmbito do Sinaes, bem como pela supervisão iniciada em 2008, que deverá ser estendida ao longo do ano de 2009.

O acompanhamento da implementação e avaliação do Plano Nacional de Educação e dos Planos Decenais (estaduais e municipais), com a participação da sociedade civil organizada e a capacitação de técnicos, gestores e dirigentes das secretarias de educação, utilizando metodologias específicas de planejamento das políticas educacionais articuladas entre União, Estados e Municípios, foram realizados por meio de seminários estaduais em 7 Estados, além de encontros de formação, reuniões, conferências e oficinas, que contaram com a participação de 1.300 dirigentes, técnicos e representantes da comunidade escolar e da sociedade civil. Para 2009, a demanda por formação nessa área totaliza 2.560 profissionais da educação.

As informações individualizadas de alunos e docentes coletadas pelo Censo Escolar da Educação Básica proporcionam, anualmente, novos diagnósticos sobre a educação no Brasil. Essas informações subsidiam a formulação de políticas educacionais, garantindo maior confiabilidade quanto à distribuição dos recursos públicos. Propiciam, também, a formulação de novas hipóteses sobre, por exemplo, a reprovação e a repetência, o abandono e a evasão, a carga de trabalho e a formação inicial e continuada dos docentes, o déficit de professores em determinadas disciplinas, entre outros. Em 2008, preliminarmente, foram contabilizadas cerca de 54 milhões de matrículas, 240 mil escolas e 2 milhões de docentes.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) reúne, em um só indicador, dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: fluxo escolar e aprendizagem. Em 2008, foi divulgado o IDEB de 2007, relativo aos anos iniciais

do ensino fundamental, anos finais do ensino fundamental e ensino médio, desagregado por escola, Município, rede, Estado, região e País. Esse índice define o plano de metas da educação brasileira, visando ao alcance em 2022 de índice compatível aos dos países desenvolvidos.

A Prova Brasil é uma avaliação realizada a cada dois anos, praticamente censitária, sobre o rendimento e o desempenho dos alunos de 4ª e 8ª séries (5º e 9º anos) do ensino fundamental, em Língua Portuguesa e Matemática, na rede pública urbana, por meio da aplicação de provas e questionários. Objetiva fornecer um diagnóstico do nível de aprendizagem dos alunos de cada unidade escolar e de cada Município. Em 2008, foram disponibilizados os resultados de proficiência média em cada disciplina por unidade escolar e Município. Em 2009, será realizada a 3ª edição da Prova Brasil, com inclusão das escolas rurais. Estima-se a participação aproximada de 6 milhões de alunos de 60.000 escolas.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) é uma avaliação amostral que visa apresentar, também, resultados de desempenho em Língua Portuguesa e Matemática por Estado, Região e País, com abrangência urbana e rural e dependência administrativa municipal, estadual, federal e particular, além de outros estratos de interesse. Em 2010, haverá uma aplicação de Ciências (Naturais e Sociais), complementando o elenco de avaliações.

A Avaliação da Alfabetização Infantil (Provinha Brasil), criada para ser um importante instrumento de avaliação e ação do professor, identifica o nível de alfabetização em Língua Portuguesa das crianças após um ano de escolarização e incentiva a intervenção pedagógica e administrativa em tempo de sanar as dificuldades detectadas.

O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) permite ao estudante avaliar o seu nível de aprendizado e o orienta nas decisões futuras, tanto em relação à continuidade dos estudos, quanto às opções ligadas ao mercado de trabalho. O desempenho na prova é um dos pré-requisitos para obtenção das bolsas de estudos do ProUni, sendo utilizado também como modalidade alternativa ou complementar aos exames de acesso a cursos profissionalizantes pós-ensino médio e à Educação Superior. A aplicação do ENEM ocorreu em 31 de agosto de 2008, com aproximadamente 4 milhões de inscritos e apenas 2,9 milhões de participantes. Em 2009, o ENEM acontecerá no dia 30 de agosto.

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) é um instrumento de avaliação que mede competências e habilidades de jovens e adultos, residentes no Brasil e no exterior, em nível de conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. A aplicação do Encceja/2008 aos brasileiros residentes no exterior ocorreu, em setembro, no Japão e na Suíça, com um total de 4.516 inscritos e 2.458 participantes. Também em 2008, ocorreu a aplicação do Encceja no Brasil, em dezembro, com mais de 720 mil inscritos. A aplicação do Encceja em 2009 também ocorrerá no 2º semestre.

Em 2008, foram divulgados os resultados do Segundo Estudo Regional Comparativo e Explicativo (SERCE), que avalia o desempenho dos estudantes da 3ª e 6ª séries do ensino fundamental, nas disciplinas de Matemática, Linguagem (Leitura e Escrita) e Ciências, na América Latina e Caribe, indagando também sobre os fatores associados a esses desempenhos. Trata-se de um projeto do Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação (LLECE), sob a coordenação do Escritório Regional da Unesco para a América Latina e o Caribe.

Em setembro de 2008, foi realizada a terceira edição do Programa Nacional para Certificação de Proficiência no Uso e no Ensino de Libras e para Certificação de Proficiência em Tradução e Interpretação Libras/Língua Portuguesa/Libras (Prolibras), por meio de parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Participaram do exame 3.197 inscritos e 1.281 foram aprovados no exame de proficiência. Foram certificados 558 profissionais para o ensino de Libras e 723 profissionais para a Tradução e Interpretação de Libras/Língua Portuguesa, criando condições para a proposta de educação bilíngüe nas escolas regulares. Em 2009, será realizada a 4ª edição do Prolibras.

No âmbito das avaliações da Educação Superior, foi realizado, em 2008, um total de 3.200 avaliações de instituições e de cursos de graduação, previstas no ciclo 2007-2009 do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Para implementar essas avaliações, foram capacitados cerca de 750 docentes universitários, integrantes do banco nacional de avaliadores. No conjunto das dimensões avaliativas do Sinaes, foi realizado também o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) de 2008, que contou com a participação de 564.415 estudantes, tendo sido aplicado em 1.065 diferentes Municípios.

O Censo da Educação Superior, principal instrumento de obtenção de informações junto às instituições de ensino superior, foi realizado em 2008, em continuidade à série anual de coleta de dados, objetivando fornecer informações detalhadas sobre a situação e as tendências da Educação Superior. Para 2009, além da coleta referente ao ano escolar de 2008, está prevista a implantação de um novo modelo de obtenção dos dados, a partir de informações individualizadas do estudante, visando centralizar, integrar e disponibilizar informações completas a todos os setores do Governo.

A avaliação dos programas de mestrado e doutorado do País é a principal ferramenta de controle de qualidade da pós-graduação brasileira e é considerada, nacional e internacionalmente como a causa do alto desempenho desse nível de ensino no Brasil. Em 2008, foram analisadas 481 propostas de cursos novos de pós-graduação. Dessas, foram aprovadas 258, sendo 107 de mestrado acadêmico, 30 de mestrado profissional, 92 de doutorado e 29 de mestrado e doutorado. Esses números representam um crescimento de 50% no número de propostas aprovadas, em relação ao ano passado, com destaque para a aprovação de doutorados que teve um aumento de 119%.

j) Ações Integradas

Merece destaque o acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos, atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social (BPC). A ação intersetorial das políticas de educação, saúde, assistência social e direitos humanos, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e 2.623 Municípios que aderiram à proposta, visa garantir a inclusão escolar. Em 2008, o segundo pareamento de dados entre o censo escolar e cadastro do BPC identificou 262.187 crianças e adolescentes com deficiência fora da escola. Para superar tal situação, foi realizada a formação das equipes gestoras locais, iniciou-se a aplicação domiciliar do questionário de identificação das barreiras que impedem o acesso e permanência na escola e os Estados e Municípios foram instruídos a acessar os programas voltados à inclusão educacional e social.

O banco internacional de objetos educacionais é um repositório criado em 2008, pelo Ministério da Educação, em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia, Rede Latino-Americana de Portais Educacionais (RELPE), Organização dos Estados Ibero-

Americanos (OEI) e outros. Tem o propósito de manter e compartilhar recursos educacionais digitais além de imagens, mapas, hipertextos considerados relevantes e adequados à realidade da comunidade educacional local, respeitando-se as diferenças de língua e culturas regionais. Todo esse conteúdo é disponibilizado gratuitamente e com liberdade de uso por qualquer cidadão brasileiro e do mundo. Espera-se, ainda, com este repositório, estimular e apoiar experiências individuais dos diversos países, ao mesmo tempo em que se promove um nivelamento de forma democrática e participativa. No momento, há 4.500 recursos publicados para todos os níveis de ensino e 6.920 aguardando cessão de direitos autorais ou avaliação. Esse repositório teve 175.000 acessos em 6 meses e foi visitado por 103 países.

Com relação à capacitação de agentes educacionais, em 2008, foram formados, aproximadamente, 100.000 professores e gestores escolares, com previsão de formação de mais 150.000 em 2009 e até 400.000 até 2010. Quanto à infra-estrutura tecnológica nas escolas públicas brasileiras, o Programa Nacional de Tecnologias na Educação (ProInfo), na modalidade ProInfo Rural, só em 2008, distribuiu 3.780 conjuntos de tecnologias para escolas rurais brasileiras, compostos de computadores, impressoras e aparelhos de DVD. Esses conjuntos levam a essas escolas todo o conteúdo educacional disponível em meio digital, além de todo o conteúdo da TV-Escola digitalizado. Para 2009, já foram adquiridos mais 7.000 desses conjuntos para dar continuidade ao atendimento às escolas rurais.

O ProInfo Urbano distribuiu 15.000 conjuntos de tecnologias adequados às necessidades e às demandas pedagógicas e administrativas das escolas públicas urbanas de Educação Básica em todo o Brasil. Em 2008, foi incluída entre as metas das operadoras de telefonia fixa, que possuem concessão pública, a disponibilização de conexão em banda larga a todas as escolas públicas urbanas do País até 2010 e a manutenção desse serviço, com substancial melhoria de sua qualidade, até o final da concessão pública, ou seja, até 2025. Já foram conectadas 22.000 escolas; para 2009, a meta é a mesma, ficando o restante para ser ligado até o final de 2010.

4. Saúde

As políticas de saúde têm avançado no sentido da universalização do acesso, por meio do aprimoramento da gestão, com foco na ampliação da qualidade e na humanização da atenção. A concretização desse propósito tem nítidos reflexos no aumento dos registros de atendimentos e na melhoria dos indicadores das condições de vida da população.

a) Atenção Básica

a.1) Saúde da Família

Prioridade do Governo, a implementação da estratégia de Saúde da Família alcançou resultados expressivos, em 2008, com destaque para o aumento da cobertura populacional das equipes de Saúde da Família e das equipes de Saúde Bucal. A cobertura populacional das equipes evoluiu de 46,7%, em 2007, para 57,2% em 2008. Atualmente, as 29.300 equipes de Saúde da Família e os 230.196 agentes comunitários de saúde estão em plena atuação em 5.356 Municípios.

Para 2009, os principais desafios concentram-se na expansão e estruturação de unidades básicas de saúde destinadas à atuação das equipes de saúde, na coordenação do cuidado primário na rede de serviços, na revisão de processos de formação e educação

em saúde, na elaboração de protocolos assistenciais integrados, que incluem promoção, prevenção, recuperação e reabilitação, dirigidos aos problemas de saúde mais frequentes e construídos na lógica da regionalização.

a.2) Saúde Bucal

O Programa Brasil Sorridente é uma prioridade do Governo e integra a Política Nacional de Saúde Bucal, cujas ações estão sendo expandidas com a implantação de Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Em 2008, foram implantados 674 CEOs, 1.159 consultórios odontológicos estruturados na rede, credenciadas 323 unidades para confecção de próteses e distribuídos 16 milhões de kits de saúde bucal, permitindo ao Brasil Sorridente beneficiar 84.953.611 de pessoas nesse ano.

Em 2009, constituem-se desafios o fornecimento de consultórios odontológicos a todas as equipes de saúde bucal implantadas, o reajuste dos valores dos incentivos financeiros, a compra de 738 aparelhos de raio-x e a estruturação de ferramentas de monitoramento e avaliação das atividades dos CEOs.

a.3) Alimentação e Nutrição

O Governo, no âmbito do setor saúde, empreendeu, em 2008, diversas ações de promoção da alimentação saudável, vigilância nutricional e controle das deficiências nutricionais e das doenças associadas à alimentação, entre as quais: i) lançamento do Programa Saúde na Escola (PSE); ii) publicação do manual operacional para Promoção da Alimentação Saudável (PAS) nas escolas; iii) discussão sobre a melhoria do perfil nutricional de alimentos industrializados; iv) lançamento do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional eletrônico (Sisvan – WEB); e v) realização da II Mostra de Alimentação e Nutrição do SUS.

As metas futuras contemplam o desenvolvimento de um Programa de Promoção da Alimentação Saudável para a atenção básica; o incentivo a ações de Promoção da Alimentação Saudável nas escolas por meio do PSE; a implantação do plano de melhoria do perfil nutricional dos alimentos processados e da Estratégia de Alimentação Complementar, em crianças até 2 anos, junto às unidades básicas de saúde; o desenvolvimento do Projeto Integrado de Micronutrientes nos diferentes ciclos da vida; e o aperfeiçoamento do registro das condicionalidades de saúde e identificação de outras vulnerabilidades das famílias do Programa Bolsa Família.

a.4) Hipertensão e Diabetes

A hipertensão arterial (HA) e a diabetes melitus (DM) são prioridades da atenção básica no SUS. Para o combate a esses agravos são desenvolvidas, em todo o País, ações de prevenção, diagnóstico e tratamento de seus fatores de risco e de suas complicações. Em 2008, foram notadamente importantes as ações de ampliação do elenco de medicamentos sob responsabilidade federal, incorporados à Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename); a publicação e distribuição do manual de cuidado de feridas de pé neuropático; a garantia de insumos aos portadores de Diabetes, como seringas com agulha acoplada para aplicação de insulina, tiras reagentes de medida de glicemia capilar e lacetas para punção digital; e o incremento em 10% dos cadastros de portadores de HA e DM junto ao Sistema de Informação de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos (SIS-Hiperdia).

Em 2009, entre as iniciativas prioritárias estão: implementar a linha de cuidado e atenção para HA e DM, estabelecendo protocolos clínicos na área de assistência; articular redes de atenção que garantam o acesso aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos para o controle da Hipertensão e Diabetes; e desenvolver estratégias que visem ampliar a adesão ao SIS-Hiperdia e integrá-lo a outros sistemas de informação em saúde.

a.5) Saúde Mental

A rede de atenção à saúde mental experimentou mudanças significativas entre os anos de 2003 e 2008. Os Centros de Atenção Psicossocial expandiram-se para todos os Estados e consolidaram-se em cidades pequenas, médias e grandes, totalizando, em média, 1.300 serviços. Nesse período, os hospitais psiquiátricos passaram pelo processo de reconfiguração de porte – a maior parte dos leitos psiquiátricos encontra-se hoje em hospitais de pequeno porte, o que possibilita a melhor qualidade da assistência, e hospitais com leitos de baixa qualidade assistencial estão em vias de descredenciamento do SUS. O Programa De Volta para Casa expandiu-se, beneficiando 3 mil pessoas; as Residências Terapêuticas foram ampliadas e já somam 500 em todo o País; experiências de inclusão social pelo trabalho foram apoiadas e os Centros de Convivência e Cultura começaram a multiplicar-se. Também nesse período, foram grandes os avanços para a construção de uma Política de Atenção Integral para os usuários de álcool e outras drogas, e para uma Política de Atenção à Saúde Mental de Crianças e Adolescentes.

a.6) Saúde da Criança

Na área da saúde da criança, adolescentes e jovens e aleitamento materno, destacam-se ações com enfoque na garantia do ciclo de vida, tais como: fortalecimento da linha de cuidado de promoção ao aleitamento materno nas unidades básicas de saúde, por meio da criação da Rede Amamenta Brasil, com a capacitação de 400 tutores, nas 27 unidades da Federação; desenvolvimento de instrumento de vigilância do desenvolvimento infantil para a Caderneta de Saúde da Criança; inclusão da linha de cuidado de prevenção de violência e promoção de cultura de paz, visando à construção de diretrizes para o cuidado de crianças e adolescentes vítimas de violência; inclusão da linha de cuidado de atenção à saúde do recém-nascido (RN), com o apoio a 8 projetos para diagnóstico da situação nacional da saúde do RN; fortalecimento da investigação de óbitos infantil e fetal, por meio de atualização do Manual de Investigação e unificação da Ficha de Investigação (autópsia verbal e investigação do óbito); pactuação com os Estados de 3 indicadores referentes à mortalidade neonatal, pós-neonatal e percentual de óbitos investigados.

Para 2009, estão previstas várias ações que devem contribuir para: ampliação da Rede Amamenta Brasil; fortalecimento das atividades de Vigilância do Desenvolvimento Infantil; fortalecimento das atividades de Promoção da Saúde do RN; qualificação da Rede de Cuidado de Crianças em situação de violência nos 104 Municípios do Pacto pela Vida, nas 27 unidades da Federação; ampliação e melhoria dos indicadores pactuados de Saúde da Criança.

a.7) Saúde da Pessoa com Deficiência

Apoiar Estados e Municípios na organização de ações e serviços de atenção no SUS é o grande foco do Governo no âmbito das ações em saúde para a pessoa com deficiência. Conta-se hoje com 862 unidades de saúde para atendimento especializado em reabilitação, nas áreas de deficiência física, deficiência auditiva e deficiência intelectual. Os serviços de reabilitação física e saúde auditiva, em 2008, atingiram respectivamente 72% e 89% do total previsto para todas as unidades da Federação.

Ampliar as unidades de reabilitação é uma das metas da área da saúde na mencionada Agenda Social, tendo destaque, também em 2008, a expansão do fornecimento de órteses, próteses e de ações de reabilitação no SUS, beneficiando 950 mil pessoas. Para 2009, a expansão prevista beneficiará mais de 1 milhão de pessoas. Também serão financiados a implantação de oficinas ortopédicas e cursos para formação de ortesistas e protesistas em todo o País.

a.8) Saúde do Idoso

Em 2008, ações na área de saúde do idoso foram priorizadas com o objetivo de proporcionar um atendimento integral e qualificado, dentre as quais destacam-se: a implantação de mais de 8 milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa, a publicação de 30 mil exemplares do Guia Prático do Cuidador e de 3 milhões de informativos sobre Disfagia; a estruturação do Programa Nacional de Formação de Cuidadores de Idosos; o desenvolvimento do Curso Aperfeiçoamento em Envelhecimento; e a realização do Seminário Nacional de Violência contra Idosos.

Para 2009, as metas concentram-se em incluir o módulo relacionado à saúde do idoso no Gerenciador de Informações Locais (GIL/DATASUS); formar 3 mil cuidadores em parceria com a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RETSUS); apoiar a formação de 10 mil cuidadores; implantar o Curso de Especialização em Gestão em Saúde para o Envelhecimento; elaborar e produzir o Caderno de Atenção Básica de Prevenção de Quedas, Osteoporose e Fraturas; distribuir 3 milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa; e pactuar a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde dos Portadores de Alzheimer.

a.9) Saúde do Homem

Em 2008, teve início a elaboração da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem, com a realização de diagnóstico epidemiológico dos agravos e enfermidades à saúde do homem, que identificou como principais problemas: causas externas, doenças do coração e dos aparelhos geniturinário, digestivo e respiratório. Também foram realizadas cinco reuniões nacionais com sociedades científicas referentes ao diagnóstico, em que estavam presentes membros da academia, profissionais de saúde, representantes do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS) e entidades da sociedade civil.

Em outubro do ano passado, o resultado dos estudos e debates preliminares foi consolidado e os documentos da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem foram apresentados ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), dando início a ações no intuito de desenvolver Centros de Atenção à Saúde do Homem em oito Estados, a título de projetos-piloto, em apoio e integrados à Estratégia de Saúde da Família.

Para 2009, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem será encaminhada ao CNS para análise e aprovação, tendo em vista a elaboração do Plano de Ação para o período 2009-2011, bem como a pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT).

b) Atenção Especializada de Média e Alta Complexidade

A atenção especializada de média e alta complexidade é objeto de constante aprimoramento e debate no âmbito do Governo e do

SUS. Em 2008, além das ações específicas, foram realizados estudos e debates quanto à conformação de redes de saúde de modo a potencializar a eficiência e eficácia da atenção à saúde, com foco na regionalização e na melhoria da gestão.

b.1) Saúde Auditiva

A implementação da Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva busca estruturar ações voltadas à prevenção de doenças e de promoção da saúde auditiva na atenção básica, à organização do atendimento no âmbito da média complexidade e ao aprimoramento do atendimento de alta complexidade. Em 2008, consolidou-se o processo de reorganização das redes estaduais de saúde auditiva, que resultou em ampliação na oferta de serviços de saúde auditiva e também na redistribuição da cota física e financeira destinada aos Estados. Atualmente, encontravam-se habilitados 136 serviços, que realizam o atendimento integral na área auditiva (avaliação, seleção e adaptação de aparelho de amplificação sonora individual, fornecimento da prótese, acompanhamentos e terapias fonoaudiológicas). A perspectiva é de que, em 2009, seja concluído o processo de ampliação do acesso aos serviços qualificados de saúde auditiva.

b.2) Saúde Ocular

São conhecidos os altos percentuais de problemas oftalmológicos que afetam a população brasileira e a desigual distribuição dos recursos humanos e financeiros para a sua abordagem. Os problemas visuais correspondem a grande parcela de evasão e repetência escolar, pelo desajuste individual no trabalho, por grandes limitações na qualidade de vida, mesmo quando não se trata ainda de cegueira. Com base nessa experiência, a área da saúde está reestruturando a atenção à saúde ocular. Com esse propósito, as áreas governamentais da Saúde e Educação, em atuação conjunta, desenvolveram o Projeto Olhar Brasil, procurando garantir, inicialmente à população identificada como prioritária, o direito à assistência oftalmológica.

O projeto prevê atendimento da população assistida no Programa Brasil Alfabetizado e ações que visem: identificar problemas visuais relacionados à refração em alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental (1ª a 8ª série), no programa Brasil Alfabetizado e população acima de 60 anos de idade; prestar assistência oftalmológica, com fornecimento de óculos nos casos de erro de refração; aperfeiçoar a atuação dos serviços especializados em oftalmologia, ampliando o acesso à consulta, no âmbito do SUS; garantir a referência para serviços especializados nos casos que necessitem de intervenções de Média e Alta Complexidade em Oftalmologia; criar um banco de dados com informações do desenvolvimento do Projeto; propiciar condições de saúde ocular favorável ao aprendizado do público-alvo, com vistas a melhorar o rendimento escolar dos estudantes do ensino público fundamental, jovens e adultos do programa Brasil Alfabetizado e a reduzir as taxas de evasão e repetência. Durante o ano de 2008, 262 Municípios aderiram ao Projeto.

b.3) Política Nacional de Atenção Oncológica

A política de oncologia é um fator importante na busca de soluções para o enfrentamento do problema, que é a segunda maior causa de mortalidade no País. Por envolver tratamentos mais complexos, a oncologia provoca um expressivo impacto financeiro nos gastos públicos em saúde, portanto, o objetivo prioritário é procurar estabelecer ações que envolvam a promoção da saúde, a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento do câncer e a reabilitação e cuidados paliativos dos indivíduos.

Nesse sentido, a estruturação da rede de serviços oncológicos é fator importante nesse enfrentamento e, diante do grande desafio de contribuir para a redução das desigualdades regionais na oferta de assistência oncológica, estão sendo implantados novos Centros de Alta Complexidade em Oncologia (CACON), em diversas regiões do País. Os CACON são hospitais, vinculados ao SUS, que possuem condições técnicas, instalações físicas, equipamentos e recursos humanos adequados à prestação de assistência especializada de alta complexidade para o diagnóstico definitivo e tratamento de todos os tipos de câncer.

Em 2008, a rede contava com 18 CACON e, para 2009, a previsão é de implantação de mais 4 unidades. Muito além dos investimentos realizados em obras e equipamentos, o projeto propicia a capacitação de recursos humanos e contribui para a qualificação técnica e gerencial das unidades hospitalares e para a organização regional da rede assistencial de diagnóstico e tratamento dos pacientes portadores de câncer.

b.4) Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal

Com o objetivo de qualificar os serviços de terapia renal substitutiva, segundo os critérios pactuados e constantes da Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal, até o final de 2008, foram habilitados 609 serviços de nefrologia e reestruturados 13 serviços de hemodiálise no País. A meta até 2011 é atingir 935 serviços habilitados e reestruturar 65% dos serviços e máquinas de hemodiálise.

b.5) Hospitais de Ensino

O Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino visa aperfeiçoar a relação desses hospitais com o SUS, mediante a melhoria das condições de ensino, pesquisa e assistência. Além disso, buscou-se incorporar o desenvolvimento tecnológico das unidades, numa perspectiva de inserção e integração à rede de serviços do SUS, segundo critérios de necessidades específicas. Em 2008, o Programa registrou solicitações de 223 unidades quanto à certificação e 151 unidades foram incorporadas, e estão previstas as renovações das certificações já existentes, tendo como eixo norteador a qualidade atingida pelas unidades de saúde já certificadas. Para 2009, a meta é concluir o processo de contratualização e certificação de 37 hospitais de ensino junto à rede SUS.

b.6) Hospitais Filantrópicos

O Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos no SUS foi instituído com o objetivo de buscar alternativas de apoio às instituições filantrópicas e melhorar o acesso à atenção de média e alta complexidade em saúde. As ações do Programa adotam o critério de adesão e reúnem grande potencial de qualificação da assistência, da gestão e do processo de descentralização. Em 2008, o Programa contou com a participação de 757 hospitais filantrópicos, dentre os quais 636 estavam contratualizados. Para 2009, a meta é avançar no estabelecimento de contratos de gestão com 54% dos hospitais filantrópicos em todo o País.

b.7) Terapia Intensiva

A Política de Terapia Intensiva no SUS priorizou a atuação em duas linhas estratégicas: a primeira, referente ao incremento do número de leitos disponíveis aos usuários do SUS, e a segunda, relacionada à qualidade da assistência. Em 2008, 550 novos leitos de UTI foram credenciados e 1.102 leitos já disponíveis na rede foram reclassificados, totalizando 4.895

desses leitos integrantes da rede SUS. Para 2009, a perspectiva é ampliar a cobertura com a inclusão de 1.360 novos leitos de UTI.

b.8) Atenção às Urgências e às Emergências

A Política Nacional de Atenção às Urgências e às Emergências concentra esforços na melhoria dos serviços de urgência e emergência em geral e na implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192). Em 2008, o SAMU completou cinco anos de criação, registrando atendimento em 1.183 Municípios, o que corresponde a mais de 101 milhões de pessoas com acesso à discagem gratuita 192, cobrindo todos os Estados do País. Essa capacidade instalada da Rede SAMU garante atendimento ágil e qualificado a 70% da população brasileira.

Em 2008, foram integradas à rede 385 ambulâncias, as primeiras 51 motocicletas do SAMU, dentre as 400 unidades programadas até 2009 e que compõem um conjunto de tecnologias destinadas a melhorar a qualidade do atendimento. Trata-se de mais um instrumento de aperfeiçoamento da Política Nacional de Atenção às Urgências. As motos têm equipamentos como desfibrilador externo automático (DEA), medicamentos e material para suporte básico de vida. Com a redução do tempo de chegada do atendimento ao local do acidente, pretende-se interromper a cadeia de lesões, principalmente aquelas identificadas nas situações de maior prevalência, como doenças cardíacas e cerebrais. A distribuição das “motolâncias” vai priorizar os serviços localizados em grandes cidades e em áreas rurais. Além disso, está em construção a primeira etapa da política nacional de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). A proposta dessas Unidades é prestar atendimento 24 horas de baixa e média complexidade com suporte às ações do SAMU. Prevê-se também, em 2009, a implantação de 150 UPAs.

b.9) Transplantes

Na área de transplantes, grande avanço foi atingido com a revisão do Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplante, submetido à consulta pública. Esse Regulamento foi formalizado por meio da Portaria do Ministério da Saúde nº 2.040, de 25 de setembro de 2008. É importante destacar ainda a realização de 11.537 transplantes até dezembro de 2008.

Em 2009, a perspectiva é ampliar a captação de doadores e o número de transplantes realizados. Para isso, serão fundamentais a Campanha Nacional de Incentivo à Doação de Órgãos e da ação das Organizações de Procura de Órgão (OPO) e das Comissões Intra-hospitalares de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplantes (CIHDOTT).

b.10) Sangue e Hemoderivados

O Programa Nacional da Doença Falciforme foi implantado em nove Estados, possibilitando a execução de projetos de capacitação para 5 mil profissionais da rede SUS e o apoio à produção de manuais técnicos em parceria com as áreas de Saúde Ocular e Educação em Saúde (Autocuidado em Doença Falciforme). Esse Programa também contribuiu para a construção do Consenso Brasileiro sobre Atividades Esportivas e Militares e Herança Falciforme no Brasil, e para a elaboração do Manual e de Informativos sobre Eventos Agudos em Doença Falciforme. Em 2008, no cenário internacional, por meio do Programa buscou-

se estabelecer parcerias de cooperação técnica com países africanos de língua portuguesa e foi firmado acordo de cooperação técnica entre Brasil e Senegal, do qual resultará uma missão de profissionais de saúde do Senegal para treinamento na área de Sangue e Hemoderivados.

O Programa de Segurança Transfusional e Qualidade de Sangue contou, em 2008, com recursos da ordem de R\$ 288 milhões, tendo sido aprovados 136 projetos em benefício da Hemorrede Pública nacional.

O direcionamento estratégico para a produção de hemoderivados ampliou o portfólio inicial de produtos de quatro para seis. Os editais de licitação dos primeiros blocos da fábrica localizada em Goiana, Pernambuco, já foram publicados. O início da construção está previsto para 2009, com conclusão em 2010. Para assegurar a matéria-prima em qualidade e quantidade adequadas, foram realizadas 48 visitas aos serviços de hemoterapia do País, com o intuito de verificar a qualidade industrial do plasma.

Ocorreram, no exercício de 2008, avanços tecnológicos na produção de cola de fibrina, composto biológico extraído do plasma capaz de diminuir ou deter hemorragias em intervenções cirúrgicas de vários portes, tendo a sua produção sido aprovada pela regulação brasileira em saúde. Projeta-se, para 2009, a expansão da produção para fornecimento ao SUS. No âmbito das parcerias com institutos de pesquisas, ressalta-se a conclusão do estudo-piloto dos testes com ácido nucléico, para utilização na Hemorrede, para o desenvolvimento de testes diagnósticos de microarranjos líquidos e para a produção de fatores de coagulação recombinantes, o que resulta em previsão de realização do estudo multicêntrico e início da produção dos kits, neste exercício.

c) Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde

Este segmento, primordial para a sustentabilidade e para o balizamento das ações do SUS, teve, em 2008, foco estratégico na criação de redes de pesquisa, no fortalecimento de sistemas de ciência e tecnologia estaduais e na sistematização de estudos de viabilidade e custo/efetividade de tecnologias em saúde. Essas medidas visam à identificação, produção e utilização de conhecimentos científicos e tecnológicos de modo a aprimorar a qualidade e resolutividade das ações e serviços prestados pelo SUS.

Os principais destaques em 2008 foram: o fomento a projetos multicêntricos estratégicos, como a Criação da Rede Nacional de Terapia Celular (RNTC), o lançamento do Estudo Longitudinal de Saúde do Adulto (ELSA), a divulgação dos resultados da Pesquisa Nacional de Demografia em Saúde (PNDS) e a criação da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS).

O incentivo e apoio a projetos para o desenvolvimento de produtos e processos que possam ser absorvidos pela indústria e por serviços de saúde foram potencializados com o lançamento de editais de pesquisas. Essa ação busca o fortalecimento da capacidade instalada de pesquisa no Brasil, envolvendo o domínio de técnicas e conhecimento. Contou, em 2008, com investimentos no valor de R\$ 181 milhões, sendo R\$ 99 milhões do Ministério da Saúde e R\$ 81 milhões de instituições parceiras.

d) Desenvolvimento e Inovação no Complexo Industrial da Saúde

A situação de fragilidade da estrutura produtiva e de inovação tecnológica da produção industrial em saúde no País exige providências no sentido da elevação da competitividade das empresas privadas e das entidades públicas que atuam na área da saúde. No sentido de fortalecer essa estrutura produtiva, foram formadas parcerias no âmbito do Governo, com atuação

correlata ao complexo industrial da saúde, para, em articulação com a sociedade civil, formular medidas concretas e ações viáveis norteadoras da atuação da esfera federal na alavancagem da capacidade produtiva das plantas industriais específicas para a geração de bens demandados pelo setor saúde.

Para o encaminhamento dessas iniciativas, foram investidos R\$ 308 milhões para reduzir a vulnerabilidade da política de saúde, aumentando a capacidade produtiva de produtos essenciais em saúde com alto potencial de inovação, envolvendo fármacos, medicamentos, equipamentos e materiais médicos, além de vacinas e reagentes para diagnóstico. Esse valor representa cerca de 10% dos R\$ 3 bilhões previstos pelo Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (Profarma) do BNDES, para o período 2008-2011.

Um dos projetos mais estratégicos para o setor saúde, com impacto direto no desenvolvimento do complexo industrial da saúde, é a construção do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde (CDTS), iniciada em 2008. Esse projeto, incorporado ao Programa Mais Saúde, tem por finalidade dar ao País capacidade de produzir bens e insumos de saúde de natureza biotecnológica, ao prover uma plataforma de serviços tecnológicos em saúde (genômica, proteômica, bioinformática etc.) para atender à demanda das instituições científicas e tecnológicas e do mercado em geral. Juntamente com outros projetos iniciados em 2008, essas iniciativas contribuirão para o avanço da produção nacional específica, resultando na diminuição da dependência tecnológica do País no campo dos insumos estratégicos da saúde, com destaque para o desenvolvimento e produção de medicamentos e reagentes para HIV/AIDS, além de vacinas (pneumococos, pentavalente, rotavírus e meningites), alguns com início de produção já em 2008, e outros com previsão para os dois próximos anos.

Em 2008, também foi instituído o Programa de Fomento à Produção Pública e Inovação no Complexo Industrial da Saúde, como também o Programa de Produção e Inovação em Equipamentos e Materiais de Uso em Saúde no Complexo Industrial da Saúde, ambos voltados para a sustentabilidade da produção e inovação das plantas industriais para atender às demandas geradas no âmbito do SUS. O principal resultado obtido dessas iniciativas foi o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas brasileiras, por meio de subvenção econômica à elaboração de 40 projetos e ao desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas brasileiras.

Visando atingir a meta prevista para 2009, foram apoiados, no exercício de 2008, projetos de fortalecimento dos laboratórios públicos. Foram empenhados R\$ 25 milhões, com finalidade de apoiar nove projetos, sendo: quatro para construção e/ou adequação de infra-estrutura física; dois para a estruturação e adequação do processo produtivo para insulina; dois para aquisição de equipamento e material permanente; e um para produção de lotes-piloto, testes de bioequivalência e equivalência farmacêutica de medicamento.

O Governo tem investido nos produtores públicos de vacinas, com o objetivo de dotar o País de capacitação tecnológica e competitiva em novos imunobiológicos. De modo a atender às necessidades do Programa Nacional de Imunizações, foram adquiridos 24 tipos de vacinas, dos quais 14 tipos são produzidos nacionalmente. Vale ressaltar que, das vacinas de produção nacional, apenas uma não é originária de produtor público. Nesse sentido, foram apoiados três projetos de grande porte para o fortalecimento dos produtores públicos de vacinas, envolvendo adequação e ampliação de área física para atender solicitação de produção de biofármacos e vacinas, construção do Centro Integrado de Biofármacos, Protótipos e Reativos para Diagnóstico e ampliação de área de processamento de imunobiológicos.

Para 2009, está prevista a consolidação dessa política por meio de um acordo intersetorial. Essa cooperação tem como diretriz estabelecer programas interinstitucionais de trabalho para melhoria da qualidade da produção nacional, pública e privada, para os segmentos produtivos do complexo industrial da saúde. Estarão incluídos mecanismos de apoio complementar às ações de vigilância sanitária no que se refere à análise de conformidade de produtos para a saúde, desenvolvimento de atividades para suporte à execução das políticas de saúde, de ciência e tecnologia, de desenvolvimento industrial, em especial na área de próteses, novos materiais, fármacos, equipamentos hospitalares, acreditação de laboratórios e outras atividades.

e) Assistência Farmacêutica

A ampliação do acesso aos medicamentos foi, em 2008, o principal objetivo da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. A linha de atuação básica para a concretização dessa política está na sustentação do Programa Farmácia Popular do Brasil, criado pelo Governo com o intuito de ampliar o acesso da população aos medicamentos considerados essenciais, por meio de aquisições em laboratórios farmacêuticos públicos ou privados, além de disponibilizá-los, a preço de custo, em farmácias distribuídas pelo território nacional.

Essa linha de ação possibilitou, entre 2004 e 2008, a implantação de 500 farmácias da rede própria, o que ultrapassa a meta de 400 farmácias, estabelecida para 2008. A superação dessa meta deve-se a um investimento total de R\$ 407 milhões, somado ao acompanhamento efetivo dos Municípios com unidades implantadas e em processo de implantação, a fim de que seja mantido o padrão de qualidade estabelecido para o Programa. Para 2009, está prevista a implantação de mais 100 farmácias populares.

Além da modalidade de oferta governamental direta, na qual em 2008 foram investidos R\$ 5 milhões em infra-estrutura para a implementação das unidades da rede pública e cerca de R\$ 59 milhões para o custeio das mesmas, também foi inserida no Programa, por meio do sistema de co-pagamento às farmácias privadas, a possibilidade de acesso do público a um elenco de medicamentos para os tratamentos básicos, assim como para a hipertensão e diabetes, além de contraceptivos. Nessa modalidade, a população brasileira conta, atualmente, com 6.460 farmácias cadastradas, que atendem a um total de 12,5 milhões de pessoas. Ainda em 2008, foi possível a ampliação do número de medicamentos disponíveis de 9 para 13, o que possibilita a elevação do alcance da cobertura dos principais problemas de saúde da população com medicamentos a preços bem mais acessíveis que os de mercado.

Em 2008, foi concretizada a alteração do valor do financiamento da Assistência Farmacêutica Básica, cujo valor per capita foi elevado de R\$ 3,75 para R\$ 4,10, o que possibilitou a ampliação do poder de compra de medicamentos por Estados e Municípios para o atendimento de maiores faixas populacionais.

f) Prevenção e Controle de Doenças e Agravos

Em 2008, foi garantida a produção e distribuição de vacinas e outros insumos estratégicos, em quantidade e qualidade que atendam à demanda da população, viabilizadas por meio do desenvolvimento de ações conjuntas das três esferas de gestão, constituindo-se em importante realização para a prevenção e controle de doenças, eixo estruturante da saúde pública no Brasil. Para conferir efetividade a essas iniciativas, foi promovida a integração entre a atenção básica e a vigilância em saúde de forma a ampliar a integralidade da atenção.

No campo da promoção à saúde, o fornecimento de informações à população foi provido por meio de campanhas e promoções de datas marcantes que chamam a atenção para a necessidade de cuidados preventivos. Entre outros, destaca-se o Dia Mundial da Saúde, com eventos realizados em 286 Municípios; o Projeto da Redução da Mortalidade por Acidentes de Trânsito, com ênfase em 16 capitais estratégicas, o que envolveu recursos da ordem de R\$ 4 milhões, com previsão de expansão para outros Municípios, em 2009.

Com relação à prevenção da violência, foram instituídos comitês em 196 Municípios com maior incidência de ocorrências de violência, na forma de Núcleos de Prevenção de Violências e Promoção da Saúde.

A Política de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, com os componentes promoção, vigilância, assistência e reabilitação, foi complementada com a estruturação da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador e os Centros de Referência em Saúde do Trabalhador. De uma meta de 200 unidades, até outubro de 2008, foram implantados 175 centros em Municípios referenciados.

O foco da prevenção e controle de doenças imunopreveníveis, em 2008, foi na articulação com as secretarias estaduais e municipais de saúde e com a participação de organizações não-governamentais, visando à intensificação da promoção e prevenção de doenças com maior incidência. Com essa finalidade, promoveu-se a campanha de vacinação para eliminação da rubéola e da síndrome da rubéola congênita, no âmbito do compromisso internacional, junto com os demais países das Américas. Essa iniciativa constituiu-se em etapa inicial para o alcance da meta de eliminação da rubéola e da síndrome da rubéola congênita, até 2010.

Essa campanha teve como público-alvo 70 milhões de homens e mulheres, com idade entre 20 e 39 anos em todas as unidades da Federação, acrescidas, nos estados do MA, MG, MT, RJ e RN, do grupo de adolescentes de 12 a 19 anos. A vacinação foi aplicada com independência de dose aplicada ou doença anterior. Com essa finalidade, foram distribuídas 84,5 milhões de doses da vacina, sendo 76,3 milhões da dupla viral e 8,2 milhões da tríplice viral (vacinação do grupo de 12 a 19 anos nos cinco Estados citados). Dados de 2008 indicam uma cobertura nacional correspondente a 94,06% do público-alvo, ou seja, foram vacinados 71,1 milhões de pessoas.

A população idosa, que tem maior dinâmica de crescimento atualmente no Brasil, contou com ampla campanha de abrangência nacional, em 2008, ocasião em que mais de 14 milhões de pessoas com mais de 60 anos foram vacinadas contra a gripe, significando uma cobertura de 87% da população idosa, ou seja, sete pontos percentuais acima da meta estabelecida.

No campo do controle das doenças transmissíveis, detectou-se importantes questões de saúde pública, entre as quais se destaca a propagação da hepatite, que teve sua prevenção focada na capacitação e na constante troca de informações entre os diversos níveis de gestão. Em 2008, foi dada continuidade à atualização do manejo clínico e terapêutico da hepatite C, em consonância com os avanços científicos baseados em evidências e aspectos de custo-efetividade para o Brasil.

Como principais resultados, cabe ressaltar a atualização do tratamento da hepatite C com a inclusão do interferon peguilado para portadores de hepatite C genótipo 1; e definições de critérios de retratamento com interferon-peguilado para pacientes recidivantes, não respondedores e co-infectados com o vírus da imunodeficiência humana (HIV), além da conclusão da fase de

campo do Inquérito Nacional de Soroprevalência nas Regiões Sul e Sudeste, com previsão de conclusão, no primeiro semestre de 2009, na região Norte. A conclusão do inquérito é fundamental para o estabelecimento de estratégias de programação de atividades e tomada de decisão com vistas ao controle da doença no País.

A partir de estudo epidemiológico de agregação geográfica dos casos de hanseníase, foram realizadas descentralizações progressivas das ações de controle dessa enfermidade, envolvendo todas as unidades federativas. Até novembro de 2008, das 15.231 Unidades Básicas de Saúde existentes em Municípios prioritários, 12.949 implantaram ações de controle da hanseníase, ou seja, 96,7% da meta pactuada.

O controle da tuberculose também tem sido tratado como prioridade pelo Governo. Cabe registrar a expansão para 315 Municípios prioritários do Tratamento Diretamente Observado (DOTS), estratégia do tratamento supervisionado recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), que tem como objetivo contribuir para a melhoria da taxa de cura, além de reduzir internações, óbitos e a resistência aos medicamentos atualmente disponíveis. Destaque-se, ainda, o projeto do Fundo Global para a tuberculose, aprovado em 2005, tendo continuidade em 2008, com cobertura de US\$ 27 milhões para um período de cinco anos. O projeto abrange 11 regiões metropolitanas e seus 57 Municípios, nos quais estão concentrados 50% dos casos novos de tuberculose.

Dados de 2008 revelam queda expressiva dos casos de malária na região da Amazônia Legal. O País reduziu em 34% o número de casos dessa doença no período de janeiro de 2007 a agosto de 2008. Apresentou, ainda, queda em 51% de casos da espécie falciparum – forma mais grave da doença –, o que resultou na redução de 44% das internações. Além da redução de gastos com internação, o Brasil superou, em 2008, a meta de redução de casos prevista para 2011, estimados em 361.800. Dados do Sistema de Informações de Vigilância Epidemiológica da Malária, de novembro de 2008, apontaram a existência de 244.128 casos da doença, em toda a Amazônia Legal, região que concentra 99,9% dos casos no País. As projeções à época indicavam que o Brasil chegaria ao final de 2008 com 13,1 casos para cada mil habitantes.

Os bons resultados podem ser atribuídos a uma série de ações implementadas em parceria com as secretarias estaduais e municipais de saúde, dentre as quais a expansão da rede de diagnóstico, a detecção e o tratamento oportuno dos pacientes e a inclusão de novo medicamento no esquema terapêutico. Foi intensificado o trabalho de integração das ações de controle da doença à estratégia do Programa Saúde da Família, sendo que uma das medidas adotadas foi a publicação do Caderno de Atenção Básica, enfocando o tratamento da malária nos serviços de atenção primária. O Governo lançou ainda o Guia para Gestão Local do controle da malária, para acolhimento dos novos gestores municipais. Ainda em 2008, as unidades de atendimento em atenção básica passaram a contar com um microscopista na composição de suas equipes.

No último ano, foram registrados até o mês de novembro 787.726 casos suspeitos de dengue, 4.137 casos confirmados de Febre Hemorrágica da Dengue (FHD) e a ocorrência de 223 óbitos por FHD. Também foram confirmados 17.477 casos de dengue com complicação (DCC), com 225 óbitos. Com os dados informados, a taxa de letalidade por FHD é de 5,53% e de DCC 1,01% dos casos confirmados. Considerando-se os casos e óbitos por FHD somados aos de DCC, a taxa de letalidade da doença é de 1,88%.

Para fazer frente a esse quadro, no mês de outubro de 2008, o Governo lançou uma campanha nacional de prevenção à patologia. Espera-se que o caráter informativo dessa campanha, acrescido de ações complementares correspondentes a um aporte de mais

R\$ 128 milhões para o Teto Financeiro de Vigilância em Saúde (TFVS) destinado a Municípios prioritários venha a prevenir a propagação da patologia. A espacialização geográfica desses Municípios abrange, prioritariamente, áreas de fronteira e turísticas, regiões metropolitanas, além de cidades com mais de 50 mil habitantes. A estratégia de combate à dengue, para o ano de 2009, contará com cobertura da União estimada no montante de R\$ 1,08 bilhão, para o desenvolvimento das ações de prevenção e controle da doença, um aumento de 23% em relação a 2007, destinados aos Municípios prioritários. Além do repasse dos recursos, o Governo coordenou uma série de ações para o combate à doença. Destacam-se o acordo com as Forças Armadas para atuar, se necessário, como agentes de combate ao mosquito; as ações para levar informação e mobilização a estudantes e professores, como o filme “Vila Saúde”, para alunos da educação básica; as parcerias com empresas e organizações civis para medidas de prevenção, educação e combate à dengue; a realização em 11 Municípios do teste de três novas estratégias de prevenção e controle da dengue: i) NS1 (diagnóstico mais rápido), armadilha para mosquito adulto e uso da Internet para apoiar na detecção mais rápida de surtos de dengue; ii) a sensibilização de 42.806 líderes comunitários por telefone e de porta em porta; iii) o envio de material informativo a 4.121 emissoras comunitárias, carros de som etc.; e a recomendação do Ministério da Saúde às secretarias estaduais e municipais no sentido de que fiscalizem e punam estabelecimentos comerciais e industriais que não atentem para a formação de criadouros.

Divulgada no dia 20 de novembro de 2008, a avaliação nacional das informações sobre infestação por larvas do *Aedes aegypti*, demonstra melhoria dos dados em relação ao ano passado. De acordo com o Levantamento Rápido do Índice de Infestação por *Aedes aegypti* (LIRAA), dos 2.324 estratos avaliados (área de 9 mil a 12 mil imóveis com características semelhantes), 1.344 apresentaram índice de infestação abaixo de 1%, considerada uma faixa satisfatória pela OMS.

Em 2008, foram destinados R\$ 1,01 bilhão para a aquisição dos medicamentos para terapia anti-retroviral em adultos, crianças, adolescentes e gestantes portadores de HIV/AIDS. A incorporação de duas novas importantes drogas anti-retrovirais ao arsenal terapêutico para o tratamento da infecção pelo HIV e da AIDS (Darunavir e Raltegravir), trouxe grande alento à população portadora do vírus. Ambos os medicamentos são utilizados em pacientes multi-experimentados em terapia anti-retroviral, que possuem escassas opções de tratamento. Também em 2008, o acesso foi ampliado pela incorporação de medicamentos em versões de custo mais reduzido e resultante da negociação de abatimento de 30% no custo do medicamento Kaletra. Com isso, espera-se progressivos recuos de preço nos próximos anos.

Destaca-se também o licenciamento compulsório do anti-retroviral Efavirenz. A medida permitiu a importação das suas versões genéricas originárias de laboratórios pré-qualificados pela OMS e ampliou o estudo para a produção nacional desse medicamento. Estima-se que, até o final de 2008, 75 mil das 200 mil pessoas atendidas pelo programa federal fizeram uso do Efavirenz, gerando redução de gastos em torno de US\$ 30 milhões.

No mês de abril do último ano, foi inaugurada a primeira fábrica estatal brasileira de preservativos, a Natex. É a única no mundo a utilizar como matéria-prima o látex de seringueira nativa. Instalada em Xapuri, no Acre, a Natex tem uma capacidade de produzir 100 milhões de unidades por ano, podendo chegar até 270 milhões no ano de 2011. A planta industrial é composta por 2.664 m² de área construída e foi baseada nos conceitos de desenvolvimento sustentável, social e ambiental.

Outra importante iniciativa na promoção da saúde e na prevenção de doenças refere-se ao controle do tabagismo, e envolve diversos setores estratégicos da conjuntura nacional, tais como economia, agricultura e educação. O País aplicou, em parceria

com entidades civis, metodologia para diagnóstico e controle do tabaco, a fim de levantar informações quanto à intensidade do consumo, descontinuidade e periodicidade do uso do tabaco. Também desenvolveu recomendações para o avanço do programa brasileiro de controle do tabagismo. As advertências sanitárias brasileiras já implementadas são reconhecidas internacionalmente e inspiram outros países também interessados em combater o tabagismo. Estudos sobre dependências de drogas já demonstram que advertências sanitárias impactantes podem motivar a cessação do fumo, além de terem um importante papel informativo sobre os riscos do tabagismo.

g) Vigilância Sanitária

Na área de regulação sanitária, ações importantes foram desenvolvidas, em 2008, buscando prevenir e controlar os riscos à saúde da população, oriundos da produção e consumo de bens e serviços, por meio da adequação e segurança dos produtos, serviços e ambientes. Dentre as ações realizadas em 2008 destacam-se as inspeções sanitárias em portos, aeroportos, postos de fronteiras e terminais alfandegados, que chegaram a um total de 687.854; as análises para concessão de licenças de importação e licenças simplificadas de importação, num montante de 90.417; a concessão de autorização de funcionamento de empresas, que chegaram a 8.223, a inspeção em plantas de indústrias de medicamentos, que chegou a 55 no Brasil, e 178 no exterior; e a certificação de 822 boas práticas de fabricação.

Também foram autorizados 247 Ensaios Clínicos, o que representou um aumento de 100% em relação ao ano anterior, e refletiu uma maior participação brasileira no cenário mundial de pesquisas clínicas com medicamentos. Foram concedidos 550 registros para a área de medicamentos, sendo i) 20 registros de medicamentos novos; ii) 309 de medicamentos genéricos; iii) 174 de medicamentos similares; e iv) 47 de fitoterápicos, específicos e homeopáticos.

Registre-se também que, em 2008, as prioridades em vigilância sanitária versaram sobre revisão de instrumentos normativos; processos de importação de materiais, insumos e produtos destinados ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas; e ampliação de novas substâncias químicas de referência (SQR). Esse conjunto de ações buscou aprimorar a segurança sanitária dos processos de fiscalização e registro de produtos.

Entre os desafios a serem enfrentados a partir de 2009, destacam-se as ações de desburocratização no setor, com foco na informatização do procedimento de solicitação e análise dos processos de autorização de funcionamento de empresas. A perspectiva é que todas as solicitações de concessão, renovação e alteração sejam realizadas eletronicamente, agregando agilidade e economia ao processo.

h) Desenvolvimento e Qualificação do Pessoal Atuante no SUS

Com relação à promoção da qualificação do trabalho e da educação permanente dos profissionais da saúde, assim como da desprecarização dos vínculos de trabalho e o aperfeiçoamento da gestão do trabalho, a política de educação profissional em saúde está focada nos processos formativos, adequando-os para o seu pleno desenvolvimento. Com essa finalidade, foram adotadas como estratégias o estabelecimento de processos de negociação; a formulação e implementação de planos de carreiras e políticas de desenvolvimento dos trabalhadores; e a regulação profissional.

Em 2008, houve continuidade do apoio à formação profissional, resultando em 176.943 agentes comunitários de saúde capacitados; a assinatura de convênios de educação técnica, abrangendo cerca de 4.000 profissionais; a finalização de contratos firmados no âmbito da qualificação da enfermagem; a aquisição de equipamentos para diversas escolas técnicas do SUS; e o apoio à infra-estrutura das Escolas Técnicas do SUS de Roraima, Rondônia, São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Santa Catarina. Foi também implementada a Política de Educação Permanente, por meio da pactuação com os Estados e Municípios para transferência, na modalidade fundo a fundo, do montante de R\$ 50 milhões a serem aplicados em educação profissional continuada.

Em relação ao Desenvolvimento da Graduação, Pós-Graduação *Stricto e Latu Sensu*, em Áreas Estratégicas para o SUS, está em desenvolvimento o Programa Nacional de Telessaúde Aplicada à Atenção Básica, o qual se encontra em fase de conclusão de sua primeira etapa, com a implantação de 900 pontos, voltados para a capacitação de cerca de 2.700 equipes de saúde da família em todo o território nacional.

Foram ainda apoiados, visando ao desenvolvimento da graduação, 140 projetos do Pró-Saúde II, abrangendo cerca de 96 mil estudantes nas diversas áreas de formação em saúde. Referente ao Programa de Residências Multiprofissionais em Saúde, o Governo deu continuidade ao apoio a 19 cursos de residências e especializações iniciados em 2006 e 2007 e a 24 cursos, em nível de residência e especialização, iniciados em 2008, o que resultou na capacitação de 1.595 profissionais.

Em 2008, foi implantada a Universidade Aberta do SUS, cuja prioridade inicial é o desenvolvimento de cursos de especialização a distância para os profissionais da Saúde da Família. Essa universidade possibilitará o cumprimento da meta de capacitação dos profissionais de nível superior na atenção básica. Por seu intermédio, cerca de 4 mil profissionais já iniciaram suas capacitações.

Quanto à modernização e qualificação do trabalho no SUS, verificou-se avanços em processo de negociação, por meio da Mesa Nacional de Negociação Permanente. Foram apoiados 99 projetos do Programa de Qualificação e Estruturação da Gestão do Trabalho e da Educação no SUS.

i) Apoio aos Fundos de Saúde

Em 2008, os esforços administrativos do Fundo Nacional de Saúde (FNS) foram concentrados na sensibilização de gestores para a importância da organização dos fundos de saúde como instrumento de gestão e da inserção de suas funções em todos os segmentos componentes do SUS. Embora o destaque seja para as atividades de orçamento, financeiras e contábeis, os fundos de saúde têm grande importância na eficiência da gestão. Nesse sentido, o FNS prestou apoio a 1.107 fundos estaduais e municipais de Saúde que aderiram à Ação de Cooperação Técnica mantida pelo Governo desde 2006, com vistas ao desenvolvimento institucional da gestão orçamentária, financeira e contábil.

Entre as ações empreendidas no ano, destacam-se, também, a cooperação técnica àquelas secretarias estaduais e municipais de saúde que não divulgam o balanço de aplicação de recursos no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) e o fortalecimento das parcerias mantidas com as demais instâncias gestoras e com as entidades representativas dos controles externo e social. Para 2009, a meta é obter a adesão de 678 novos fundos de saúde e fomentar a realização das ações de melhoria já pactuadas nos anos anteriores.

j) Gestão, Participação Popular, Monitoramento, Ouvidoria e Auditoria do SUS

Conforme mencionado no item 1 – Agenda Social – deste Capítulo, a gestão do modelo de atenção adotado para o SUS teve importante impulso, em 2008, com a implementação do Programa Mais Saúde. Nesse contexto, a evolução do Sistema de Planejamento do SUS teve importante papel no aprimoramento da gestão nas três esferas administrativas desse sistema, destacando-se, nesse exercício, além dos aspectos descritos naquele item, a reedição e publicação de 45.000 exemplares dos cadernos que orientam a organização e o funcionamento do sistema de planejamento do SUS e a elaboração dos instrumentos básicos legalmente instituídos que dão concretude ao processo de planejamento. Também foram capacitados cerca de 600 técnicos atuantes nas áreas de planejamento federal, estadual e municipal, com conteúdos voltados para a qualificação dos instrumentos e para a dinâmica do processo de planejamento.

Para facultar a participação popular no processo de gestão do SUS, o Governo, por intermédio do Ministério da Saúde, mobilizou esforços na ampliação de um contexto de negociações em torno do processo de decisões, institucionalização das políticas públicas e fortalecimento da mobilização da sociedade para a gestão participativa, por meio da manutenção da ouvidoria da saúde. Também em 2008, foi promovida a realização de fóruns regionais para discussão, com vistas ao apoio e desenvolvimento de estruturas de ouvidorias de saúde nas demais instâncias do SUS. Essa estruturação possibilitou 14.324.423 atendimentos pela ouvidoria federal, no ano passado, via Disque Saúde, além de terem sido implantadas 15 unidades em nível estadual.

Foi também conferido apoio à formação e educação permanente de agentes sociais que atuam no controle social em saúde, além da capacitação de 40.667 agentes e conselheiros de saúde. Foram difundidos materiais de apoio pedagógico em defesa do SUS e do controle social e gestão participativa, em formato impresso e audiovisual, para uso dessas instituições.

A ampliação e o fortalecimento da participação e mobilização social em defesa do SUS foram estimulados com a realização de 13 eventos informativos. Foram também implantadas cinco instâncias estaduais com a finalidade de promover a equidade em saúde de populações em condições de vulnerabilidade e iniquidades. O universo das auditorias realizadas no âmbito do SUS abrangeu os 26 Estados e o Distrito Federal, sendo encerradas 631 auditorias e implantadas 69 unidades de auditoria nos Estados e Municípios.

k) Saúde Suplementar

No ano de 2008, teve destaque o incentivo à mudança do modelo técnico-assistencial, a partir de projetos focados na revisão do rol de procedimentos e incorporações e no estudo do perfil dos programas de promoção à saúde e prevenção de doenças. O monitoramento dos processos assistenciais ganhou novos contornos, a partir da análise de risco assistencial e o estímulo ao parto normal. A iniciativa de redução da assimetria de informação culminou na realização do Anuário de Produtos; na instalação do Fórum Nacional Permanente dos Trabalhadores sobre Saúde Suplementar, com a participação de representações da sociedade civil e de outros órgãos governamentais; e na assinatura de 11 termos de cooperação com os órgãos de defesa do consumidor. Essas ações foram possíveis, pois as operadoras encontram-se mais estáveis e solventes, como reflexo de um monitoramento econômico-financeiro mais rigoroso.

Ainda no mesmo período, foram realizadas duas consultas públicas de grande importância para a sociedade: a primeira sobre

a mobilidade com portabilidade de carências, com o estímulo à concorrência do setor; e a segunda sobre a regulação dos planos coletivos, com o objetivo de oferecer maior transparência aos contratos, coibir a seleção de risco e a falsa coletivização.

Para o ano de 2009, as principais metas estão relacionadas ao Programa Mais Saúde, com o objetivo de alcançar maior integração com o SUS, elevando a eficiência do processo de ressarcimento a esse Sistema; a regulamentação de um Fundo Garantidor de forma a oferecer maior segurança aos beneficiários de operadoras insolventes quando da transferência de carteira; e a implementação da Portabilidade, com reflexos na dinamização do mercado.

De forma a oferecer maior qualidade ao setor, serão desenvolvidos os processos de acreditação de operadoras e prestadores, com o desenvolvimento de modelo a ser utilizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e estabelecido padrão progressivo de compromisso dos prestadores com a qualidade da atenção e a integralidade das ações de saúde. A elaboração e difusão de protocolos clínicos é outra estratégia essencial para a qualidade do setor, que deve potencializar a discussão do perfil assistencial e da qualidade da assistência. A consolidação da Troca de Informações em Saúde Suplementar (TISS) trará maior qualidade para o atendimento aos beneficiários e possibilitará ao setor um acompanhamento mais adequado.

5. Políticas Afirmativas

a) Igualdade Racial

Ao criar a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, o Governo assumiu a responsabilidade pela promoção da igualdade racial, entendendo que o Estado não deve ser neutro em relação às questões raciais. A ele cabe assegurar igualdade de oportunidades em busca de melhores condições de vida a todos os brasileiros. Associada a essa nova postura governamental, está a compreensão de que as políticas públicas, para que sejam efetivas, devem ser frutos das necessidades percebidas na sociedade e por ela determinadas e devem ser implementadas transversalmente pelo conjunto dos órgãos governamentais. Por meio de Ações Afirmativas, fruto do permanente diálogo social, tem-se avançado no combate à discriminação racial no País.

Em 2003, a Lei nº 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB), para incluir no currículo da rede de ensino público e privado a temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Em 2008, foi finalizada a formulação do Plano Nacional que estabelecerá metas e estratégias para a ampla adoção da lei, acompanhada da instalação de um banco de dados nacional para o acompanhamento e monitoramento da aplicação da legislação. De forma complementar à Lei nº 10.639, foi sancionada a Lei nº 11.645, de 11 de março de 2008, que cria a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” em todas as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio, tanto da rede pública quanto das unidades particulares.

Nas relações internacionais, o Governo tem se voltado mais especificamente para as relações Sul-Sul: África, América Latina e Caribe, que contemplam grande contingente de população afrodescendente e indígena, com os quais se prioriza aprofundar as relações históricas, políticas e comerciais, sem subalternidade e com respeito.

Nessa direção, foi realizada em Brasília, entre os dias 17 a 19 de junho de 2008, a Conferência Regional da América Latina e Caribe, preparatória à Conferência de Revisão de Durban das Nações Unidas, antecedida pelo Fórum da Sociedade Civil das Américas, também realizado em Brasília, entre 13 e 15 de junho de 2008, com a participação de 25 países e 300 ONGs da região.

O documento resultante desta Conferência propôs a adoção de políticas afirmativas, desde a inclusão da igualdade étnico-racial e de gênero na pauta dos pactos de integração econômica regionais, até o empenho dos países no monitoramento e avaliação da implementação dos compromissos assumidos em Durban, com o tratamento de dados desagregados por raça/cor.

Houve ainda a assinatura do Plano de Ação Conjunta para a Eliminação da Discriminação Étnico-Racial e a Promoção da Igualdade entre Brasil/EUA e a efetivação, em 2008, do GT Racismo, Discriminação Racial e Xenofobia na Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do Mercosul e Países Associados, com a realização de duas reuniões durante a Presidência *Pro Tempore* do Brasil e um Seminário sobre Afrodescendentes no Mercosul e Países Associados, visando à criação de uma agenda de trabalho comum de combate à discriminação racial.

No campo interno, destaca-se a elaboração e articulação do Plano Setorial de Qualificação Profissional (Planseq) – Afrodescendentes, que visa qualificar 24.360 educandos, em cinco eixos do setor de serviços: curso de operador de telemarketing, consultor de vendas, recepcionista, promotor de vendas e cuidador de pessoas com doença falciforme, oportunidade em que os alunos se qualificarão para o exercício dessas profissões e aprenderão teoria e aplicação da CLT, teoria e aplicação dos princípios de segurança no trabalho e noções de cidadania.

O Programa Trabalho Doméstico Cidadão (PTDC) tem como objetivo valorizar o trabalho e a trabalhadora doméstica. Consiste na qualificação social e profissional e a elevação da escolaridade dessas trabalhadoras, incluindo questões relativas à cidadania, à cultura e às relações do mundo do trabalho. Sua experiência-piloto ocorreu até 2007, por meio de uma articulação envolvendo o Governo, a Federação Nacional dos Trabalhadores Domésticos (Fenatrad) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foram beneficiadas 350 trabalhadoras domésticas, das quais 210 receberam ações de qualificação social e profissional, articulada com elevação de escolaridade. Cerca de 140 trabalhadoras domésticas receberam, também, ações de qualificação para o fortalecimento da organização e na 2ª edição, que ocorrerá em 2009, o Programa será ampliado para 29 localidades.

No campo das ações afirmativas de trabalho, destaca-se ainda a concessão de 25 bolsas, em 2008, pelo Instituto Rio Branco (IRBr), destinadas a candidatos negros para preparação ao concurso de admissão à carreira diplomática. Para 2009, serão oferecidas 27 bolsas. No Concurso de 2008, mais três ex-bolsistas lograram aprovação, aumentando para onze o número de beneficiários da bolsa que se tornaram diplomatas.

a.1) Programa Brasil Quilombola

Em 2008, o Governo manteve sua política de empenhar esforços a fim de garantir o cumprimento do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, reconhecendo às comunidades quilombolas o direito à propriedade das terras que tradicionalmente ocupam. Longe de representar uma mera política de titulação de terras, o Programa Brasil Quilombola (PBQ) caracteriza-se pela articulação do processo de regularização fundiária com políticas públicas que assegurem a essas comunidades o respeito a seus direitos sociais e culturais. Conforme detalhamento já apresentado no item 1 deste Capítulo, o PBQ integra a Agenda Social do Governo.

Integrantes do Programa Brasil Quilombola, criado pelo Governo Federal, as ações de reconhecimento, demarcação e titulação de áreas remanescentes de quilombos, realizadas em 2008, totalizam a publicação de 14 editais de Relatórios Técnicos de

Identificação de Delimitação (RTID), 11 Portarias de Reconhecimento e emissão de 13 títulos, sendo que o Instituto de Terras do Pará (ITERPA) emitiu 11 títulos no Estado do Pará e o Instituto de Terras do Piauí (INTERPI) expediu dois títulos, ambos em parceria com o Governo Federal.

Conforme já mencionado, no item 7, subitem b.2.1, do Capítulo II, destaca-se ainda que foi incorporada ao Programa Nacional de Assistência Técnica uma política orientada aos quilombos, considerando suas especificidades de grupo étnico-racial. De 2004 a 2007, foram investidos R\$ 6,4 milhões, que beneficiaram 441 comunidades quilombolas. Já em 2008, os recursos foram da ordem de R\$ 8,2 milhões, beneficiando 130 comunidades quilombolas em 72 Municípios. Os projetos apoiados objetivam estimular o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas, por meio de atividades de formação que visam apoiar a gestão territorial, fortalecendo as formas de organização e os conhecimentos tradicionais.

b) Igualdade de Gênero

Além do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, descrito no item 1 deste Capítulo, integrante da Agenda Social, destaca-se também o lançamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (II PNPM), em março de 2008. O processo de construção desse Plano foi coordenado pelo Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM, composto por 20 órgãos da administração pública federal, por organismos governamentais estaduais e municipais de políticas para as mulheres e pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O II PNPM conta com orçamento de R\$ 17 bilhões para o período 2008-2011, que serão investidos na implementação de 388 ações distribuídas em 11 áreas temáticas.

Para ampliar o alcance desse Plano, fazendo com que suas ações cheguem realmente às suas destinatárias finais, o Governo continuará buscando a parceria com os governos estaduais e municipais. Para tal, definiu-se como principal estratégia o estímulo à formulação de Planos Estaduais e Municipais de Políticas para Mulheres, conforme recomendação de todas as Conferências Estaduais de Políticas para Mulheres.

b.1) Educação e Cultura

Na área da educação, além do Programa Gênero e Diversidade na Escola, vale destacar o Programa Mulher e Ciência, estruturado com os objetivos de legitimar e estimular a produção científica e a reflexão acerca das relações de gênero em todos os níveis de educação e de promover a participação das mulheres no campo das ciências e carreiras acadêmicas.

Em 2008, como ação do Programa, foi realizada a quarta edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, que tem como objetivos estimular e fortalecer a pesquisa no campo dos estudos das relações de gênero, mulheres e feminismos, buscando contemplar a intersecção com as seguintes abordagens: classe social, geração, raça, etnia e sexualidade; e sensibilizar a sociedade para tais questões. Esta quarta edição contou com um total de 2.855 trabalhos, com o significativo aumento de 135% de trabalhos inscritos em relação à edição anterior.

Outra importante ação do Programa, no citado exercício, foi o lançamento do edital nº 57, de 2008, na área dos estudos de gênero, mulheres e feminismos. Nessa segunda edição, foram aportados R\$ 5 milhões e incentivadas também as pesquisas sobre gênero

e ruralidades. O edital contou com a inscrição de 364 projetos de pesquisadores de todos 25 Estados e do Distrito Federal, tendo sido aprovadas 173 propostas.

Foi lançado, também, o Programa Mulheres em Ciências de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica, por meio de um edital de apoio a 20 bolsas de mestrado para pesquisas sobre o Enfrentamento da Violência contra as Mulheres. Como mais um desdobramento do Programa Mulher e Ciência, será realizado, em 2009, o 2º Encontro Nacional de Núcleos e Grupos de Pesquisa de Estudos de Gênero, previsto para maio, que reunirá representantes de 300 núcleos de pesquisas científicas de todo o País, cujo tema geral será a institucionalização dos estudos feministas e de gênero nos sistemas de Educação, Ciência e Tecnologia. Será lançada, também, a 5ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero, bem como incentivadas e apoiadas as iniciativas de prêmios e editais estaduais.

b.2) Trabalho

No campo do trabalho, cabe destacar as seguintes ações realizadas em 2008. Primeiramente, o lançamento do Programa Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres, que tem por finalidade fortalecer as políticas públicas de incentivo ao turismo local, por meio da formulação de estratégias para o setor produtivo artesanal, que garantam a autonomia e o papel protagonista de mulheres artesãs, na perspectiva da igualdade de gênero e da identidade cultural regional. O Estado de Tocantins é o primeiro a receber o programa e tem como meta o atendimento de 4.500 mulheres em 13 Municípios, no período de 2008 a 2010. Em 2009, está prevista a implementação do programa em mais 5 Estados, a saber: Pará, Rio de Janeiro e mais 3 a serem determinados, nas regiões Norte e Nordeste.

Outra iniciativa importante foi o lançamento do Programa Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres no Estado de Santa Catarina e no Distrito Federal. Esse programa foi criado, em 2007, no Rio de Janeiro, com o objetivo de estimular o empreendedorismo feminino, apoiando as mulheres na criação e desenvolvimento de seus próprios negócios. Atualmente, o programa já atendeu a 1.800 mulheres naquele Estado e tem a previsão de atender mais 1.800 no Estado de Santa Catarina e no Distrito Federal, totalizando 3.600 mulheres beneficiadas até 2009.

Ressalte-se, ainda, a adesão, de 38 empresas de setores público e privado, à segunda edição do Programa Pró-Equidade de Gênero, que tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas empresas e instituições, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional. Em 2009, as empresas que aderirem ao programa e que conseguirem cumprir todas as etapas do seu Plano de Ação serão contempladas com o Selo Pró-Equidade de Gênero.

Para 2009, as prioridades do programa compreendem as seguintes ações: i) avaliação final, seleção e entrega do Selo Pró-Equidade de Gênero às empresas selecionadas na segunda Edição do Programa; ii) lançamento da 3ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero; iii) realização de seminário internacional para a troca de experiências com programas similares; iv) construção de Banco de Boas Práticas, que reúne experiências exitosas de promoção da igualdade de gênero no ambiente de trabalho; v) realização dos cursos “Gênero, Emprego e Organização” e “Guia de Método de Avaliação de Postos de Trabalho sem Desigualdade de Gênero”; e vi) publicação da Coletânea Programa Pró-Equidade de Gênero, que inclui um Guia de Avaliação de Postos de Trabalho.

Em março de 2008, foi lançado o Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais, uma iniciativa que visa ao fortalecimento das organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização. O Programa será implantado prioritariamente nas áreas do Plano Social Integrado do Governo Federal, especialmente nos Territórios da Cidadania. Até 2010, o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais deverá alcançar 60 territórios.

Destaca-se, também, a promulgação da Lei nº 11.770, de 2008, que estabelece a ampliação da licença-maternidade de quatro para seis meses. A prorrogação do benefício é facultativa e atende à administração pública direta, indireta e fundacional e à iniciativa privada. No âmbito do setor privado, a Lei propõe a adesão da iniciativa desse setor ao Programa Empresa Cidadã, mediante concessão de incentivo fiscal. A empresa poderá abater do Imposto de Renda os dois meses de licença extra pagos à trabalhadora.

b.3) Saúde

No ano de 2008, cabe destacar algumas ações da Política de Atenção Integral à Saúde da Mulher, acompanhadas pela Comissão de Monitoramento do Pacto da Mortalidade Materna e Neonatal e Comissão Executiva Nacional do Pacto de Mortalidade Materna e Neonatal, tais como a realização de seminários regionais do Pacto, a priorização da implementação dos direitos sexuais e reprodutivos nos Estados, bem como a discussão sobre a estruturação das redes assistenciais e linhas de cuidado na atenção à saúde da mulher e da criança.

Na intenção de apoiar a pesquisa e a reflexão sobre o tema do aborto, durante o ano de 2008, cabe destacar a participação do Grupo de Estudos sobre Aborto (GEA), composto pelo Governo e organizações médicas, jurídicas e feministas da sociedade civil, nas audiências públicas realizadas pelo Supremo Tribunal Federal sobre a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) para a Antecipação Terapêutica do Parto para Fetos Anencéfalos.

Cabe mencionar também que o Governo criou uma Comissão Interministerial para acompanhar a situação das mulheres de Cuiabá, que estão sendo processadas e ameaçadas de prisão por suspeita de realização de aborto, a partir do fechamento de uma clínica na cidade. Destaque, ainda, para a aprovação, em agosto de 2008, da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF), no Conselho Nacional de Saúde. Essa Política expressa o compromisso do Sistema Único de Saúde com a saúde dos povos e comunidades que vivem e trabalham no campo, na floresta, nos ambientes aquáticos, na agropecuária e no extrativismo. Para 2009, o Grupo da Terra, que elaborou a Política, irá elaborar e aprovar o seu plano operativo.

b.4) Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

O Governo tem implementado diversas ações voltadas para ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, um dos objetivos centrais do II PNPM. Nesse campo, destacam-se a criação do Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres de Partidos Políticos, com o objetivo de articular ações voltadas para o empoderamento das mulheres, com foco especial para uma ação unitária pela participação das mulheres na política e o lançamento, em agosto de 2008, da campanha “Mais mulheres no poder. Eu assumo este compromisso!”, promovida em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e o Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, que se propõe a ser um instrumento permanente e a incidir

nos espaços de poder e decisão da iniciativa privada, dos poderes públicos e em áreas estratégicas da sociedade, por meio de ações que promovam a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres, como determina o II PNPM.

Para 2009, a campanha ampliará seu campo de atuação, que nessa primeira fase se centrou nos Poderes Legislativo e Executivo municipais. O sítio da campanha será reformulado, passando a trazer dados, informações, estudos e notícias sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão dos Poderes Judiciário e Executivo, estadual e federal. Serão veiculados novos spots de rádio e vídeos, além de realização de seminários temáticos, com o objetivo de aprofundar os diagnósticos e planejar estratégias políticas para a ampliação da participação das mulheres nesses espaços. O debate sobre a reforma política também será um dos focos da campanha.

Em novembro de 2008, foi realizado o Seminário Nacional A Mulher e a Mídia 5, que reuniu mais de 250 participantes de diferentes regiões do País. Como 2008 foi ano de eleições municipais, o seminário centrou seus debates no enfoque dado à questão de gênero nas eleições, seja do ponto de vista das candidatas mulheres, seja do ponto de vista de candidatos e candidatas que incorporam em suas plataformas a temática de gênero.

No referido ano, foram apoiados, ainda, organismos de políticas para as mulheres das esferas do Poder Executivo estadual e municipal, com o objetivo de construir uma prática de incentivo à transversalidade nessas esferas de governo e possibilitar a execução das políticas definidas no II PNPM. Ademais, foi apoiada a criação ou reforma dos conselhos municipais e estaduais de defesa dos direitos das mulheres.

b.5) Estudos e Pesquisas

Considerando-se a necessidade de monitorar e avaliar as demandas de informações estatísticas sobre gênero e uso do tempo, foi instituído, em 2008, o Comitê Técnico de Estudos de Gênero e Uso do Tempo, que tem por objetivo incidir nas diferentes pesquisas desenvolvidas pelo IBGE, elaborar proposta de Pesquisa de Uso do Tempo, discutir a inserção do recorte de gênero no próximo Censo Demográfico (2010) e estimular a produção de indicadores e informações qualificadas sobre a situação da mulher no Brasil, na perspectiva das relações de gênero. Para 2009, foram definidas como ações prioritárias a realização i) de pesquisa-piloto sobre uso do tempo numa perspectiva de gênero; e ii) de pesquisa-piloto sobre violência doméstica contra as mulheres.

Cabe destacar, ainda, na área de estudos e pesquisas, a inclusão de um conjunto de perguntas sobre a gestão de políticas para as mulheres e de promoção da igualdade de gênero no questionário da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC), realizada pelo IBGE, que irá a campo em 2009. Essa ação permitirá realizar um diagnóstico mínimo sobre a existência e a distribuição regional dos serviços que compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência e dos organismos executivos de políticas para as mulheres.

Em dezembro de 2008, foi lançada a 3ª edição do Retrato das Desigualdades, estudo que consiste em um amplo conjunto de indicadores que mostram a situação social brasileira, com dados desagregados por sexo, raça/cor, grandes regiões e localização do domicílio (urbano ou rural). Os indicadores são produzidos a partir dos dados da PNAD, realizada pelo IBGE. A terceira edição completa apresentará os dados das PNADs de 1993 a 2007 sobre diferentes temáticas, com o recorte de sexo e de raça/etnia.

É importante destacar, também, que será lançado, em 2009, o Observatório Nacional da Igualdade de Gênero (ONIG), que dialoga com a iniciativa de criação, pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), de um Observatório Regional da Igualdade de Gênero (América Latina e Caribe). O projeto brasileiro está sendo desenvolvido em torno de quatro diferentes eixos: indicadores; políticas públicas; legislação e legislativo; e comunicação e mídia. O portal do Observatório será lançado no dia 8 de março de 2009, data em que também se dará início ao primeiro ciclo de monitoramento focado na temática Mulheres, Poder e Decisão.

b.6) Internacional

Em outubro de 2008, foi realizada a XX Reunião Especializada da Mulher do Mercosul (REM), que tem o Brasil na presidência *pro tempore*, e em dezembro, o Brasil participou da 42ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe. Entre os pontos debatidos, destacam-se a criação do mencionado Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe e a definição dos temas centrais da 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe, que acontecerá no ano de 2010 em Brasília.

Com relação ao Acordo do Fórum IBAS (uma iniciativa trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul), em outubro de 2008, foi realizado, em Nova Délhi, o Fórum de Mulheres e, no Brasil, no mês de julho, o Seminário Macroeconomia e Gênero – Uma abordagem feminista, com a participação das delegações sul-africana e brasileira. A agenda internacional de 2009 será bastante intensa, iniciando em março, com a realização da 53ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher da ONU, e continuando, em junho, com a realização da Conferência Internacional do Trabalho que terá como tema Gênero, Trabalho e Família. Ocorrerão, ainda, diversas atividades preparatórias da 11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe.

c) Povos Indígenas

Em 2008, em continuidade a reformulação da Política Indigenista, foi realizada a 5ª Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI), na qual foi reafirmado pelo Governo a prioridade da política em relação aos povos indígenas.

Instituída por Decreto Presidencial, em 2006, e implantada no dia 19 de abril de 2007, Dia do Índio, a CNPI vem se constituindo em importante espaço de articulação das políticas indigenistas. Paritária e contando em sua composição com quarenta representantes indígenas, a Comissão tem como finalidade propor diretrizes, instrumentos, normas e prioridades da política indigenista, bem como desenvolver estratégias de monitoramento e avaliação das atividades dos órgãos federais. A política indigenista até então instituída demandava uma instância de articulação e coordenação da ação indigenista dos diversos órgãos governamentais, bem como a instituição de mecanismos efetivos de controle social.

De setembro a novembro de 2008, foram promovidas oficinas regionais, para discussão do Estatuto do Índio, em dez capitais, envolvendo cerca de mil representantes entre indígenas e lideranças. A população indígena brasileira é estimada em 700 mil pessoas, sendo cerca de 500 mil indígenas aldeados, pertencentes a mais de 220 povos, falando mais de 180 línguas, distribuídos em 654 terras indígenas, o que corresponde a 12,9% do território nacional e a 22,5% da Amazônia Legal. Das 654 terras indígenas (TI), 403 estão regularizadas e outras 125 encontram-se em fase de estudos. Dos 107 milhões de hectares reconhecidos como área indígena no Brasil, 98% estão na Amazônia Legal. Ao preservar recursos naturais para garantir a reprodução física e cultural dos índios, as TI contribuem para barrar o avanço do desmatamento.

Em 2008, visando oferecer ao movimento indígena um momento de reflexão sobre a situação ambiental dos seus territórios e avaliação acerca da biodiversidade e do uso sustentável dos recursos naturais nas terras indígenas, foram realizadas três consultas (nas regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste-Leste) acerca da potencial contribuição das terras indígenas para a conservação dos ecossistemas florestais brasileiros.

Outro fato importante ocorrido em 2008, foi o vôo realizado entre os dias 28 de abril e 2 de maio pela Frente de Proteção Etno-Ambiental Rio Envira, da Funai, que coletou imagens de indígenas isolados na margem esquerda do rio Envira, no Acre, próximo à fronteira com o Peru. As Frentes de Proteção Etno-Ambiental (FPEA) na Amazônia Legal são responsáveis pelas ações de localização, proteção, vigilância e fiscalização em áreas que totalizam cerca de 15 milhões de hectares. O grupo localizado vive em seis malocas, possui área de roçado e os guerreiros têm aparência saudável. O trabalho foi realizado para produzir dados de localização, tamanho das malocas e estimativa de aumento populacional. São 63 as referências a povos indígenas isolados no Brasil, a maioria na região Norte. Hoje, são ameaças concretas a esses índios isolados os empreendimentos de grande impacto em terras indígenas ou no seu entorno, a expansão agrícola, as missões de evangelização dos índios e as atividades de garimpeiros, madeireiros, pescadores, caçadores e narcotraficantes.

Na preservação da cultura indígena, foi importante a sanção da Lei nº 11.465, de 2008, que torna obrigatório, para alunos do ensino médio e fundamental, o ensino de história e cultura indígena. Outro marco histórico no contexto da educação escolar indígena será a realização da Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, em setembro de 2009, que será precedida de 18 Conferências Regionais. A primeira Conferência Regional de Educação Escolar Indígena foi a do rio Negro, em São Gabriel da Cachoeira (AM), onde 98% da população é indígena.

Com a finalidade de promover e proteger a cultura material e imaterial dos povos indígenas, o Governo investiu, ao longo de 2008, recursos no apoio e divulgação de práticas tradicionais, à produção e comercialização de artesanato e outros bens artísticos, assim como à instalação e manutenção de Casas de Cultura nas Terras Indígenas Xerente (TO), Balaio (AM), Barra Velha (BA), Potiguará (PB), Passo Fundo (RS) e Guajará-Mirim (RO), visando à geração de renda e valorização da diversidade étnica desses povos.

Com relação à saúde indígena, e no sentido de dotar os serviços de saúde indígena de infra-estrutura minimamente adequada para o suporte das atividades desenvolvidas, investiu-se na aquisição de bens e na reforma e adequação de unidades de atendimento em saúde em áreas indígenas. Esses esforços vêm mostrando resultados já detectados no aprimoramento de indicadores da evolução da qualidade da saúde desse segmento populacional. A incidência de tuberculose pulmonar positiva (BK+) apresentou uma tendência de queda de 24% ao ano no período de 2000 a 2007, atingindo 36,6/100.000 em 2007. O número de casos de malária em indígenas, comparando o período de janeiro a outubro de 2007 com o mesmo período de 2008, registrou uma redução de 24,8%. A cobertura vacinal alcançou resultados positivos em 2008. Dados parciais indicam uma cobertura de 91,4% da vacina contra pólio em menores de 5 anos. O número de indígenas com o esquema completo de vacinação corresponde a cerca de 65% dessa população. O reflexo dessas iniciativas preventivas pode ser verificado também na redução do coeficiente de mortalidade infantil da população indígena. Em 2007, esse indicador foi de 46,76 para cada 1.000 nascidos vivos, enquanto que dados parciais de 2008 apontam para 37,38/1.000 nascidos vivos, o que representa uma redução de quase 10 pontos percentuais.

Esses resultados podem ser parcialmente creditados à criação das comissões de investigação de óbito infantil e fetal no subsistema de saúde indígena; à inclusão do indicador de óbitos infantis indígenas no Pacto pela Saúde; à pactuação na Comissão Intergestores

Tripartite (CIT) da regulamentação e responsabilização pelo fluxo de informações da mortalidade infantil e dos nascidos vivos na população indígena; do rastreamento das condições alimentar e nutricional dos povos indígenas representativo para as cinco macro-regiões do País. Também contribuiu para o alcance dos resultados a capacitação e atualização em vigilância alimentar e nutricional de cerca de 405 profissionais que possibilitaram o fortalecimento das ações de vigilância alimentar e nutricional em 32 distritos indígenas (94,11% do total), alcançando cobertura média anual de mais de 52% das crianças menores de 5 anos com acompanhamento do estado nutricional.

Para o ano de 2009, prevê-se as seguintes ações:

- o início da recomposição de quadros técnicos da Funai, a partir da criação de 3.100 cargos de Indigenista Especializado, Agente em Indigenismo e Auxiliar em Indigenismo, pela Medida Provisória nº 441, de 29 de agosto de 2008, aprovada pelo Congresso Nacional;
- a formalização de uma política para os índios isolados, finalização de um plano de ação de médio prazo, articulação com os demais órgãos de Governo, relevantes para essas ações, cumprimento dos procedimentos legais definidos pelos próprios órgãos de Governo e ampliação dos recursos humanos para a composição das Frentes de Proteção Etno-Ambiental (FPEA);
- a realização de cursos de formação de professores indígenas e de capacitação dos técnicos da Funai, cursos de nível médio integrado ao profissionalizante e oficinas de consulta sobre a aplicabilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para os Povos Indígenas, além da implantação do Programa Segundo Tempo Indígena nas aldeias em parceria com o Ministério do Esporte;
- a articulação com universidades públicas que têm grande presença ou demanda de estudantes indígenas, contribuindo para a construção de uma política de acesso e permanência de estudantes indígenas no ensino superior visando atender às suas especificidades;
- inauguração do Centro de Preservação e Divulgação do Patrimônio Cultural Indígena – Ikuiapá, no centro histórico de Cuiabá – MT, cujo projeto de restauro e ampliação foi iniciado em janeiro de 2008;
- a elaboração do projeto de qualificação do artesanato indígena, que virá a agregar valor aos produtos comercializados nas lojas administradas pela Funai (Artíndia), o que demandará a produção de informações sobre a origem, matéria-prima, técnica de produção, significados e utilidade das peças, por meio de pesquisa junto aos fornecedores.

6. Direitos Humanos

Ao celebrar os 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 2008, a sociedade e o Estado brasileiros reafirmaram seu compromisso com a garantia e a efetivação dos direitos humanos de todos. Num ano marcado por diversas atividades de reflexão, celebração, promoção e defesa desse ideal comum a ser seguido por todos os povos, o Governo coordenou ações que culminarão, em 2008, com a edição de uma nova versão do Programa Nacional de Direitos Humanos.

O último ano foi marcado por grandes eventos, que reafirmaram o comprometimento do País com o tema Responsabilidade Social das Empresas e os Direitos Humanos: Encontro de Presidentes, que reuniu mais de 250 presidentes de grandes empresas com o Presidente da República e cinco Ministérios, resultando em um compromisso mútuo sobre combate ao trabalho escravo, equidade de raça, equidade de gênero, políticas para criança e adolescente e empregabilidade para pessoas com deficiência; I

Conferência Nacional LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), que traçou diretrizes para elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos da População LGBT, a ser lançado em 2009; II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que estabeleceu metas para o Brasil avançar na inclusão das pessoas com deficiência; III Congresso Mundial sobre Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, que reuniu mais de 4 mil pessoas, representantes de 170 países; Teia 2008 – Encontro dos Pontos de Cultura, que enfocou o tema “Iguais na Diferença”; e a XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos, que envolveu mais de 15 mil pessoas nas etapas municipais, estaduais e nacional e que consolidou propostas com vistas à nova edição do Programa Nacional de Direitos Humanos. Esse processo de construção democrática de políticas públicas terá continuidade com a realização da VIII Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em 2009.

No bojo da celebração, que também registrou os 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e os 20 anos da Constituição Federal, além da recordação dos 40 anos da instituição do AI-5 pela ditadura militar, o Governo seguiu o curso da implementação de suas políticas, sempre em articulação e com a mobilização de parceiros da sociedade civil, da iniciativa privada, dos governos dos Estados e Municípios, além da fundamental cooperação com os Poderes Legislativo e Judiciário e com o Ministério Público. Algumas realizações merecem destaque e direcionam os desafios de 2009.

Os serviços de atendimento ao cidadão beneficiaram cerca de 230 mil pessoas em diversos Municípios. São 37 Balcões de Direitos, 37 Centros de Referência contra a Homofobia, 22 Centros de Apoio para Prevenção de Violência contra Idosos e 25 Centros de Atendimento a Vítimas de Crimes. Esses equipamentos constituem uma rede de pontos de atendimento com equipes multidisciplinares prontas a orientar e agir pela garantia e efetivação dos direitos de populações com dificuldades de acesso a serviços públicos e vítimas de violações. Essa rede será ampliada, em 2009, com a otimização de recursos financeiros e humanos a partir da melhor articulação dos serviços. Ainda na linha do atendimento, a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos prepara a instalação do Disque Direitos Humanos, ampliando o atendimento que atualmente se concentra em crianças e adolescentes, com o lançamento do módulo específico para idosos, em 2009, como mecanismo de acesso rápido da população a informações sobre direitos humanos e para a apresentação de denúncias sobre violações.

A expansão das redes de proteção a pessoas ameaçadas é uma meta constante. Em 2008, os 19 programas estaduais e o programa federal de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas beneficiaram 1.025 pessoas. Já o programa de proteção a defensores de direitos humanos foi expandido para mais uma unidade federada, em 2008, alcançando, assim, quatro Estados, além do programa federal, com o atendimento a 88 defensores. Em 2009, mais um programa estadual de proteção a testemunhas e outros três de proteção a defensores de direitos humanos serão instalados.

A capacitação para a promoção dos direitos humanos mereceu ênfase especial, em 2008. Mais de 87 mil pessoas participaram de processos de educação em direitos humanos, dentre os quais se destacam líderes comunitários, professores das redes de educação pública, técnicos que atuam com direitos das pessoas com deficiência; conselheiros tutelares e de direitos da criança e do adolescente; guardas municipais; além de Ouvidores e equipes das Ouvidorias de Polícia, Peritos Criminais e Policiais Rodoviários Federais em cursos de prevenção e combate à tortura.

Além das capacitações, outras ações de sensibilização e reflexão foram realizadas. A 3ª Mostra Cinema e Direitos Humanos na América do Sul contou com mais de 17 mil espectadores. Foram lançados: a Revista Direitos Humanos, de veiculação semestral

(8 mil exemplares); a Cartilha Direitos Humanos, dirigida a crianças com ilustrações de Ziraldo, a qual, em 2009, deve chegar a todas as escolas públicas do País; a cartilha de orientação para a população sobre abordagem policial (1 milhão de exemplares); e o guia de direitos humanos para policiais (300 mil exemplares). Outras ações de destaque foram a nova tiragem de 5 mil exemplares do livro Direito à Memória e à Verdade (que está sendo transformado em CD para distribuição na rede pública de ensino, em 2009); a realização da exposição fotográfica “A Ditadura no Brasil” em 17 capitais; a inauguração de 4 monumentos em homenagem a mortos e desaparecidos na Ditadura (com mais 18 programadas para 2009 e 2010); e a instalação de painéis com os 30 artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos em parques de 13 capitais brasileiras.

Também merecem destaque, no último exercício, o lançamento do II Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo; o trabalho de avaliação dos 10 mil processos com pedidos de pensão especial a vítimas da hanseníase; o acompanhamento de 452 casos de adoção internacional de crianças brasileiras para 9 países e de 141 casos de seqüestro internacional de crianças, assunto que é objeto de proposta legislativa a ser enviada ao Congresso Nacional, em 2009; e a ampliação da campanha Acessibilidade: Siga essa idéia, que recebeu a adesão de importantes times de futebol, além de atletas e artistas de renome, tema levado também à II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

a) Atuação Internacional

Deu-se início à estruturação do projeto de Cooperação Sul-Sul, com foco inicial nos países africanos de língua portuguesa, com a realização de visita técnica a Guiné-Bissau e a preparação de acordo sobre a promoção do registro civil de nascimento. A cooperação com outras nações amigas e organismos internacionais segue promissora, com destaque para os temas de adoção internacional de crianças, com o governo italiano, e de proteção a testemunhas, com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Destaca-se, também, a realização, no Brasil, da 2ª reunião da Comissão para Erradicação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência da Organização dos Estados Americanos (OEA).

No ano da presidência brasileira do Mercosul, foram realizadas a XIII e a XIV Reuniões das Altas Autoridades de Direitos Humanos do Mercosul e países associados, sendo a última com a presença dos membros da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. No âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU, registre-se a apresentação do documento brasileiro de Revisão Periódica Universal e a aprovação da proposta brasileira de definição de metas mundiais de direitos humanos.

b) Pauta Legislativa

Registre-se, inicialmente, a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo, aprovada com status de emenda constitucional, por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 2008, e da Lei nº 11.829, de 2008, que trata do combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e da criminalização da exploração da pedofilia na Internet. Entre outros projetos que tramitam no Congresso Nacional e que objetivam aperfeiçoar a legislação sobre direitos humanos, destacam-se o PL nº 3.960, de 2008, que reestrutura a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República; o PLC nº 122, de 2006, que determina sanções às práticas discriminatórias em razão da orientação sexual das pessoas; o PL nº 2.980, de 2004 e pensos, que visa institucionalizar e estabelecer regras

para a proteção aos defensores de direitos humanos; o PL nº 7.699, de 2006, que objetiva instituir o Estatuto da Pessoa com Deficiência; o PL nº 1.627, de 2007, que visa instituir o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo para adolescentes em conflito com a lei; o PL nº 4.715, de 1994, que almeja instituir o Conselho Nacional dos Direitos Humanos; a PEC nº 438, de 2001, que estabelece a pena de perdimento da gleba onde for constatada a exploração de trabalho escravo; o Projeto de Decreto Legislativo na Câmara dos Deputados (PDC) nº 495, de 2008, que aprova o texto do Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul; o Projeto de Decreto Legislativo no Senado Federal (PDS) nº 116, de 2008, que trata da Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas; o PDS nº 139, de 2008, que aprova o texto do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e do Segundo Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos com vistas à Abolição da Pena de Morte; e o PLS nº 314/2004, que trata da adoção nacional e internacional.

7. Previdência Social

A Previdência Social trabalhou o ano de 2008 com o intuito de fortalecer suas principais áreas de atuação: o aumento da inclusão previdenciária, a melhoria da qualidade do atendimento prestado aos cidadãos, a valorização do servidor público, o combate às fraudes contra previdência e o controle do déficit previdenciário.

a) Regime Geral de Previdência Social (RGPS)

A Previdência Social gastou, em 2008, R\$ 199,6 bilhões com pagamento de benefícios previdenciários e acidentários. A arrecadação desse período, foi de R\$ 163,4 bilhões, resultando em um déficit de R\$ 36,2 bilhões. No mesmo período, a necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) diminuiu 19,3% em comparação com o mesmo período de 2007. Em dezembro de 2008, a Previdência Social alcançou 26,1 milhões de benefícios emitidos, sendo 22,8 milhões previdenciários e acidentários. Os benefícios assistenciais atingiram 3,3 milhões, custeados pelo Tesouro Nacional. O estoque de auxílio-doença manteve-se estável ao longo de 2008, e encerrou no último mês de dezembro com cerca de 1,3 milhão de benefícios emitidos.

Com o objetivo de atender às metas propostas pela Agenda Hemisférica do Trabalho Decente, entre elas, o compromisso dos países signatários de ampliar a cobertura previdenciária em 20%, até 2015, o Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) promoveu, em 2008, um ciclo de debates com o intuito de definir uma política que possibilite tal expansão da cobertura previdenciária. As entidades da sociedade civil organizada, com assento no Conselho, apresentaram suas respectivas visões, como forma de propor e contribuir para a formulação das políticas públicas possíveis de obter êxito na extensão de cobertura no campo da Previdência Social. O CNPS aprovou, em 2008, os ajustes propostos pelo Ministério da Previdência Social em relação ao crédito consignado oferecido aos aposentados e pensionistas pelas instituições financeiras, com destaque para a eliminação da TAC (Taxa de Abertura de Crédito) e a redução do teto de juros.

Em relação às políticas de fortalecimento da Previdência Rural, a conversão da Medida Provisória nº 410, de 2007, na Lei nº 11.718, de 20 de junho de 2008, foi um importante passo para a inclusão do trabalhador rural na Previdência Social, uma vez que ela regulariza o contrato de curta duração para trabalhadores assalariados rurais contratados por pessoas físicas, estabelece regras de transição para a vinculação dos trabalhadores assalariados rurais na Previdência e atualiza o conceitual da Previdência Rural.

No sentido de reduzir o número de acidentes e doenças do trabalho, que geram um custo considerável para a Previdência Social, em maio de 2008, foi criada a Comissão Tripartite de Saúde e Segurança do Trabalho, reunindo os Ministérios da Previdência, Saúde, Trabalho e Emprego, que estabeleceu campanhas permanentes e setoriais voltadas para a prevenção, mediante o diálogo social com trabalhadores e empresários. O primeiro plano de ação, concluído em novembro de 2008, previu o fortalecimento da cultura de prevenção no setor da construção civil e transporte rodoviário de carga, que atualmente é responsável por 28% de toda a mortalidade acidentária no Brasil.

Ainda como política de ampliação de proteção previdenciária no campo da saúde do trabalhador, o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP), instituído pelo Decreto nº 6.042, de 2007, passou por aperfeiçoamento metodológico. A construção de políticas integradas de reabilitação profissional teve o plano-piloto iniciado, em agosto de 2008, na grande São Paulo, com foco na reinserção de trabalhadores acidentados, no estímulo às ações de formação, em estudos e pesquisas e na integração de diversos bancos de dados relacionados à área de saúde e segurança do trabalho. Em novembro de 2008, foi assinado o Termo de Cooperação entre o Ministério da Previdência Social, Ministério do Trabalho e Emprego e Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) para dar andamento às ações regressivas contra os agentes infratores que apresentam maior sinistralidade e gravidade. O referido Termo facilita o trabalho dos procuradores na recuperação de recursos gastos com pagamento de benefícios, como aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, auxílio-acidente ou pensão por morte decorrentes de acidentes do trabalho provocados por negligência das empresas.

A Previdência Social mantém, atualmente, 2,8 milhões de benefícios de aposentadoria por invalidez. Para fins de cumprimento ao disposto na Lei nº 8.213, de 1991, foi demandada a elaboração de proposta para a realização de avaliação médico-pericial dos segurados que estão aposentados por invalidez há mais de dois anos pelo RGPS. No primeiro semestre de 2008, 140 mil segurados passaram pela perícia médica. Destes 14,2% foram considerados aptos para o retorno de suas atividades e os demais obtiveram nova prorrogação ou foram encaminhados à reabilitação profissional ou tiveram sugestão de aposentadoria. A reabilitação profissional visa ao reingresso dos beneficiários, incapacitados parcial ou totalmente, ao mercado de trabalho.

No âmbito internacional, foi realizada, em novembro de 2008, na cidade de Salvador, a XXIV Assembléia-Geral da Conferência Interamericana de Seguridade Social (CISS). O Brasil exerce, atualmente, a vice-presidência da CISS, que é um organismo internacional, técnico e especializado, de caráter permanente, que tem por objetivo contribuir para o desenvolvimento da seguridade social nos países das Américas. A CISS impulsiona a colaboração entre as instituições e administrações que a compõem e mantém relações de cooperação e coordenação com outros organismos internacionais.

Ainda no âmbito internacional, o ano de 2008 caracteriza-se pela intensificação da negociação de acordos bilaterais e multilaterais que visem ao reconhecimento recíproco de direitos previdenciários, cabendo destacar a implementação de sistema eletrônico de intercâmbio de dados e imagens entre os quatro países do Mercosul, desenvolvido pela Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social (Dataprev); e o avanço nas negociações com a Alemanha, para assinatura de acordo bilateral de Previdência Social, que tem despertado o interesse de outros países europeus de também negociarem acordos semelhantes com o Brasil. Além disso, cabe destacar o papel inédito prestado pela Previdência Social do Brasil na assistência técnica aos demais sistemas previdenciários dos Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em especial Timor-Leste, Cabo Verde e Moçambique.

b) Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

Durante o ano de 2008, foi concluído o recadastramento dos servidores inativos e pensionistas dos Municípios participantes do Programa de Apoio à Previdência dos Municípios (PrevMun) e do Programa de Apoio à Modernização da Gestão do Sistema de Previdência Social (Proprev), que são financiados pela União, pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), totalizando mais de 270 mil servidores recadastrados, que garante uma melhoria significativa na gestão previdenciária dos Municípios envolvidos no programa (31 Municípios, sendo 22 capitais), em especial, na avaliação do equilíbrio atuarial.

As ações de fiscalização e auditoria foram intensificadas pelo Governo, por intermédio do Ministério da Previdência Social, com o intuito de identificar e notificar os entes federativos com problemas de equilíbrio financeiro e atuarial nos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS). Assim, foram realizadas, em 2008, mais 520 ações de auditoria direta nos Estados e Municípios, tendo como consequência a emissão de cerca de 464 notificações de irregularidades e Processos Administrativos Previdenciários, 220 Representações a Tribunais de Contas, Ministérios Públicos Estaduais e Federal, Controladoria-Geral da União, Secretaria da Receita Federal do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), principalmente.

O montante dos recursos aplicados no mercado financeiro para garantir a sustentabilidade dos RPPS, a médio e longo prazo, deve atingir, até dezembro de 2008, a cifra de aproximadamente R\$ 37 bilhões, o que significa um incremento superior a 23% em relação ao mesmo período de 2007.

O Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (CONAPREV), formado por dirigentes federais, estaduais e municipais da área de previdência do funcionalismo público, contribuiu para a elaboração, no ano passado, das normas que tratam dos parâmetros e das diretrizes gerais para organização e funcionamento dos RPPS, dos servidores públicos ocupantes de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios.

c) Previdência Complementar

Em relação à Previdência Complementar, o Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) instituiu, em 2008, grupo de trabalho com o objetivo de realizar a revisão da Resolução CGPC nº 5/2002, referente à atualização de um novo Plano de Contas para os fundos de pensão. A modernização do Plano de Contas tem como finalidade o aumento da transparência das operações, a observância dos postulados e convenções e o alinhamento com as regras internacionais de contabilidade. Esse Conselho instituiu, também, o Programa de Educação Previdenciária para a Previdência Complementar. Essa medida teve a finalidade de compatibilizar as atividades desse setor com as políticas previdenciárias e de assegurar aos participantes e assistidos dos fundos de pensão o pleno acesso às informações sobre a gestão de seus planos de benefícios.

O Governo pretende fortalecer ainda mais o regime de previdência complementar fechado, em 2009. Assim, enviou ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 3.962, de 2008, instituindo a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), que terá com principal objetivo supervisionar, fiscalizar e controlar os fundos de pensão, proporcionando maior segurança e transparência ao regime.

d) Atendimento ao Cidadão

O INSS intensificou as medidas de gestão do atendimento, com a finalidade de reduzir os agendamentos irregulares, por meio de sua confirmação em até 72 horas antes da data marcada. Gradativamente, durante o ano de 2008, foram adotadas medidas de segurança para resguardar o sigilo das informações pessoais dos usuários, como a inclusão de Termo de Aceite das Regras do Agendamento, o batimento dos dados do requerente e do procurador com o Cadastro Nacional de Pessoa Física (CNIS) e com o Sistema Informatizado de Óbitos (SISOBI). O volume mensal de ligações para a central 135 foi em torno de 5 milhões. Em 2008, foram marcados 4,5 milhões de pedidos de atendimento, não incluindo marcações de perícia médica.

As medidas adotadas eliminaram cerca de cinco mil solicitações de atendimento irregulares por mês, reduzindo o tempo de espera entre o agendamento e o efetivo atendimento de 56 para 23 dias. O tempo médio de concessão de benefícios também foi reduzido, passando de 34 dias, em janeiro de 2007, para 21 dias, em outubro de 2008. Em mais de 77% da rede de atendimento, o benefício de aposentadoria teve sua decisão realizada em até 45 dias.

A Previdência Social está presente em 969 Municípios, contando também com unidades móveis (Prevmóvel e Prevbarco) para atender em localidades onde não há Agência Previdência Social (APS). A partir de 2009, a previsão é estender a participação para todas as cidades com mais de 20 mil habitantes. Em 2008, foram inauguradas mais duas Agências da Previdência Social de Benefícios por Incapacidade (APSBI), totalizando oito agências dessa modalidade no País. Ao centralizar esse tipo de serviço em um único local, o INSS atende aos segurados em espaços adequados e amplia sua capacidade de atendimento e gerenciamento das atividades médico-periciais, uma vez que esse tipo de benefício representou, em 2008, mais de 70% dos novos requerimentos. Além da criação das novas agências, a rede atual está passando por amplo processo de recuperação. O objetivo é proporcionar maior conforto e segurança ao segurados e servidores, bem como garantir celeridade no atendimento e na análise para concessão e manutenção dos benefícios previdenciários. Em 2008, foram concluídas 106 obras de reforma e ampliação das atuais unidades, com definição de layout único e itens de segurança para os servidores.

A Ouvidoria-Geral da Previdência Social completou, em 2008, 10 anos numa trajetória de compromisso com o cidadão. Dentre suas principais atribuições está a tarefa de sintetizar e converter as postulações recebidas em informações úteis à Previdência Social. Esse papel transformou a Ouvidoria em importante veículo de informação para o gerenciamento de ações estratégicas, pois a análise das postulações possibilita que as principais demandas e as maiores dificuldades sejam detectadas e propiciem o aperfeiçoamento da instituição, por meio de adequações e correções tempestivas e apropriadas de procedimentos internos. No período de agosto de 1998, mês de sua criação, até dezembro de 2008, foram cadastradas 1,6 milhão de manifestações, das quais 96% foram solucionadas. No decorrer do exercício de 2008, a Ouvidoria realizou 609.057 procedimentos de análise de registros, beneficiando 203 mil usuários.

A Dataprev investiu mais de R\$ 23 milhões em tecnologia da informação, no ano de 2008, melhorando o ambiente de processamento em geral. Foram desenvolvidos novos sistemas de informação, com o objetivo de prover ferramentas tecnológicas que contribuam para melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Previdência Social e, simultaneamente, garantam a adoção de plataformas tecnológicas de padrão aberto, que permitam a aquisição de produtos e serviços por meio de licitação. A atualização do parque tecnológico do INSS foi intensificada em 2008, foram substituídos quase 10 mil computadores, sendo que sete mil foram direcionados às APSs, em que há maior demanda por novos equipamentos. Para 2009, está prevista a aquisição, para todo o INSS, mais de 16 mil computadores e 4 mil impressoras a laser.

8. Cultura

O ano de 2008 marcou conquistas importantes na área de políticas públicas culturais, dentre as quais destacam-se a consolidação do Programa Mais Cultura, já mencionado no item 1 deste Capítulo – Agenda Social – e a criação do Fundo Setorial do Audiovisual. Em dezembro, foi instituído o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), destinado ao desenvolvimento articulado de toda a cadeia produtiva da atividade audiovisual, contando inicialmente com quatro linhas de ação, que prevêem investimentos em projetos de produção para cinema; produção para TV aberta e por assinatura; aquisição de direitos de distribuição de obras cinematográficas brasileiras de produção independente; e comercialização de filmes de longa-metragem para salas de cinema. O total de recursos orçamentários alocados, em 2008, é da ordem de R\$ 53,5 milhões e, para 2009, a previsão é de alocação da ordem de R\$ 74 milhões.

Quanto à utilização do mecanismo de renúncia fiscal, por meio da Lei nº 8.313, de 1991 (Lei Rouanet), foram disponibilizados, em 2008, cerca de R\$ 1,03 bilhão distribuídos nas seguintes áreas culturais: artes cênicas, artes integradas, artes plásticas, audiovisual, humanidades, música e patrimônio cultural, conforme apresentado na tabela que se segue. Do valor disponibilizado, estima-se, para esse exercício, a utilização de cerca de R\$ 700 milhões. Importante destacar que ao longo do referido exercício foi concluído um processo de mais de cinco anos de debate público e estudos para a construção do Plano Nacional de Cultura, numa parceria que envolveu o Governo, o Congresso Nacional e os governos estaduais. Foram realizados 27 seminários, um em cada Unidade da Federação, para discussão do texto, fruto da 1ª Conferência Nacional de Cultura realizada em 2005.

Incentivo Fiscal em 2008 - Lei nº 8.313/1991

Áreas Culturais	Valor (R\$ milhões)*
Artes Cênicas	R\$ 173,136
Artes Integradas	R\$ 152,537
Artes Plásticas	R\$ 106,134
Audiovisual	R\$ 116,680
Humanidades	R\$ 111,392
Música	R\$ 222,685
Patrimônio Cultural	R\$ 144,660
Total	R\$ 1.027,227

Fonte: Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura Sefic/MinC/2008. * Estimativa a partir de dados de início de dezembro.

Com objetivo de democratizar a produção e o acesso aos produtos audiovisuais e o fortalecimento da economia do audiovisual e apoio aos cineclubes em todo o País, mediante a Programadora Brasil, chegou-se, em 2008, a um acervo de 331 obras audiovisuais disponíveis para a consolidação de um circuito de exibição não comercial. Também foi lançado o Programa de Estímulo à Parceria entre TVs e Produção Independente, englobando uma série de ações. Dentre elas, destaca-se o Programa Nacional de Fomento à Animação, do qual faz parte o ANIMATV, com edital para a realização de 18 pilotos de 11 minutos, cada um com orçamento de R\$ 110 mil.

Na área de fomento, a concessão do Prêmio Adicional de Renda, que apóia a atividade de médio porte, e a distribuição de obras brasileiras no mercado concedeu apoio financeiro para 24 empresas produtoras, 11 empresas distribuidoras e 31 complexos de exibição cinematográfica, totalizando R\$ 8,2 milhões. Outras iniciativas de fomento foram realizadas, tais como o Programa de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro, que apoiou sete obras cinematográficas brasileiras premiadas em festivais nacionais e internacionais, selecionadas por meio de Edital Chamada Pública, com R\$ 100 mil para cada obra.

A cooperação internacional do Setor Audiovisual foi impulsionada mediante o Fomento a Projetos de Co-Produção Brasil-Portugal, que selecionou dois projetos audiovisuais luso-brasileiros, no valor total de R\$ 344,7 mil; pelo apoio em R\$ 1 milhão à participação de 74 filmes brasileiros em 33 festivais internacionais, pelo fornecimento de cópias legendadas e da presença do diretor, produtor ou ator da obra cinematográfica; e pelos aportes de recursos ao Fundo Ibero-americano de Apoio – Ibermedia.

Em 2009, será lançado o Programa Xpta.Lab – Laboratórios de Experimentação e Pesquisa em Tecnologias Audiovisuais, em parceria com a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), com objetivo de fomentar os grupos que vêm realizando pesquisas no campo das linguagens eletrônicas e desenvolvendo tecnologias audiovisuais a serem usadas por artistas, cineastas, programadores e produtores. Ainda nesse setor, estão previstos: o início do DOCTV CPLP, que promete integrar, por meio do audiovisual, oito países de língua portuguesa nos quatro continentes; o II Fórum de Televisões Públicas, mais um importante passo para consolidar o campo público de TVs; a segunda edição do Programa DOCTV Ibero-américa, que realizará 13 documentários, de cada um país ibero-americano; e a nova edição dos editais de fomento à produção audiovisual, com as categorias Baixo Orçamento, Curta Ficção, Curta Criança e Curta para participantes de projetos sociais e a proposta da volta de prêmios para documentais de longa-metragem.

No âmbito do Programa Cultura Viva, foram implantados ou modernizados 2.466 Pontos de Cultura, capacitados 6.320 Agentes Culturais, apoiados 67 projetos voltados para Escola Viva-Cultura, concedidas 600 bolsas para agentes culturais e apoiadas três iniciativas de apoio à Economia Solidária voltadas à cultura. As metas para 2009 são de apoio à implantação e modernização de 3 mil Pontos de Cultura, capacitação de 14.500 agentes culturais, apoio a 100 projetos voltados para o Escola Viva, concessão de 700 bolsas para agentes culturais e apoio a dez iniciativas votadas para o Economia Solidária.

Na área do Livro Leitura, com vistas à instalação de bibliotecas, foram adquiridos 376 kits, contendo mobiliário, equipamentos de informática, equipamentos de imagem e som e acervo bibliográfico. Paralelamente, para a modernização de bibliotecas foram comprados 444 kits, contendo mobiliário e acervo bibliográfico, bem como firmados convênios com os Estados do Rio de Janeiro, Pernambuco, São Paulo, Alagoas e o Distrito Federal com recursos oriundos do Fundo Nacional de Cultura. Adicionalmente, foram adquiridos 600 kits contendo mobiliário, equipamentos de informática e acervo bibliográfico para os Pontos de Leitura.

No período de 21 de abril a 15 de novembro 2009, será realizado o Ano da França no Brasil, conforme acordo entre os governos do Brasil e França, em retribuição ao Ano do Brasil na França, realizado em 2005. Esse evento proporcionará à França a oportunidade de apresentar, nas diversas regiões brasileiras, as diferentes facetas de sua cultura e seu estágio atual de desenvolvimento em diversas áreas do conhecimento.

A Biblioteca Nacional Digital, que tem o objetivo de ampliar, democratizar e universalizar o acesso a bens culturais em meio digital, contribuindo para a oferta de conteúdos digitais de qualidade na Internet e para a inclusão social, por meio do acesso ao

conhecimento, atualmente disponibiliza em rede 19.000 itens, entre imagens, textos e músicas, totalizando mais de 1 milhão de imagens, das quais 9.300 arquivos sonoros com 3 terabytes de arquivos digitais armazenados.

Em 2009, está prevista a criação e instalação da Hemeroteca Brasileira, envolvendo projetos de infra-estrutura e de organização de acervos para o adequado armazenamento dos livros e folhetos recebidos por Depósito Legal. Essa ação compreende, ainda, projeto de constituição de consórcio de intenções envolvendo o Ministério da Cultura, o Banco Central e a Prefeitura do Rio de Janeiro, além de agências de financiamento, com o objetivo de revitalizar e dinamizar a área do Porto.

Em 2008, no que concerne ao patrimônio material no âmbito do Programa Monumenta destaca-se a conclusão de 145 obras em 24 Municípios, abrangendo monumentos e espaços públicos, como praças, pontes e fontes, sendo que as obras realizadas no período totalizaram R\$ 58,5 milhões. Importante destacar a ação inovadora de Financiamento de Imóveis Privados, por meio da qual são financiados os restauros de imóveis privados situados nas áreas de projeto, visando recuperar suas características paisagísticas, históricas e artísticas. Foram concedidos, em 2008, 294 financiamentos para projetos em 20 cidades, no valor total de R\$ 14,1 milhões e concluídas 164 obras. O Programa Monumenta também implementou 37 projetos de promoção de atividades econômicas, buscando a integração da população e do sítio preservado, por meio de novos usos e desenvolvimento econômico atrelados ao restauro.

O Setor Museológico em virtude dos resultados alcançados consolidou as bases de suas políticas públicas. Destaca-se o lançamento, pelo Ministério da Cultura, de dois novos editais, o Mais Museus, para a implantação de museus em cidades de pequeno porte (até 50 mil habitantes) e o Prêmio Darcy Ribeiro para apoio a projetos de ação educativa em museus. Além dessas iniciativas, deve-se destacar o edital Modernização de Museus, já em sua 5ª edição, que tem como principal finalidade apoiar projetos que garantam o adequado funcionamento de museus já implantados.

No plano institucional, em 2008, foram aprovados pelo Congresso Nacional os projetos de lei de autoria do Poder Executivo e da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, que criam o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e o Estatuto de Museus, respectivamente. Pelo Estatuto, ficam estabelecidas as normas gerais e orientadoras relativas ao padrão de gestão e funcionamento das atividades relativas a museus. Com o IBRAM, o setor museológico passa a contar com um órgão específico para coordenar as políticas públicas voltadas para o setor.

Uma mudança mais completa da forma de financiar a cultura no País depende da reformulação da Lei Rouanet. Assim, em 2009, o Governo colocará em consulta pública um anteprojeto de lei, que posteriormente seguirá para apreciação pelo Poder Legislativo. Também irá a consulta pública, antes de seguir ao Congresso Nacional, um anteprojeto para modernização da legislação brasileira de direito autoral.

O Ministério da Cultura, em parceria com o Ministério da Educação, também incentiva a pesquisa acadêmica na área de cultura, valendo destacar em 2008 o lançamento do Edital Pró-Cultura Capes/MinC, que faz parte do Programa Pró-Cultura, concedendo bolsas de ensino e pesquisa para estudantes de mestrado na área cultural. O programa tem como objetivo fomentar a pesquisa universitária, bem como o aperfeiçoamento e a formação de pessoal de nível superior em cultura, tendo elegido como áreas temáticas prioritárias na concessão de bolsas: Cultura, Arte e Novas Tecnologias; Cultura, Manifestações Artísticas e Conhecimentos Tradicionais; Cultura, Memória e Patrimônio; Cultura Populações e Territórios; Cultura, Cidadania e Inclusão

Social; Cultura, Estado, Legislação da Área de Cultura e Políticas Públicas; Cultura, Economia e Desenvolvimento; e Cultura, Globalização e Diversidade. A preferência na seleção dos bolsistas, conforme o edital, é para projetos que promovam o diálogo e a interação com as áreas de conhecimento da cultura tradicional do País, promovam a articulação das universidades com empresas, realizem a apresentação de conteúdos em formatos audiovisual e/ou digital e realizem a divulgação dos resultados em seminários, oficinas e eventos culturais, entre outros aspectos.

9. Esporte

A consolidação do Esporte como política de Estado, em 2008, norteou as ações do Governo nessa área. O Programa Brasil no Esporte de Alto Rendimento tem como principal objetivo diminuir as disparidades entre as modalidades esportivas, tanto na melhoria do desempenho do atleta de rendimento como na promoção da imagem do País no exterior. Nesse contexto, destacam-se a concessão de bolsa para atletas, a implantação de Núcleos de Esporte de Base (NEB), a Rede Centro de Excelência Esportiva (Cenesp) e o apoio à participação de equipes brasileiras em competições nacionais e internacionais, como nos Jogos dos Países de Língua Portuguesa, nos Jogos Sul-americanos Escolares, no Campeonato Internacional de Natação – Alemanha/2008 para pessoas com deficiência e a Candidatura do Rio de Janeiro à sede das Olimpíadas em 2016 (Rio 2016). A concessão de bolsa a atleta, até 2008, contemplou 7,3 mil atletas, sendo 3,3 mil somente em 2008, dos quais 13 medalhistas nas Olimpíadas e Paraolimpíadas de Pequim, nas quais houve a participação de 86 bolsistas para-atletas e 37 atletas.

Os NEBs, que proporcionam a formação da base do esporte competitivo nacional, beneficiaram cerca de 2.140 jovens atletas e para-atletas nos Estados de São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. A Rede Cenesp, cuja finalidade é o desenvolvimento do conhecimento, da ciência e da tecnologia aplicados ao Esporte de Alto Rendimento, visando à melhoria dos resultados esportivos, em 2008, realizou prestação direta de serviço a cerca de 150 atletas, que participaram e representaram o Brasil nos Jogos Olímpicos de Pequim.

Para 2009, serão implementadas ações visando à colocação do Brasil entre as 10 principais potências esportivas, até 2016, atuando no apoio à preparação de atletas que tenham potencial de conseguir resultados nas principais competições internacionais e implementando novos NEBs para o aprimoramento dos atletas de alto rendimento, além de continuar atuando na Candidatura do Rio de Janeiro a sede das Olimpíadas de 2016.

O Programa Segundo Tempo tem por objetivo democratizar o acesso ao esporte educacional de qualidade, como forma de inclusão social, ocupando o tempo ocioso de crianças, adolescentes e jovens. Ele está em funcionamento em cerca de 1.300 Municípios, localizados em todos os Estados e no Distrito Federal. São 170 convênios ativos, sendo 23 com governos estaduais, 118 com prefeituras, três com outros órgãos públicos e 26 com entidades do terceiro setor. O número total de atendimentos, em dezembro de 2008, alcançou 918.402 crianças, adolescentes e jovens. A ação de qualificação e ampliação da abrangência do Programa caracteriza-se pelo reforço de parcerias institucionais com Estados e Municípios. Cabe destacar, no processo de qualificação do Programa, que a adoção dos Ciclos Pedagógicos Anuais, iniciada em 2007 e reforçada em 2008, permitiu ajustar a vigência dos convênios ao calendário escolar.

A proposta pedagógica do Programa contempla o desenvolvimento de Projetos Especiais. Em 2008, os Projetos Especiais Modelo de Atendimento e Projeto Pedagógico foram sistematizados e os convênios formalizados permitirão sua implementação em

2009 e 2010. Os seguintes segmentos e modalidades estão sendo trabalhados com os Projetos Especiais: Xadrez; Navegar; Pessoas com Deficiências; Gênero; Indígenas e Quilombolas; Aeróbica Esportiva; Unidades de Internação Socioeducativa; e Esporte de Base.

Por meio do Programa Segundo Tempo foram incrementadas as ações de Cooperação Técnica Internacional, considerando a transferência de tecnologia com foco na implantação dessa experiência em países com os quais o Brasil mantém relações de cooperação, com destaque para a Comunidade Ibero-americana, países da África (previsão 14 países); e acordos bilaterais com a Palestina, Haiti e Timor Leste.

Para 2009, estão previstas as seguintes ações: consolidação do Segundo Tempo como tecnologia e método de inclusão social por meio do esporte; institucionalização e revisão do aparato normativo; fortalecimento do projeto pedagógico e alinhamento dos convênios (administrativa e pedagogicamente); implementação de um sistema de controle, monitoramento e avaliação; realização de processo de capacitação e acompanhamento pedagógico e administrativo em parceria com as Instituições de Ensino Superior, sobretudo universidades federais; validação e implantação dos Projetos Especiais; implementação do Programa Segundo Tempo no Ensino Médio e no Ensino Superior; e realização do 1º Congresso de Esporte Educacional.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade agrega um conjunto de ações com foco central na formação de agentes e gestores, com vistas à universalização do acesso ao esporte e ao lazer. Ele segue duas linhas básicas de atuação: a implementação e funcionamento de núcleos voltados para garantir a inclusão de pessoas de todas as faixas etárias, com ações específicas para idosos, pessoas com deficiência, indígenas e quilombolas; e a criação e consolidação dos Centros de Desenvolvimento de Estudos do Esporte Recreativo e do Lazer (Rede CEDES), para desenvolver a produção e a difusão de conhecimentos científico-tecnológicos, visando à qualificação das políticas públicas de esporte e lazer. Em 2008, o Programa garantiu a continuidade do sistema de seleção pública para desenvolvimento de projetos e de suas ações. Até dezembro de 2008, foram beneficiadas 3.178.351 pessoas, de todas as faixas etárias, em 299 Municípios.

O Programa ainda realizou ou apoiou a realização de seis eventos científico-tecnológicos, em Esporte e Lazer, de abrangência nacional e internacional; de cinco reuniões regionais com vistas à qualificação das ações e dos parceiros, envolvendo mais de 1.400 pessoas, entre gestores, coordenadores, representantes de entidades de controle social, pesquisadores e formadores do Programa; de publicações de livros e revistas nacionais, bem como a realização de eventos e estudos documentais sobre Esporte e Lazer no âmbito do Sistema Centro de Documentação e Informação do Ministério do Esporte (Cedime); de quatro publicações bilíngües e três eventos internacionais sobre Legados de Megaeventos Esportivos; da parceria com o Ministério da Educação (Mais Educação) para desenvolvimento de Projeto de Legado Educacional do Rio 2016; do Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social – 2008; dos Jogos Indígenas na aldeia Wai Wai; e da Semana Nacional dos Povos Indígenas.

Para 2009, o foco central dos núcleos do Programa será a formação, o monitoramento e a avaliação das ações com organização e publicação das linhas editoriais e revisão dos indicadores. O foco da Rede CEDES será o fomento à pesquisa e gestão do conhecimento produzido, participando da formação de gestores e da difusão de conhecimentos em âmbito nacional e intercâmbios internacionais. Está previsto o apoio à realização dos I Jogos Nacionais dos Idosos; a promoção dos X Jogos dos Povos Indígenas; e a mobilização dos parceiros para envolvimento direto na discussão da 3ª Conferência Nacional de Esporte.

No contexto da Lei de Incentivo ao Esporte (Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006), regulamentada pelo Decreto nº 6.180, de 3 de agosto de 2007, foram aprovados, desde a regulamentação, R\$ 214 milhões para 152 projetos desportivos e para-desportivos, de um total de 1.186 propostas. Cabe ressaltar que o principal benefício dessa Lei consiste no fato de que os projetos desportivos e para-desportivos atendem a manifestações do desporto educacional, de participação e de rendimento.

A participação do Governo Federal na mencionada candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas e Para-olimpíadas de 2016 engloba 27 órgãos da administração federal (Presidência da República, ministérios, secretarias especiais, autarquias e agências reguladoras). Esse engajamento começou logo após o término dos Jogos Parapan-americanos Rio 2007, com a formação de um grupo técnico interministerial. O Governo tem convicção de que o processo de candidatura já propiciará fortes legados para o Rio de Janeiro e o Brasil. Por isso, o objetivo governamental, desde o início, foi assegurar que as duas etapas do trabalho – a postulação e agora a candidatura – fossem bem planejadas e executadas por todos os envolvidos, de forma a demonstrar que o País está apto a realizar os Jogos com profissionalismo e transparência.

10. Energia – Luz para Todos

Lançado em novembro de 2003, para levar energia elétrica a 10 milhões de brasileiros da área rural, até 2008, o Programa Luz para Todos (PLT) foi prorrogado para 2010, com o objetivo de atender novas demandas surgidas nesses cinco anos de execução, com estimativa de mais de 1 milhão de novas ligações. Desde o início do Programa, mais de 9,3 milhões de brasileiros foram beneficiados. Só no ano de 2008, foram 440 mil atendimentos, dos quais 225 mil na região Nordeste, 100 mil na região Norte, 40 mil na região Sul, 41 mil na região Sudeste e 34 mil na região Centro-Oeste, beneficiando 2,2 milhões de pessoas em todo o País.

No tocante aos investimentos, o Governo Federal assinou contratos que totalizam R\$ 9,6 bilhões, com liberação de R\$ 6,4 bilhões para a execução das obras. As obras do Programa Luz para Todos também incrementam a economia. Estima-se que mais de 4,3 milhões de postes já foram instalados, 667 mil transformadores e 832 mil km de cabos elétricos foram utilizados, além da criação de 282 mil novos postos de trabalho diretos e indiretos. Também merece destaque o incremento no segmento industrial de eletrodomésticos, que devido à chegada do LPT nas comunidades, tem potencializado a comercialização de televisores, geladeiras e chuveiros elétricos, entre outros.

O propósito do Programa é que a energia utilizada para a melhoria da qualidade de vida dos beneficiados se constitua em vetor de desenvolvimento social e econômico, promovendo a criação de trabalho e renda, contribuindo para a redução dos índices de pobreza e fome, possibilitando ações materializadas pelas comunidades atendidas que têm investido na aquisição de equipamentos e implementos agrícolas, como resfriadores de leite, picadeiras de ração para gado e equipamentos para irrigação, com potencialização de sua capacidade produtiva. Nesse contexto, o Governo Federal vem desenvolvendo ações em parceria com governos estaduais, prefeituras e bancos, com significativos resultados de alcance social, tais como a instalação de 631 Centros Comunitários de Produção, contemplando casas de farinha, unidades de artesanato e confecção, produção de laticínios, entre outros, beneficiando mais de 12 mil famílias.

Para o ano de 2009, estão previstos investimentos do Governo Federal, Governos Estaduais e contrapartida dos Agentes Executores de aproximadamente R\$ 4 bilhões, para realizar 600 mil novas ligações, beneficiando 3 milhões de pessoas.

11. Inclusão Digital

O Governo contribuiu para a redução da exclusão digital ao levar o Programa de Inclusão Digital aos pontos mais remotos do País, focando sua atuação em duas ações principais, em 2008: Telecentros Comunitários, para prefeituras, e o Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC).

Os Telecentros Comunitários, em 2008, atingiram 5.400 Municípios, correspondendo a 97,05% de cobertura territorial brasileira. Tal número representa um passo relevante para a universalização da política pública de Inclusão Digital, disponibilizando às comunidades o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC). Em particular, destaca-se o atendimento a localidades distantes dos grandes centros, a exemplo dos Municípios das regiões Norte e Centro-Oeste, que contam com pelo menos um Telecentro já instalado.

Ressalte-se que essa infra-estrutura de acesso às TICs é disponibilizada de forma 100% gratuita e representa relevante contribuição para a eliminação da exclusão digital no Brasil. No âmbito dessa iniciativa estão sendo capacitados todos os monitores/coordenadores dos Telecentros Comunitários implantados, o que proporcionará aos usuários a garantia de apropriação do conhecimento no uso dessas tecnologias.

Em 2009, os Telecentros Comunitários serão implantados em mais 5.000 pontos, que serão instalados em Municípios brasileiros com maior vulnerabilidade social. Todos os Telecentros que serão implantados terão a garantia de qualificação do respectivo monitor/coordenador, bem como de conexão à Internet em banda larga, pelo GESAC.

O GESAC alcançou 3.573 localidades em 2008. Esta iniciativa é disponibilizada por meio de parcerias com diversas instituições governamentais e não-governamentais, focando na distribuição e apropriação das TICs pela comunidade atendida. Inclui conexão em banda larga, capacitação de multiplicadores, visitas pela equipe de implementadores sociais para apoio tecnológico, realização de oficinas e uma cesta de aplicativos (softwares) para inclusão digital. O GESAC está presente em diversas comunidades socialmente vulneráveis, incluindo cerca de 40 comunidades indígenas, 40 comunidades quilombolas, 10 comunidades ribeirinhas e 12 assentamentos, entre outras.

Em agosto de 2008, foram firmados contratos que permitirão a expansão do GESAC para 12.000 pontos, com a instalação de 1.200 pontos adicionais. Para 2009, ao se considerar também a inclusão de 11.000 novos pontos, essa iniciativa atingirá a marca de 23.000 pontos, abrangendo todos os Municípios do País. A prioridade é conectar os Telecentros Comunitários doados pelo Governo Federal a prefeituras e o atendimento de escolas públicas que não dispõem ainda de banda larga. Os pontos GESAC contarão com velocidades diferenciadas por perfil de uso, variando de 256 kbps a 8 Mbps.

O GESAC tem papel crucial na meta de conectar todas as escolas públicas do País, presente no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tendo em vista a mencionada obrigação das operadoras de Serviço Telefônico Fixo Comutado (SFTC) de prover acesso banda larga a todas as escolas públicas urbanas até o fim de 2010, o GESAC irá focar sua atuação na conexão das escolas rurais que não possuem acesso à Internet. Pelo cronograma do Programa Banda Larga nas Escolas, iniciado em abril de 2008 e com término previsto para dezembro de 2010, 100% das 55 mil escolas públicas urbanas de ensino fundamental e médio do Brasil estarão conectadas à Internet em banda larga.

O apoio aos telecentros possui no Observatório Nacional de Inclusão Digital uma poderosa ferramenta de organização e acompanhamento. Nele, serão cadastrados todos os telecentros apoiados pelo Governo. Em 2008, o Observatório sistematizou dados de localização e contato de mais de 5 mil telecentros em funcionamento em todo o País. Também dispôs de um banco de referências com amplo acervo, de uso livre para agentes de inclusão digital, gestores, estudiosos e cidadãos interessados no tema.

Além de estruturar sua política para telecentros, o Governo prossegue com os esforços de reaproveitar cada computador para acelerar a inclusão digital. Escolas públicas, bibliotecas, telecentros e outros projetos de uso das tecnologias, em todo o País, recebem equipamentos dos Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs) do Projeto Computadores para Inclusão. Além de produzir máquinas recuperadas, essas oficinas têm oferecido aos jovens de baixa renda aprendizado para o mercado de trabalho, contribuindo para sua inclusão social.

Além de promover acesso digital, o Governo vem trabalhando para que os portais públicos sejam mais fáceis de acessar e sejam identificáveis pelos sistemas de busca da Internet, buscando facilitar o processo de prestação dos serviços eletrônicos disponíveis nos sítios e portais por outros canais, além da citada Rede. Nesse sentido, foram desenvolvidos no ano de 2008 os Padrões Brasil e-Gov, que correspondem a um conjunto de recomendações de boas práticas agrupadas em formato de cartilhas, que visam aprimorar a comunicação e o fornecimento de informações e serviços prestados por meios eletrônicos pelos órgãos do Governo. O guia Recomendações para Codificação de Páginas, Sítios e Portais foi disponibilizado para consulta pública e detalha recomendações de boas práticas em codificação. Dois outros documentos foram trabalhados e devem ser publicados no início de 2009: o Guia de Administração e a Cartilha de Usabilidade. Além disso, em 2008, foram incorporados à PNAD seis quesitos voltados para a investigação do tema Acesso à Internet e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal. A divulgação dos resultados desse levantamento está prevista para final de 2009.

12. Justiça e Segurança Pública

Além do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), já abordado no item 1 deste Capítulo – Agenda Social –, destacam-se os seguintes programas e ações no âmbito da Justiça e da Segurança Pública desenvolvidas pelo Governo.

a) Sistema Único de Segurança Pública

Visando profissionalizar a gestão da Política de Segurança Pública e orientar a implementação da estratégia segundo os princípios dos Direitos Humanos e da Cidadania, o Governo centrou as ações do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) em seis eixos principais: modernização organizacional das instituições de segurança pública; criação de um sistema integrado de formação e valorização profissional; implantação e modernização de estruturas físicas; implantação de projetos de prevenção à violência e criminalidade; implantação de sistema de gestão do conhecimento; e reaparelhamento e modernização dos órgãos de segurança pública.

Baseada na Força de Paz da Organização das Nações Unidas (ONU), a Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) tem um contingente formado por policiais e bombeiros dos Estados, que passam por um treinamento denominado Instrução de Nivelamento de Conhecimento, em Brasília. O objetivo é padronizar os procedimentos de operação, sempre com foco na

preservação da vida e no respeito aos direitos dos cidadãos. Foi criado o Batalhão Especial de Pronto Emprego (BEPE) – novo setor especializado da Força Nacional. O Batalhão, com sede em Luziânia (GO), região do entorno de Brasília, terá como finalidade disseminar conhecimento e tecnologia de ponta para as polícias estaduais e garantir a imediata atuação em casos de grave crise nos Estados. Inicialmente, o batalhão será composto por 550 policiais (entre homens e mulheres) cedidos por 11 Estados, por um ano, para receberem treinamento. Após esse período, eles retornarão aos locais de origem com todo o equipamento utilizado durante a capacitação, como viaturas, armas letais e não-letais, coletes e capacetes balísticos de última geração.

Em 2008, as unidades da Federação que mais contribuíram com a cessão de profissionais à Força Nacional foram: Amazonas, Alagoas, Bahia, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Para 2009, a Força Nacional implantará mais dois Batalhões Escola, um voltado para especialidade de Policiamento Ambiental e outro para Policiamento de Proximidade, com a finalidade de tornar a Força ainda mais próxima da comunidade.

A Rede Nacional de Educação em Segurança Pública a Distância (EAD) atingiu a marca de 367.188 policiais beneficiados. Já a Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), que congrega 40 universidades de todo o País, disponibilizando o total de 80 cursos, atende 2.948 policiais, que recebem bolsas de estudos. No total, 370.136 policiais foram beneficiados, em 2008.

Os cursos de promotor e multiplicador de polícia comunitária, realizados em todo o País, ultrapassaram as expectativas planejadas para 2008. A previsão de 10 turmas por Estado, com 50 alunos, sendo 13.500 pessoas capacitadas (entre policiais militares, policiais civis, bombeiros militares, guardas municipais e lideranças comunitárias) foi superada, pois muitas unidades da Federação realizaram turmas além das planejadas, totalizando 14.923 capacitações nos cursos presenciais.

b) Sistema Penitenciário Federal

Quanto à criação de vagas no sistema penitenciário, o Governo conduziu o andamento de 80 obras em todo o País, em 2008, representando um acréscimo de 16.906 novas vagas no sistema prisional brasileiro. Foram desencadeados processos de contratação de empresas especializadas na elaboração de projetos executivos, que contemplam unidades prisionais com diferentes capacidades e versões. Foram contratadas outras 21 obras, das quais cinco são unidades prisionais do Pronasci destinadas a presos na faixa etária entre 18 e 24 anos.

Foram adquiridos no último ano equipamentos de segurança eletrônica para presídios estaduais, com o investimento aproximado de R\$ 18 milhões. Com relação a ações de capacitação em serviços penais, foram realizadas parcerias, publicações, ações de capacitação com 150 pessoas beneficiadas e foram celebrados 9 convênios, objetivando capacitar 8.700 servidores penitenciários nos Estados de Acre, Alagoas, Bahia, Paraíba, Goiás, Mato Grosso e São Paulo.

Os esforços no sentido de efetivação das ações de apoio ao trabalho e renda resultaram na celebração de 42 convênios com 20 unidades da Federação, prevendo a capacitação e/ou atendimento de aproximadamente 30.000 pessoas. Ainda em 2008, foi realizada a implementação do Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário.

Com relação à assistência ao preso no Sistema Penitenciário Federal, pode-se destacar a assistência educacional e a educação profissionalizante. Essa atividade foi desenvolvida em parceria com o SENAI, tendo como resultado o Projeto Iniciação

Profissional de Detentos a Distância, que criará espaços pedagógicos para que um grupo de 250 internos, custodiados nas penitenciárias federais em Catanduvas/PR e em Campo Grande/MS, tenham maior possibilidade de inserção socioproductiva quando do cumprimento da pena.

c) Combate à Criminalidade

Em 2008, o Governo recebeu o Investigation Grade, pela Secretaria-Geral da Interpol, em reconhecimento aos trabalhos realizados no combate à exploração sexual infantil, pela atuação da Polícia Federal. De igual modo, o último ano marcou o início das ações estratégicas de longo prazo que pretendem tornar a Polícia Federal referência mundial em segurança pública, até o ano de 2022, quando o País comemorará 200 anos de independência. Esse plano estratégico tem pautado as ações dessa entidade, que vem buscando modernizar a gestão, de forma a qualificar suas ações e as provas criminais. Esse esforço pode ser medido nas 212 operações especiais realizadas durante 2008 e nos mais de 3 mil mandados de prisão cumpridos em todo o País.

No que diz respeito às atividades de Polícia Judiciária, foram instaurados 85.815 inquéritos e destes foram concluídos 57.890.

No tocante à Polícia Rodoviária Federal (PRF), em 2008, foram capacitados 10.094 policiais e 105 servidores administrativos. Os cursos internos totalizaram 17.201 horas/aulas, contemplando todas as superintendências regionais e distritos. A PRF realizou missão humanitária de saúde aos desabrigados do Estado de Santa Catarina; comandos de saúde para avaliação de mais de 9.000 motoristas profissionais, em todos os Estados; parceria com a Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) objetivando o desenvolvimento do estudo do impacto do uso de bebidas alcoólicas e outras substâncias psicoativas no trânsito brasileiro; aumento da prestação de serviço do atendimento pré-hospitalar, por meio de convênio com o SAMU, realizando mais de 8.000 atendimentos; acompanhamento psicossocial dos servidores, com destaque no Patrulha da Saúde, gerando a avaliação de mais de 2.300 servidores.

Ainda no âmbito da prevenção de acidentes, foram realizadas cinco grandes operações nacionais, nos períodos de feriados. Além disso, intensificou-se o foco na implantação do Projeto Unidades de Apoio ao Cidadão (UNACI) na região metropolitana de Curitiba, introduzindo nova matriz de policiamento, com o uso de metodologia científica para a distribuição do aparato policial e com gestão e controle das informações operacionais. Destacam-se, ainda, as operações de combate ao crime e operações de apoio a outros órgãos, com envolvimento direto de 900 policiais.

Em 2008, foi implementado o Projeto Corregedoria Participativa. A PRF intensificou as ações de investigação reservada, com diversas operações da Corregedoria, que levaram a 52 prisões em flagrante. Até outubro de 2008, foram instaurados 1.994 procedimentos administrativos disciplinares, os quais acarretaram 114 punições.

Para o ano de 2009, a PRF pretende realizar dez grandes operações nos feriados nacionais para prevenção de acidentes e direcionar a ação ostensiva apoiada em três pilares: resgate da atuação do policial rodoviário federal, como educador de trânsito; introdução do teste de alcoolemia em todas as abordagens, considerando a aquisição de 3.000 novos etilômetros; planejamento operacional com base na identificação espacial e temporal das ocorrências – ampliação do Projeto UNACI para mais quatro regiões metropolitanas; e emprego de indicadores para priorização das ações policiais – ampliação do sistema e análise das informações operacionais do DPRF e consolidação das parcerias para atividades de combate ao crime.

d) Combate à Pirataria

Tendo em vista o caráter dinâmico do fenômeno da pirataria e o desafio da implementação de ações destinadas a mitigar a demanda por produtos pirateados, tornou-se necessária a reformulação do Plano de Combate à Pirataria e Delitos contra a Propriedade Intelectual. Para atingir esse intento, em 2008, foi inaugurado um novo processo de planejamento estratégico, que se estruturou em quatro oficinas de trabalho, envolvendo os representantes dos setores público e privado no Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP).

O próximo passo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCP) é a implementação do novo Plano, a partir de 2009, com especial ênfase no envolvimento direto dos consumidores nesse debate. Nesse sentido, é também um grande desafio envolver os vendedores de produtos formais, que sofrem com a competição desleal dos produtos piratas, para a promoção de campanhas e trabalhos de sensibilização dos consumidores nos cinemas, shoppings, lojas e nos próprios produtos originais.

e) Reforma do Poder Judiciário e Aperfeiçoamento da Legislação Infraconstitucional

Em 2008, os esforços dedicados à aprovação dos projetos de lei referentes à reforma infraconstitucional, objetivando acelerar a tramitação dos processos, racionalizar o sistema de recursos judiciais e inibir a utilização da Justiça com fins meramente protelatórios, resultaram na sanção pelo Presidente da República de três leis que modificam o Código de Processo Penal:

- Lei nº 11.689/2008 - altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos ao Tribunal do Júri;
- Lei nº 11.690/08 – altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, relativos à prova; e
- Lei nº 11.719/08 – altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos à suspensão do processo, *emendatio libelli*, *mutatio libelli* e aos procedimentos.

Para 2009, o Governo trabalhará para a continuidade das reformas constitucionais e infraconstitucionais, com especial destaque às iniciativas voltadas à promoção da democratização e universalização do acesso à justiça, da agilidade e efetividade da prestação jurisdicional e efetivação dos direitos humanos e fundamentais. O combate à corrupção e impunidade também serão objeto de novos esforços junto à agenda da Reforma do Judiciário. Articula-se, ainda, para o ano de 2009, a assinatura de um novo pacto entre os três Poderes, visando impulsionar a aprovação de um conjunto de projetos de lei e propostas de emendas à Constituição que darão prosseguimento à Reforma do Poder Judiciário.

f) Democratização do Acesso à Justiça

A efetivação da Lei Maria da Penha possibilitou significativo aumento na oferta dos serviços especializados instituídos no âmbito do sistema de justiça. Destaca-se, aqui, o número de juizados especiais de violência doméstica e familiar, que praticamente dobrou no ano de 2008. Em 2009, a construção e ampliação desses juizados e dos núcleos de atendimento especializado na Defensoria Pública segue sendo prioridade.

Com relação à Justiça Comunitária, foram assinados seis acordos para a implantação de dez núcleos, em seis regiões prioritárias

do Pronasci (Acre, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Rio Grande do Sul e Espírito Santo). Além disso, foi lançado o livro “Justiça Comunitária – uma Experiência” e a cartilha “O que é Justiça Comunitária”, em parceria com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios. Para 2009, o Governo pretende promover um Seminário Nacional em Brasília, para integrar e avaliar os diversos projetos com participação efetiva da sociedade na discussão, além de firmar novos convênios para a implantação de núcleos.

Foi instituído o Projeto Pacificar, de fomento à mediação nas faculdades de Direito, objetivando implantar, fortalecer e divulgar a mediação como instrumento à ampliação do acesso e maior efetividade da Justiça, além de difundir a cultura de resolução não violenta de conflitos entre os graduandos. Para tanto, em 2008, foram financiados dezoito projetos que desenvolvem atividades em comunidades de baixa renda, com altos índices de violência.

O Governo ampliou a prestação de serviços com a extensão da assistência jurídica, integral e gratuita aos necessitados, realizando 399.971 atendimentos gratuitos nas unidades da Defensoria Pública da União nos Estados e Distrito Federal. De igual forma, a partir do serviço itinerante intensificou e ampliou a prestação de serviços aos necessitados que vivem em regiões afastadas das unidades, com um total de 14.592 atendimentos. Para o exercício de 2009, está prevista a ampliação para 550 mil atendimentos gratuitos à população carente, graças ao ingresso de 200 novos Defensores Públicos da União.

g) Cooperação Jurídica Internacional

Em 2008, com relação à cooperação jurídica internacional, o Governo obteve a quebra de sigilo bancário de mais de cinquenta contas mantidas em instituições financeiras no exterior e bloqueou cerca de US\$ 70 milhões. Também logrou manter os bloqueios de contas, com ativos ilícitos no exterior, efetivados nos anos anteriores. Para 2009, prevê-se a superação de todas as médias de bloqueio e recuperação de ativos.

Também em 2008, foi publicado o Manual de Cooperação Jurídica Internacional e Recuperação de Ativos, composto por dois volumes (penal e civil), que pretende auxiliar aos operadores internos a formular pedidos para outros países. Para 2009, pretende-se divulgar seu conteúdo por meio da realização de eventos de capacitação para os operadores da cooperação jurídica internacional. Além disso, ampliou-se a utilização das chamadas redes de cooperação, a exemplo da Rede Ibero-americana de Cooperação Jurídica Internacional (IberRede), como forma mais ágil de obter o cumprimento dos pedidos de cooperação.

O Governo, por intermédio da Secretaria Nacional de Justiça, coordenou o grupo de trabalho sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Fiscal, com vistas a aprimorar os mecanismos que levam à satisfação dos créditos fiscais que o Brasil possui em face de devedores que estão no exterior, que somam cerca de R\$ 300 milhões. O tema também foi acrescido na agenda de discussões da Reunião de Ministros de Justiça do Mercosul, que deve desenvolvê-lo em 2009.

Ainda em 2008, o Governo concluiu a negociação de sete Tratados Bilaterais de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal, com Argélia, Bahamas, Jordânia, Marrocos, Romênia e Síria. Também foram concluídas as negociações do Tratado sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria de Alimentos com os Estados Unidos da América e dos Tratados sobre Cooperação Jurídica Internacional em Matéria Civil com Marrocos e Síria. Ademais, foi assinado memorando de entendimento para que um grupo de trabalho se dedique ao incremento da cooperação em matéria civil entre Brasil e Portugal.

A perspectiva para o ano de 2009 é de que sejam assinados vários tratados, cujas negociações estão adiantadas, e que se dê continuidade às conversações e se iniciem novas negociações com diversos países, a exemplo do Japão, Canadá, França, Itália e Alemanha.

h) Defesa do Consumidor e da Ordem Econômica

Em 2008, o Governo avançou substancialmente nas ações preventivas e repressivas e nas iniciativas de advocacia do consumidor. Consolidou, também, passos importantes no cumprimento do seu papel legal de coordenador da política nacional de proteção e defesa do consumidor. Foram aprovadas as normas (Decreto nº 6.523 e a Portaria MJ nº 2.014, ambos de 2008), que regulamentam o Código de Defesa do Consumidor (CDC), especificamente no que se refere aos Serviços de Atendimento ao Cliente (SAC) das empresas que atuam em mercados regulados pelo Poder Público. Houve um amplo debate nacional que envolveu órgãos de defesa do consumidor de todo o Brasil, o Ministério Público, entidades civis de defesa do consumidor, representantes dos fornecedores e outros atores. O resultado foi celebrado por todos os envolvidos como sendo uma grande conquista da sociedade, que busca solucionar um problema sério e recorrente que os consumidores vinham enfrentando no seu relacionamento com os fornecedores de serviços regulados.

Foi publicado o Cadastro Nacional de Reclamações Fundamentadas 2008 (CNRF 2008), que consolida 93.872 reclamações registradas em Procons de todo o Brasil contra mais de 8.500 fornecedores. O CNRF 2008 contou com a participação de 19 Procons estaduais e 6 Procons municipais integrados ao Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec).

Por meio da Superintendência de Seguros Privados (Susep), o Governo vem adotando diversas iniciativas no que se refere à proteção ao consumidor. Entre elas, a proposta de regulamentação da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, permitindo que cotas representativas de fundos de acumulação previdenciária passem a pertencer aos próprios consumidores, e não mais às entidades de previdência e sociedades seguradoras. Para o ano de 2009, a perspectiva é de que sejam publicadas todas as regras necessárias a essa operação. Outra ação importante do Governo é o encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei nº 3.498, de 2008, com a proposta de autorizar a constituição de um Fundo de Proteção ao Consumidor (FPC), no âmbito do Sistema Nacional de Seguros Privados, Previdência Complementar Aberta e Capitalização (SNSPC).

O Governo criou o Dia Nacional do Combate a Cartéis, comemorado todo o dia 8 de outubro. De modo a conscientizar consumidores e empresários dos danos causados por cartéis, o Ministério da Justiça lançou, pela primeira vez, uma coleção de cartilhas. A primeira delas foi para divulgar o Programa de Leniência e a segunda para Combate a Cartéis em Licitações. As cartilhas foram amplamente divulgadas na primeira Campanha Nacional de Combate a Cartéis, realizada em sete aeroportos, ocasião em que foram distribuídos meio milhão de materiais, entre cartilhas e folhetos. Em 2008, foram realizadas operações de busca e apreensão de documentos para obter provas de cartéis nos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Ressalte-se que, de 2003 a 2006, foram cumpridos 30 mandados de busca e apreensão de documentos, sendo que nos últimos dois anos esse número passou para 177 (93 apenas em 2008).

No que se refere à ação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, entre outras ações, destaca-se o incentivo à capacitação técnica de gestores, com a promoção de curso de pós-graduação em Direito da Concorrência junto à Fundação Getúlio Vargas (FGV-Brasília) e seminário das autoridades americanas da Federal Trade Commission e do Department of Justice, bem como

pelo envio de gestores para capacitação técnica no exterior. Foram também criados grupos técnicos temáticos estimulando a participação dos gestores na elaboração de políticas públicas.

Em 2009, as ações de Direito Econômico estarão voltadas à preparação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), antecipando as inovações institucionais e culturais previstas no Projeto de Lei nº 5.788, encaminhado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, em 2005, e aprovado pela Câmara dos Deputados. Nessa linha, o Governo articulará junto ao Senado Federal para a aprovação desse projeto, em 2009.

13. Prevenção Quanto ao Uso de Drogas

A implementação da Política Nacional sobre Drogas (PNAD) vem se consolidando por meio do desenvolvimento de projetos com diferentes parceiros institucionais em áreas estratégicas de ação, seja no âmbito da capacitação e empoderamento dos diferentes atores relacionados ao enfrentamento da questão, seja por meio da realização de séries de levantamentos epidemiológicos que permitem o monitoramento e a análise das tendências de consumo no País, ou seja mediante a realização de projetos com proposições estratégicas definidas no âmbito do Governo, a partir dos anseios e necessidades da sociedade, relativas à questão das drogas.

Planeja-se, para 2009, avaliar a gestão e eficiência da PNAD, ajustando as estratégias de ação e buscando subsídios para decisões e planejamentos futuros. Ademais, a própria revisão dos 10 anos da Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (UNGASS) enseja a reflexão da sociedade civil e governos sobre os avanços e desafios na prevenção ao uso de drogas.

Importantes conquistas relativas à revisão dos marcos políticos e legais sobre o tema vêm sendo alcançadas a partir do esforço de articulação do Governo junto aos diferentes segmentos envolvidos, com uma resultante modernização legislativa, norteadas pelas transformações sociais e evidências científicas que vêm sendo produzidas sobre o tema. No arcabouço legal sobre drogas, cumpre destacar a aprovação da Lei nº 11.705, de 2008. Popularmente conhecido como “Lei Seca”, esse dispositivo, regulamentado pelo Decreto nº 6.489, de 2008, que restringe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais, resultou em impactos significativos na redução do número de vítimas de violência no trânsito apontando resultados concretos no que se refere ao conjunto de medidas preventivas para a implementação da Política Nacional sobre o Álcool. Impacto não menos relevante refere-se à colocação do binômio álcool e trânsito no centro do debate e reflexão pela sociedade brasileira.

Para garantir que os impactos iniciais causados pela referida Lei possam se consolidar de forma positiva nas estatísticas nacionais sobre violência no trânsito, faz-se necessário adotar medidas que, articuladas às ações de fiscalização, possam potencializar a sua aplicação. Nesse sentido, o Governo desenvolve um projeto para capacitação dos Policiais Rodoviários Federais e Estaduais para a realização de ações preventivas e para a adequada abordagem ao motorista no que concerne à associação álcool e direção.

No contexto internacional, importantes espaços têm sido criados, por meio do estabelecimento de acordos de cooperação multi e bilaterais junto a agências, organismos e países que têm promovido um diálogo produtivo, permitindo trocas

efetivas de conhecimentos a partir das diferentes experiências. A intensificação das relações de cooperação nessa área tem dado visibilidade à política brasileira sobre drogas, mediante o reconhecimento da atualidade e vanguarda desta política no âmbito internacional. Reconhecendo a necessidade de ampliar a interlocução com a sociedade civil e fomentar a integração das ações dos entes federativos, o Governo tem se voltado ao fortalecimento dos conselhos estaduais, no sentido de promover a descentralização das ações. Associado à dinamização dos conselhos estaduais, o fortalecimento do protagonismo do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD) é um desafio a ser enfrentado no âmbito das perspectivas para 2009, assegurando um processo democrático e participativo na construção coletiva da política pública sobre drogas no Brasil.

